
CAPÍTULO VII

*Ofícios.
Estudos
Sobre as
Actividades
Laborais em
Contexto*

A Vida, o Trabalho e a Luta dos Sapateiros de Loulé (1890–1945)

1. Os sapateiros de Loulé através dos tempos

O ofício de sapateiro teve uma larguíssima tradição em Loulé. Será difícil, senão mesmo impossível deslindar o início e, conseqüentemente, a história da fixação de sapateiros em Loulé. De certo, ela perde-se na bruma do tempo. Contudo, o ofício de sapateiro é já amplamente mencionado nas *Actas de Vereação*, dos séculos XIV e XV¹, onde encontramos ombro a ombro, sapateiros das três religiões. Sapateiros que acumularam outros mesteres (atividade agrícola e quadrilheiros). Paulatinamente foi-se afirmando a presença de sapateiros em Loulé cujo número, embora as fontes não sejam suficientemente claras e concisas, evidencia uma clara progressão. Para além de outras fontes, para conhecer o peso desta profissão em Loulé, socorremo-nos dos vários *Róis de Confessados* (1843, 1847 e 1849)² e do *Inquérito Industrial de 1890*, o qual nos fornece um retrato elucidativo do mundo do calçado quer no Algarve, quer em Loulé.

1 *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV–XV*. Separata da Revista *Al-Ulyà*, n.º 7, 1999/00, pp. 42, 95, 124, 152, 199, 210, 211, 225, 230, 235, 237 e 238.

2 JUSTO, João Emanuel, PEREIRA, Paula Vargues, MARTINS, Ana Paula e ROSÁRIO, Carla do, "A população em 1835 e 1843/48 na vila de Loulé", *Al-Ulyà*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 4, p. 136.

A análise ao Inquérito de 1890 evidencia que na maior parte dos itens referidos em relação à indústria de calçado, Loulé tinha uma posição de grande destaque.

Quadro I: A Indústria de Sapataria em Loulé 1890

CONCELHO	<i>José de Sousa Leal Júnior</i>	<i>Pequena indústria</i>	TOTAL
Nº	1	20	21
CAPITAL			
FIXO	800\$000	8.550\$000	9.350\$000
CIRCULANTE	600\$000	7.470\$000	8.070\$000
TOTAL DE OPERÁRIOS			
	8	87	95
SABEM LER			
	4	28	32
QUANTIDADE DE MATÉRIAS-PRIMAS EMPREGUES EM 1889			
QUANTIDADE (KG)	900	9.600 ⁱ	10.500 ⁱ
VALOR (RÉIS)	600\$000	7.140\$000	7.740\$000
PRODUÇÃO EM 1889			
QUANTIDADE (PARES)	—	4.000 ⁱⁱ	—
VALOR (RÉIS)	1.200\$000	306\$000 ⁱⁱⁱ	1.506\$000

Fonte: Inquérito Industrial de 1890. Industrias Fabris e Manufactureiras.

(*Inquérito de Gabinete*), vol. III, Imprensa Nacional, 1891, pp. 530, 548, 549, 592 e 600.

Notas: i) valores de 14 estabelecimentos; ii) valor de 5 estabelecimentos; iii) valor de 17 estabelecimentos.

A importância da manufactura do calçado, em 1909, é testemunhada por Pedro de Freitas referindo-se aos «centenares de sapateiros» que «trabalhavam com toda a genica para darem conta dos parezinhos de “chequitos”, e outros, da tabela semanal, para fazerem por

tarefa o salário habitual. Imensas eram as lojas que movimentavam essa indústria»³. E traça-nos um retrato da vila⁴ ritmada pela presença da «numerosa classe que Loulé tinha, os manufactores de calçado – mestres e operários, lojas e assalariados, aprendizes e ajudantes...»⁵.

**Quadro II: Salários por cada dia normal de trabalho
na Indústria de Calçado de Loulé 1890**

SAPATEIROS	José de Sousa Leal Júnior	Pequena indústria
OPERÁRIOS (DE MAIS DE 16 ANOS)		
TRABALHO DE JORNAL (MÁXIMO/MÍNIMO):	\$600/\$500	\$600/\$300
TRAB. EMPREITADA OU TAREFA (MÁXIMO/MÍNIMO):	\$800/\$700	\$700/\$300
APRENDIZES (DE 12 A 16 ANOS)		
TRAB. DE JORNAL, DE EMPREITADA OU TAREFA (MÁXIMO):	–	\$060

Fonte: Inquérito Industrial de 1890. Industrias Fabris e Manufactureiras.

(Inquérito de Gabinete), vol. III, pp. 570–571

2. A fundação da Associação dos Sapaterios Louletanos

A ASL terá sido fundada em 1911, visto que se constatava que «Recentemente os sapateiros organizaram uma associação de classe que garante aos associados um subsídios durante a doença»⁶. A 30 de Outubro de 1911, seria discutido um projecto de *Compromisso*

3 FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, (1991), 3ª ed., C.M. Loulé, pp. 193 e 203.

4 FREITAS, Pedro de, *ob. cit.*, pp. 187–196.

5 FREITAS, Pedro de, *ob. cit.*, p. 203.

6 BRITES, Geraldino, *Febres Infecciosas. (Notas sobre o Concelho de Loulé)*, p. 194, nota 2.

Particular da Associação de Classe dos Sapateiros de Loulé destinado a socorrer os sócios efectivos em caso de doença. Consoante a sua gravidade, assim o montante do subsídio diário⁷.

Num país onde a assistência social primava por não existir, tinha que a ser a solidariedade profissional a sustentar e auxiliar, os companheiros mais desafortunados. Talvez por esta razão, se compreenda um apertado controlo na atribuição dos subsídios e no pagamento das quotas, de maneira a Associação dispor de fundos para ocorrer aos seus membros caídos nas agruras da doença e impossibilitados de trabalhar. Para alguns seria um esforço adicional, retirado dos magros salários que auferiam.

O funeral era sempre um acto doloroso para a família e para os amigos, mas também custoso em termos monetários. Por isso, não admira que o seu subsídio atingisse os 100\$00. Mas, uma condição era imprescindível para usufruir desta assistência: possuir as quotas em dia, medida que seria tomada a partir de 1 de Fevereiro de 1929⁸.

E, se conhecemos pouco da vida e do trabalho dos sapateiros louletanos desta época, sabemos quanto a morte dilacerava os espíritos e era profundamente sentida a perda de um camarada. Exigia-se o direito de testemunhar a sua perda por intermédio de uma cerimónia digna a que todos os sapateiros deveriam ocorrer. Anos decorridos,

7 AHML. SNSF/B/A/001/Liv001, Livro n.º 1, *Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Sapateiros Louletanos, 1911–1920*.

8 AHML. *Acta da Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 1929*, da Sociedade dos Sapateiros Louletanos. SNSF/B/A/001/Liv002, 1926–1934.

em Julho de 1936, seria criada a «Caixa de Subsídio de Funeral» «destinada única e exclusivamente ao depósito de o subsídio que anteriormente se fazia da cobrança de 1\$00 (um escudo) por cada sócio, o que ultimamente tem sido feita com inúmeras dificuldades, resultando que as viúvas dos sócios falecidos tem esperado demasiado pelo recebimento das ditas importâncias». O subsídio era agora fixado em 300\$00 (trezentos escudos).

3. Emigração

As dificuldades levavam muitos algarvios a abandarem novas terras e a aspirarem uma vida melhor. Afirmava-se cerca de 1914, que «Nos últimos anos a emigração tem aumentado muito. Em quasi todos os centros algarvios e mesmo em Lisboa existem grandes colónias de louletanos, principalmente industriais de calçado que consigo arrastam muitos operários»⁹. Também os sapateiros algarvios não ficaram indiferentes ao chamamento de terras estranhas para fugirem à miséria que os assolava. Entre 1910 e 1945, período que optámos por analisar, emigraram 42 sapateiros de Loulé. Partiram também à procura de melhores condições de vida e de trabalho sapateiros de todo o Algarve com destaque para os de S. Brás de Alportel, mas também de Faro, Olhão, Lagos, Tavira e Albufeira. O maior contingente seria de louletanos.

Os sapateiros de Loulé procuraram essencialmente terras argentinas, mais concretamente 76,2 %, do total.

9 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 157.

4. A posição político-ideológica dos sapateiros de Loulé

São escassas as referências às opções político-ideológicas dos sapateiros louletanos. Contudo, entre as fontes consultados encontramos alusões a: republicanos (José Pedro Romeiras, José Alexandre dos Ramos considerado o «*decano dos republicanos de Loulé*»¹⁰); socialistas (Inácio de Sousa Vairinhos)¹¹ e anarco-sindicalistas/comunistas. Retenhamo-nos um pouco sobre estes últimos. Os estudos sobre o operariado português são unânimes em sublinhar o domínio ideológico do anarco-sindicalismo durante décadas. Apesar das dificuldades o movimento anarquista expande-se pelas principais zonas de concentração operária. O aparecimento dos primeiros simpatizantes do movimento anarquista no Algarve situar-se-á cerca de 1889–1890¹². Os núcleos anarco-sindicalistas encontravam-se espalhados um pouco por todo o Algarve, com destaque para Faro, Olhão, Monchique, Loulé, Messines e Portimão¹³.

10 MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa, *A Organização do Partido Republicano no Algarve: o Caso de Loulé (1881–1910)*, p. 15.

11 Cf. MARTINS, Isilda Maria Renda, (2004), *Loulé no Século XX, vol. II, A Primeira República – 1910 a 1926*, Lisboa, Coleção Millennium, Câmara Municipal de Loulé, p. 306.

12 “Esclarecimentos”, *O Libertário*, n.º 5, Faro, 13/09/1914 e João de (Seznirosa), “Aos novos libertários do Algarve”, *O Libertário*, n.º 4, Faro, 1/05/1914.

13 VENTURA, António, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892–1910), p. 86 e FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário*. I. Cronologia, p. 100; VENTURA, António, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892–1910), p. 86; RODRIGUES, Edgar, *O Despertar Operário em Portugal, 1834–1911*, p. 272 e RAMOS, António Alberto C. Pereira, (1996), “Afonso Costa e Bartolomeu Constantino. O Movimento

Muitos anarco-sindicalistas exerceram a profissão de sapateiro. Mencionemos apenas para o Algarve o destacado anarquista olhanense Bartolomeu Constantino (23/6/1863 – Lisboa, 11/1/1916)¹⁴, que esteve ligado aos jornais anarquistas farenses *O Libertário* (13/10/1912–1/5/1915) e *A Ideia* (5/3/1915–19/3/1916)¹⁵, assim como José Franco que, com Bartolomeu Constantino e Carlos Nobre, integraram o Centro Operário localizado em Faro¹⁶. Também Crispim das Neves, Luís Henrique, Manuel Franco e António Franco, todos sapateiros de Portimão eram qualificados de anarquistas¹⁷. Em Silves, surge-nos o nome de Augusto Passarinho¹⁸.

Nos dias 6 a 8 de Abril de 1913 realizar-se-ia, em Lisboa, o Congresso Nacional da Indústria de Calçado, no qual foram discutidas quatro teses: *Necessidade de organização e federação corporativa e seus fins; Crises e meios de a debelar; Aprendizagem e centralização e A mecânica na indústria de sapataria em Portugal*¹⁹. Do Algarve deram a sua adesão à realização do Congresso os sapateiros de Lagos,

Republicano e o operariado algarvio em 1904”, Actas do I Congresso dos Algarvios da margem Sul do Tejo, 1 e 2 de Abril de 1995, Casa do Algarve do Concelho de Almada, pp. 129–136.

14 A notícia da sua morte in *O Sul*, Semanário Republicano Evolucionista, Faro, n.º 197, 23/1/1916.

15 MESQUITA, José Carlos V., (1988), *História da Imprensa do Algarve*, Faro, vol. I, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, pp. 325 e 356.

16 RODRIGUES, Edgar, *O Despertar Operário em Portugal, 1834–1911*, (1980), Lisboa, Editora Sementeira, p. 269.

17 ADF. *Livro Copiador de Correspondência do Governador Civil, 1912–1913*. «Ofício de 15 de Setembro de 1912», fl. 242.

18 SEQUEIRA, Jose dos Reis, *Relembrando e Comentando...*, p. 88.

19 *O Manufator*, n.º 4, 16/3/1913 e n.º 5, 6/4/1913.

Faro, Portimão, Olhão e Silves²⁰. Uma das teses do Congresso era precisamente a necessidade de organização dos operários do calçado, situação que faltava aos algarvios: «*Na província do Algarve é numerosa a classe de operários sapateiros, que em grande número parecem desconhecer as vantagens da associação e ignorar o que se passa pelo resto do país, em que os operários de todas as indústrias se organizam para luta contra o inimigo comum: o capital*»²¹.

A influência da revolução russa de 1917 e do bolchevismo no seio do movimento operário português foi paulatinamente esboçando o seu itinerário²². O concelho de Loulé, designadamente a freguesia de Boliquiteime, não ficaria à margem desta corrente ideológica. Nele «*se discutiam e apreciavam as doutrinas do bolchevismo, havendo quem delas fizesse larga e franca propaganda...*». Feitas as competentes averiguações «*resultou a prisão de Antonio da Cruz Fonseca Junior, casado, alfaiate, e António dos Santos Pedreirinho, sapateiro, a quem foram apreendidos uma espingarda, 1 e 1/2 cartuchos de dinamite, uma capsula, um pedaço de rastilho e dois quadros com os estatutos do bolchevismo e retratos dos seus organizadores ou principais defensores*»²³.

20 *O Manufator*, n.º 1, 1/10/1912 e n.º 2, 1/11/1912.

21 *O Manufator*, n.º 1, 1/10/1912.

22 ADF. *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governo Civil, 1930–1936*, «Ofício» n.º 3, de 5/9/1933.

23 ADF. *Inventário do Governo Civil. Livros Copiadores de Correspondência do Governo Civil, 1918–1924* (312A), «Ofício ao Exmo. Sr. Director da Policia de Segurança», 2.º Secção, n.º 15, 22 de Abril de 1921.

No Algarve o 18 de Janeiro de 1934 teve uma movimentação considerável²⁴. Em Portimão, «a formação do Comité partira de uma reunião realizada na oficina do sapateiro José Mendes do Carmo, com a presença do Anarquista José Negrão Buizel»²⁵.

Nos anos vindouros encontramos alusões à organização do PCP no Algarve e a resposta repressiva da PVDE e alguns nomes de sapateiros (Firmino Rita, de Faro, António Carneiro, de S. Bartolomeu de Messines e Sebastião Perianes Palma²⁶).

5. *Tempos de crise*

Durante o período em estudo os sapateiros algarvios, em geral, e os louletanos, em particular, lutaram contra a mecanização, mas também contra a falta de subsistências e a subida vertiginosa dos preços dos géneros de primeira necessidade, contra o açambarcamento e o contra o racionamento. E para enfrentar o seu quotidiano cada vez mais dramático reclamaram o aumento do salário. Embora

24 ADF. *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governo Civil, 1930–1936*, «Ofício» n.º 23, de 11/12/1934.

25 VASCONCELOS, João, (11 e 12 de Maio de 2001), “O «18 de Janeiro de 1934» no Algarve: anarquizada ou acções de massa?”, XI Congresso do Algarve, Hotel Sheraton Algarve, Racial Clube, Albufeira, p. 62.

26 “A Acção do «Komintern». No Algarve foi descoberta uma larga rede da organização comunista em Portugal...”, *Correio do Sul*, 27/2/38, p. 1, “*Manejos revolucionarios no Algarve. Uma completa organização comunista, com ramificações em toda a provincia, foi totalmente desfeita pela acção da policia...*”, *O Algarve*, 27/2/38, p. 1 e 2 e Francisco Guerreiro, Pequena Monografia de Pechão, p. 96.

não sejam abundantes os conflitos sociais protagonizados pelos sapateiros, estes não deixariam de protestar²⁷.

Se os sapateiros de Loulé atravessaram momentos lancinantes nas suas vidas, o que dizer do período da Primeira e Segunda Guerra Mundiais e durante os anos trinta do século XX.

Nestes anos difíceis encontra-los-íamos acompanhados pelas suas mulheres e filhos, munidos de senhas de racionamento e de notas ou cédulas imprimidas pela Câmara Municipal, ou pela Misericórdia, permanecendo longas horas nas imensas «bichas» para adquirir uns míseros géneros para aquecer os estômagos.

5.1. OS ANOS 30

Seria precisamente, nos anos 30, que tomamos conhecimento de alguns indícios concretos de crise que os sapateiros louletanos enfrentavam, embora toda a sua história tenha sido uma luta enfrentando as dificuldades do quotidiano.

Durante estes anos e no contexto da II Guerra Mundial as referências a «... *operários sapateiros ... que se encontram sem trabalho*», por diversos motivos, designadamente durante a guerra devido

²⁷ *O Algarve*, 21/10/1917, p. 2; *A Juventude*, n.º 11, 22/10/1917; ADF. *Correspondência Recebida pelo Governo Civil*, 1917, Mç1/cx121, «Telegrama do Comissário da Polícia ao ao Governador Civil de Faro, Loulé», 15/1/1917e AHML. Administrador do Concelho de Loulé. *Copiadores de Telegramas Expedidos (1915–1920)*, «Telegrama ao Exmo. Governador Civil de Faro», de 19/11/1918, Lvo04 (1918–1920).

«a falta de materiais para a ... indústria»²⁸. são muito frequentes. Já em plena guerra, um indício de dificuldades é-nos revelado pela reabertura a partir de 12 de Fevereiro de 1942, de uma «Cantina Sindicato-Legionária»²⁹/Operária-Legionária³⁰, que lhes fornecia refeições, auxílio monetário, e até «calçado e vestuário»³¹. Cantina que apesar do esforço de auxílio aos carenciados, atravessaria, como os tempos que decorriam, enormes dificuldades financeiras. Em 1943, por exemplo, afirmava-se que os «pobres dos operários desta indústria» atravessavam «horas negras de fome – já porque foi sempre um serviço pobre, já porque se trata de uma classe muito humilde e modesta – e apresentam-se em bandos nas ruas desta Vila, em atitudes ordeiras por enquanto – enquanto a fome não os faz esquecer os bons conselhos e promessas que lhes fazemos de melhoria breve da situação».

28 AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Exmo. Sr. Director Geral da Assistência», n.º 550, Loulé, 8 de Março de 1944, *Livros de Registo da Correspondência Expedida*, 1943–1944 (n.º 35), fl. 463.

29 AHML. Acta n.º 6, de 11/03/1941. *Actas da Direcção*. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

30 AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Chefe de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro de Obras Públicas e Comunicações», n.º 38, Loulé, 11 de Fevereiro de 1943, *Livros de Registo da Correspondência Expedida*, CMLLE/C/A/001/Liv054, 1943 (n.º 32), fls. 30–31 e «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Chefe do Gabinete de S. Ex.ª o Senhor Sub-Secretário de Estado da Assistência Social», n.º 674, Loulé, 16 de Março de 1943, *Idem*, fls. 205–206.

31 AHML. Fundo. Câmara Municipal de Loulé. *Copiadores de Correspondência Recebida/Expedida referente à Legião Portuguesa*, 1937–1941.

6. Os Sapateiros Louletanos e o Corporativismo

Nos anos trinta chegaria não somente as dificuldades, mas o Estado Novo e o Corporativismo. Os sapateiros de Loulé não escapariam à sonegação das liberdades de classe, tendo sido a 16 de Abril de 1934, aprovado por Alvará, os Estatutos do Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro – com sede em Loulé. Este sindicato tinha secções em Tavira e em Lagos. A de Loulé seria fundada em 17 de Junho de 1941³².

E com o corporativismo chegariam os salários mínimos para a indústria de sapataria dos distritos de Faro e Beja (23/03/1942 e 21/04/1945).

Comparando as duas tabelas de salários mínimos constatamos que todos os salários aumentaram entre o mínimo de 13,8% para o conserto de gáspeas e solas inteiras ponteadas e o máximo de 100% para o conserto de capas. Os restantes aumentos situaram-se nas percentagens de 20, 30, 40 e mesmo de 50%.

Durante a guerra racionaram-se os alimentos, mas também a sola³³ cuja falta afligiria quer operários, quer industriais³⁴. Por outro lado, amontoavam-se os stocks dos artigos³⁵.

32 *Agenda Corporativa para 1943*, Organização e edição da F.N.A.T., pp. 158 e 159.

33 Portaria n.º 10.308, de 05/01/1943.

34 AHML. Acta n.º 29, de 8 de Fevereiro de 1943. *Actas da Direcção, 1939–1960* e AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Exmo. Senhor. Governador Civil do Distrito de Faro», n.º 357, Loulé, 30 de Janeiro de 1945, *Livros de Registo da Correspondência Expedida, 1945* (n.º 39), fl. 83.

35 AHML. Livros de Registo da Correspondência Expedida, CMLLE/C/A/001/Liv054, 1943 (n.º 32), fl. 7.

7. O dia-a-dia dos sapateiros

O conhecimento da vida destes artistas é-nos fornecido também pelas Actas da Assembleia Geral, as da Direcção, assim como os *Livros de Caixa* de 1912–1913 a 1938–1944 e os *Livros de Contas Correntes dos Sócios* de 1934–1935. Estes últimos fornecem preciosos conhecimentos acerca da vida financeira. Em relação a esta constatamos os consideráveis montantes designadamente de inúmeros subsídios³⁶ atribuídos aos seus sócios, o pagamento da renda da casa, ordenados, impressos e outras de menores verbas. As receitas proviñham essencialmente das quotas e das cobranças.

O seu espaço de trabalho – a officia – mostrava alguma degradação no que concerne às condições de higiene, de salubridade e de iluminação. Por isso, as ruas se transformavam «*muitas vezes em oficinas; ora são os sapateiros que nas horas calmosas do estio, se teem sombra em frente da casa, para ali veem trabalhar*»³⁷.

O retrato que podemos traçar das suas condições de trabalho e de vida são fortemente carregados a negro. «*Em regra trabalham em suas casas e são pagos por trabalho feito. A remuneração é tal que, para que do seu officio possam tirar o absolutamente indispensavel para a vida, trabalham desde o nascer do sol, e, todo o dia curvados sobre os joelhos, cosem e batem a sola, puxam o fio, prolongando*

36 AHML. Acta da Assembleia Geral de 24 de Novembro de 1912, da Sociedade dos Sapateiros Louletanos. SNSF/B/A/O01/Livo01, 1911–1920.

37 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 240.

este trabalho noite adiante. Crianças de 6 e 7 anos já o auxiliam nos mais simples trabalhos, assim como a mulher no pouco tempo que lhe resta de tratar duma família numerosa, que é a usual dotação dos artistas mais pobres. Na casa cheia de miséria o trabalho poucas horas cessa e quam minguadas são as horas de descanso!

Foram inumeras vezes que, obrigados a transitar pelas ruas da vila pelas 3 e 4 horas da madrugada, ficavamos surpreendidos vendo já luz nessas modestíssimas oficinas e o martelo batendo já, muitas vezes acompanhado duma canção, talvez para afugentar o sono que pesava sobre as palpebras do madrugador operário. E trabalhando assim sem descanso o artista consegue apenas que a família não morra de fome»³⁸.

Este trabalho não era recompensado em termos salariais: labutando das 5 horas da manhã até às 9 horas da noite, «dando a linha, papelão e cera» auferiam 260 a 320 réis diários. Dificilmente alcançaria os 450 réis³⁹.

O alcoolismo, a má nutrição, o ambiente de trabalho, a falta de saneamento básico, a falta de higiene, tudo males referenciados desde há muito, contribuiriam para agravar as suas condições de trabalho e de vida. Cheguemos mais perto da realidade: «*Em Loulé a embriaguez é um vício geral. Tanto se embriaga o indivíduo de classe elevada como o operário. [...] A taberna é o logar predileto do artista, do operário, do pequeno funcionário. [...] No meio operário, onde domina a*

38 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, pp. 186-187.

39 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, nota 1, p. 186.

mais negra miséria, procura esquecer a existência de privações afofando-as numa garrafa. [...] Este vício é também uma consequência do processo de trabalho. O artista trabalha constantemente junto da família. No dia de repouso sente a necessidade de se afastar do meio habitual e vai procurar o meio exterior. Já não haveria esta influência adjuvante se o artista trabalhasse numa oficina»⁴⁰.

As doenças como a tuberculose, o tifo, a varíola e a mais devastadora de todas a «gripe espanhola» não deixariam de importunar os sapateiros.

Embora a documentação não seja abundante sobre a temática do trabalho infantil, no âmbito de uma «proto-indústria» de carácter oficial e doméstico, alguns menores, como auxiliares da família, dedicar-se-iam à profissão. Eis, uma forte razão para a Associação intervir: aprovaria que os menores de 16 anos que trabalhassem como sapateiros, passassem à categoria de sócios, claro está, desde que provassem, por escrito, a autorização consentida pelos pais. Com uma ressalva: não tinham direito a voto enquanto não alcançassem a maioridade, mas gozariam de todas as regalias à semelhança dos restantes sócios.

7.1. OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE: A CULTURA, A INFORMAÇÃO E O DIVERTIMENTO

Como espaços de sociabilidade encontramos evidentemente a oficina, mas também a loja, a taberna e a sede do sindicato.

40 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 204.

No que concerne à instrução, em Junho de 1941, a Direcção deliberou requerer a criação de um curso nocturno de instrução primária para os sócios do Sindicato e seus filhos, estes últimos, desde que não estivessem em idade escolar. Era uma medida transcendente, visto que «*a maioria dos seus associados*» era analfabeta⁴¹.

Também a informação preocupou os sapateiros. Desde os anos 30 que a rádio se tinha implantado e consolidado em Portugal. A aquisição deste importante meio de comunicação e de propaganda foi solicitada pelo sindicato ao I.N.T.P. «*para proporcionar aos sócios um meio de elevar um nível de cultura e ao mesmo tempo uma distração útil*»⁴².

Apenas um rádio era insuficiente perante as avassaladoras notícias do mundo. E não se fizeram rogados estes sapateiros que requisitaram, posteriormente, mais oito aparelhos, alguns destinados a sócios, cuja magreza salarial impossibilitava a sua aquisição⁴³.

A cultura e a instrução, numa sociedade onde o peso da agricultura era preponderante, lenta e dificilmente foram saindo do obscurantismo de séculos. Problemática estruturante da formação social portuguesa e um dos factores que contribuiria para o seu secular atraso foi o analfabetismo que grassava entre a população. Também os operários, incluindo a classe dos sapateiros, não fugiram a este

41 AHML. Acta n.º 2, de 2/06/1941. Actas da Direcção. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

42 AHML. Acta n.º 6, de 15/09/1941. Actas da Direcção. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

43 AHML. *Copiadores de Correspondência Expedida*, Ofício de 14 de Dezembro de [?], p. 18 e

drama. E compreendia-se. Numa economia pouco modernizada onde o trabalho oficinal e domiciliário dominava era quase dispensável o operário especializado e consequentemente letrado. E como ir para a escola com salários de miséria quem dificilmente cobriam as necessidades básicas do ser humano? Também não deixava de ser perigoso os operários saberem ler e escrever, visto que isso lhes permitiria tomar contacto com teorias que colocavam em causa a ordem capitalista estabelecida. Contudo, as ideias predominantes no seio do movimento operário português sempre lutaram pelo acesso da instrução. Era necessário inculcar conhecimentos. Um pouco por todo o país, com incidência nos principais centros urbanos que coincidiam com os mais destacados centros fabris, surgiram associações e organizações para elevar o nível de instrução e de educação dos operários.

Os arquivos não nos elucidam sobre o conteúdo político-ideológico ou outro da eventual biblioteca da Associação dos Sapateiros Louletanos. Mas, conhecemos o que continha a recheada biblioteca do SN. Podemos dividir aquele conjunto de livros em diversos temas:

- a) um primeiro e restrito conjunto de obras de assuntos diversificados podemos catalogar como de cultura geral;
- b) um outro conjunto também reduzido cuja temática se encontra no âmbito religioso e missionário;
- c) um núcleo um pouco mais avultado dizia respeito à literatura de cunho nacional;
- d) o tema dos descobrimentos estava igualmente bem representado;
- e) finalmente, e como seria previsível, o maior quinhão de livros que eventualmente poderíamos subdividir estava representado

por temas relacionados com o Estado Novo, o seu «chefe» e o corporativismo.

Embora não nos apareçam catalogados, não afastamos a hipótese da biblioteca conter jornais de Loulé e um ou outro periódico de âmbito nacional. Era no fundo um microcosmo do ideário político-ideológico então vigente: o culto ao Chefe, o nacionalismo, o corporativismo, a defesa do colonialismo e da doutrina e moral cristã. Tudo pode ser resumido na expressão lapidar: «*Deus, Pátria e Família*».

Como já fizemos notar, muitos sabiam ler e escrever. Que jornais liam? Receberiam periódicos operários, ou defensores da sua profissão de sapateiros? Sabemos que alguns liam as páginas do jornal *O Manufactor*.

A sociabilidade dos sapateiros de Loulé não esteve apenas circunscrita aos espaços antes mencionados, mas também no famoso CARNAVAL de Loulé. Pedro de Freitas esclarece que o «*Carnaval Civilizado em Loulé*» – iniciado em 1906 – teria sido obra de muitos louletanos: dos caixeiros, dos oleiros, dos «*sapateiros a trabalharem a sola*», dos ourives; dos ciclistas; dos músicos e dos muitos carregadores⁴⁴. Esta participação carnavalesca continuaria nos anos seguintes.

8. A estrutura e o modo de produção de calçado: o «*Domestic System*»

Como força de trabalho encontramos a família – o próprio sapateiro, a mulher e os filhos – com a respectiva divisão de tarefas. Os filhos

44 FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, p. 183.

ainda menores dedicavam-se aos pequenos e leves labores oficinais: manter a oficina relativamente limpa, comprar alguns materiais empregues, levar e trazer os sapatos deste ou daquele cliente para conserto e ele próprio fazer esses pequenos consertos. A oficina e o domicílio eram o espaço ritualizado e iniciático de uma longa aprendizagem para que um dia, depois da morte do progenitor, pudesse eventualmente ocupar o seu lugar e assim continuar a linhagem profissional.

As mulheres para além do trabalho da casa desempenhavam concomitantemente um papel activo no processo de trabalho, designadamente em tarefas que de uma forma geral não exigiam dispêndio de grande esforço físico. Mesmo no âmbito da indústria oficial e domiciliária não deixaria de ocorrer alguma divisão de tarefas. Com o aparecimento da máquina de costura, o trabalho de coser os diferentes componentes do calçado foi da sua incumbência. Encontraremos as ajuntadeiras, as orladeiras e as talhadeiras. Estas operárias trabalhavam, quer no seu domicílio, quer na oficina patronal.

Para o sapateiro ficavam as tarefas mais árduas, as que exigiam maior força muscular, mas também grande habilidade – o trabalho-saber –, como o coser das solas, o pregar, o colar, tudo sempre feito na mais esmerada das perfeições, ou, pelo menos, assim deveria ser feito. Sabemos que muitas vezes tal não acontecia.

A eles pertenciam os instrumentos de trabalho (turqueses, limas, martelos, formas, sovelas, facas, etc).

Finalmente, depois de vários dias, até mesmo durante uma semana, frequentemente prolongando o trabalho pela noite dentro – os serões –, de confeccionarem o calçado, chegava o dia, normalmente o sábado, para entrega da obra completa. Recebia, em troca,

um salário e, certamente mais material para recomeçar a arte centenária do fabrico de calçado.

Neste sistema oficial e doméstico a matéria-prima – solas, cabeçais, carneira, peles, cordões, ilhozes e pregos –, era fornecido pelos industriais/comerciantes de calçado. Os sapateiros transformavam-nos diferentes modelos de calçado que era entregue àqueles industriais.

Ilídio Flora, comerciante de calçado em Loulé e antigo sapateiro recorda que *«Às vezes demorávamos um dia ou mais a fazer um par de botas à mão. Os sapateiros levavam os materiais para casa e muitas vezes trabalhavam pela noite dentro para poderem entregar os sapatos acabados no dia seguinte. Alguns traziam os sapatos e esperavam pelo pagamento para poderem comprar a comida. Para muitos era uma forma de subsistência»*⁴⁵.

Finalmente os industriais colocavam-no no mercado, por intermédio das suas lojas, ou conduziam-no às feiras do Algarve e do Alentejo.

Segundo o *Registo de Sócios do Concelho de Loulé*⁴⁶ encontravam-se inscritos no Sindicato e residentes no concelho de Loulé, até 28 de Dezembro de 1945, 777 sapateiros e cortadores, dos quais 656 naturais da vila. A estes, porém, dever-se-á subtrair quatro sapateiros referenciados como já falecidos. Assim, teremos o número de 652 sapateiros.

Dissecando a fonte podemos aprofundar o nosso conhecimento sobre a estrutura da produção de calçado. Assim, temos:

45 Rogen Green, "Uma arte milenar", *Unique*, n.º 15, Quinta do Lago, Primavera/Verão 1999, p. 19.

46 AHML. SNSF/C/B/002 Liv. 003 (1940–1954).

REGISTO DE SÓCIOS DO CONCELHO DE LOULÉ (ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 1945)

Inscritos no Sindicato e

residentes no concelho de Loulé: 777 sapateiros e cortadores

Naturais da vila: 652 sapateiros

A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE CALÇADO

Sapateiros que trabalhavam por conta própria: 236

Sapateiros que trabalhavam para um industrial: 290

Sapateiros que desconhecemos se trabalhavam

por conta própria ou para um industrial: 126

TOTAL 652

O Registo das Operárias (ajuntadeiras, orladeiras e talhadeiras) pertencentes ao Concelho de Loulé, do SNSF⁴⁷, fornece-nos o seguinte quadro:

REGISTO DAS OPERÁRIAS

Ajuntadeiras, Orladeiras e Talhadeiras

pertencentes ao Concelho de Loulé,

do SNSF (Inscritas até 8 de Outubro de 1945): 87 operárias naturais de Loulé.

A ESTRUTURA PRODUTIVA

Operárias que trabalhavam por conta própria: 1

Operárias que trabalhavam para um industrial: 71

Operárias que desconhecemos se trabalhavam

por conta própria ou para um industrial: 15

TOTAL 87

TOTAL 739 operárias e operários

As operárias eram todas naturais de Loulé.

Entidades patronais (Agosto de 1947) em Loulé: 65

47 AML. SNSF/C/B/003 Liv.001 (1941–1959).

Contudo, muitos sapateiros tinham diversas entidades patronais para quem trabalhavam «*visto que um só não lhes garante o trabalho necessário para a sua manutenção durante o ano*»⁴⁸.

Conclusão

Loulé foi durante séculos um dos mais importante, senão o mais importante, centro do calçado do Algarve e ousamos mesmo afirmar do sul do país.

Encontrámos os sapateiros louletanos desde o século XV, coexistindo neles as três religiões: os cristãos, os seguidores de Maomé e os judeus.

Com o desenrolar dos séculos, apesar das convulsões político-sociais e das crises económicas detectámos um crescimento quase constante dos sapateiros louletanos. Apoiaram-se numa igualmente pré-indústria de curtumes que embora pequena e rudimentar dispunha das matérias-primas para a sua elaboração. E prosseguiria o crescimento do efectivo dos sapateiros nas décadas seguintes, até alcançar uma cifra considerável, precisamente no fim do nosso estudo: entre operárias e operários das diversas categorias aproximar-se-iam do milhar de trabalhadores.

Durante séculos o mundo do calçado de Loulé dependeu de um extenso mercado assente na populosa vila de Loulé e do seu extenso concelho. Os seus comerciantes percorreram outras localidades algarvias e

48 AHML. SNSF/C/A/002/Mç 002, 1947–1960. «Ofício ao delegado do INTP de Faro», Loulé, 20 de Agosto de 1947.

aventuraram-se em transportar os seus caixotes a abarrotar de calçado e as suas tendas às distantes feiras do Alentejo.

A estrutura produtiva teve com pilares o trabalho oficinal e domiciliário onde pontificavam centenas de sapateiros, muitos deles dependentes de um ou mais industrias de solas e cabedais do/dos qual/quais recebiam os «aviamentos» para laborar a sua obra.

Aparentemente o sapateiro sempre pareceu ter usufruído de maior liberdade do que outros operários. A realidade concreta foi, porém, diferente. Na estrutura oficinal e domiciliária da indústria do calçado o sapateiro estava, de facto, dependente do patrão do qual recebia os «aviamentos» para laborar a sua obra. O seu espaço de trabalho tanto podia ser a oficina patronal, como a pequena oficina da sua casa. Realizada a obra entregava-a ao comerciante, com loja aberta na vila e que recorriam às feiras, que em troca lhe pagava um mísero salário. Este mais minguava nos períodos difíceis, como foram os vividos durante a primeira e a segunda guerra mundiais, com o seu cortejo de dificuldade económicas e de racionamento, este, não apenas de géneros alimentares, como de matérias-primas necessárias para a confecção do calçado.

Foram tanto ou mais explorados como os restantes operários. Foram uma classe combativa, embora os de Loulé, tanto quanto as fontes consultadas o permitem, não se destacaria, com raras excepções, pela contestação social e pelo desencadeamento de greves. Como classe raramente protagonizaram grandes jornadas de luta a favor de melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho e contra os regimes, designadamente, o Estado Novo, embora, um outro sapateiro se tenha manifestado como opositor ao regime.

A sua dispersão em centenas de oficinas, trabalhando arduamente para um ou mais patrões, atenuou a sua visibilidade como objecto da história. Como afirmava o operário de calçado de São João da Madeira, António da Costa Santos, «*O trabalho ao domicílio não propiciava encontros e uma defesa comum dos nossos interesses, pois, mesmo nas oficinas, embora houvesse legislação, não se cumpria o horário de trabalho*»⁴⁹.

Não estando concentrados em grandes unidades de produção, construíram a sua representação mental da sua profissão como um espaço de maior liberdade do que em outras profissões. Desta representação emergiu a reputação do sapateiro como um letrado, amigo do saber e do conhecimento, propenso para a reivindicação, dirigente operário e defensor dos ideais socializantes. Contudo, pouco ou nada destes tropos encontrámos nos sapateiros de Loulé.

Em meados dos anos cinquenta do século XX a estrutura económica do fabrico de calçado era ainda relativamente pujante. Em Fevereiro de 1955, numa campanha destinada a solicitar uma escola técnica em Loulé, enumera-se a riqueza económica do concelho, na qual se inseria a «*extraordinária manufactura de calçado que fornece parte do Algarve e Baixo Alentejo e de que vivem milhares de operários*»⁵⁰, e em Abril de 1956 ainda se contabilizavam 60 patrões e 800 operários⁵¹.

49 Doc. Autobiográfico de A. Carreirinha, in ESTANQUE, Elisio, *Entre a Fábrica e a Comunidade...*, p. 166.

50 MADEIRA, José António, "Factores determinantes...", *A Voz de Loulé*, n.º 54, Ano III, 16/2/1955.

51 "Artesanato Algarvio", *A Voz de Loulé*, n.º 82, Ano IV, 16/4/1956.

A partir dos anos 60 do século XX, os sapateiros louletanos iriam paulatinamente definhando. Onde procurar as causas para o seu progressivo desaparecimento? Vamos adiantar algumas hipóteses.

Podemos encontrá-lo na não renovação geracional da profissão. Os filhos e netos que em determinado momento não quiseram continuar a herança profissional paterna. A profissão já não os atraía quer por estar associada a um modo de trabalho de alguma forma duro e pouco atraente do ponto de vista da higiene. E o que auferiam não era compatível com os novos valores que a sociedade ía atraindo. Novos serviços/profissões, melhores remuneradas, na base de uma melhor formação técnico-profissional surgiam no horizonte, nomeadamente o turismo.

Também a emigração dos anos sessenta terá contribuído para a diminuição dos efectivos dos sapateiros.

Um outro factor esteve na ausência de modernização da indústria do calçado e da sua mecanização na região sul do país, designadamente no Algarve e em Loulé, ao invés do sucedido no norte do país, onde se encontravam as mais importantes e modernas unidades na confecção de calçado. Esta indústria teve, aliás, como grande aliado para a sua expansão o aparecimento dos viajantes que regularmente percorriam todo o país.

Enquanto em outras regiões do país o fabrico de calçado evoluía no sentido mais industrial e comercial – com o aparecimento dos viajantes –, em Loulé a técnica de fabrico regrediu. Álvaro Floro, antigo fabricante e comerciante, evidencia este atraso técnico-laboral ao evocar que o «*Calçado de Loulé até 1942/43 era pregado (espigo de ferro ou cobre), utilizava papelão nas testeiras e palmilha; sendo tal*

prática proibida a partir desse período, os sapateiros locais forçaram-se a uma aprendizagem que lhes permitisse “palmilhar” as biquieras, gáspeas e tacões, (este conjunto chama-se “corte”) à vira e “pontear (coser)” a mesma vira à sola ou à borracha (rasto do sapato ou bota). Este retorno à origem de fazer sapato, seria para Álvaro Floro, o princípio da desmotivação louletana para a manufactura do calçado»⁵².

Os comerciantes algarvios de calçado, com raríssimas excepções, tendo à sua disposição uma abundante mão-de-obra barata, foram avessos à introdução de modernos sistemas de fabrico.

Os anos posteriores iriam marcar inexoravelmente o declínio do mundo oficial e doméstico da confecção de sapatos, consequência da ausência de modernização, de dinamismo e de algum apoio oficial. Estávamos perante uma indústria obsoleta, cujas «*máquinas de outros lados derrotaram as habilidosas mãos dos artífices louletanos*».

A mecanização tornava-se problemática, visto que do ponto de vista energético as manufacturas louletanas se defrontavam com os preços elevados da electricidade pelo que «*nenhum pequeno heróico industrial se aventurou a montar máquinas de fabrico automático*»⁵³.

A ofensiva do Estado Novo contra as indústrias caseiras terá, eventualmente, contribuído para o seu declínio.

52 MESQUITA, António, (1991), "Especificidades da pré-indústria de calçado e curtumes no Algarve", *Anais do Município de Faro*, XXI, p. 250.

53 ALBINO, Carlos, "A dinamização da indústria de calçado e formas evoluídas para o artesanato", *A Voz de Loulé*, n.º 491, Ano XX, 8/6/1972.



O Desaparecimento dos Pirilampos? Trabalho e Identidades em Aljustrel

“No início dos anos ‘60, por causa da poluição atmosférica e sobretudo, no campo, por causa da poluição da água, os pirilampos começaram a desaparecer.

Este foi um fenómeno rápido como um relâmpago.

Alguns anos depois, já não havia pirilampos. (...)

Essa «coisa» que ocorreu, há uma dezena de anos, vamos chamá-la de «desaparecimento dos pirilampos».”

Pier Paolo Pasolini, Le pouvoir sans visage

No ano anterior a ter sido assassinado, Pasolini publicou vários textos onde exprimia uma visão muito pessimista da sociedade italiana, referindo-se ao processo de emergência da cultura de massas e do consumismo como ideologia dominante. Estes fenómenos, provocados pela industrialização tardia que a Itália sofreu (tal como Portugal) e pela integração do mercado nacional italiano nos mercados internacionais, estariam a produzir um nivelamento cultural que, na opinião do autor, afectava todas as classes sociais e conduziria ao desaparecimento das identidades próprias (de classe, de profissão, de região, etc.). Ele previa uma homogeneização cultural da sociedade italiana e falava (de maneira exagerada), em genocídio e

fascismo clássico face ao autoritarismo da sociedade de consumo. Em 1975, o ano do seu assassinato, Pasolini cristaliza estas ideias através da metáfora do “*desaparecimento dos pirilampos*”. Ele compara este acontecimento, que teria ocorrido nos subúrbios em desenvolvimento das cidades italianas, ao desaparecimento das referidas identidades particulares. Ambos os fenómenos seriam uma consequência do desenvolvimento industrial.

No entanto, o autor esquece que os processos de mudança social não ocorrem de forma linear. Na realidade, aquilo que se passa relativamente ao mundo do trabalho e dos trabalhadores e às identidades laborais é que, por um lado, não se trata de fenómenos homogêneos e que, por outro lado, estes sofrem transformações constantes, mas não desaparecem definitivamente. Na minha investigação sobre os mineiros de Aljustrel verifiquei que as identidades associadas ao trabalho nas minas sempre foram/são múltiplas, afirmando-se de várias maneiras. Convém esclarecer que, se é verdade que as várias transformações ocorridas no processo de produção das minas de Aljustrel implicaram mudanças ao nível da condição dos trabalhadores mineiros e da reconstrução da identidade mineira, também não é menos verdade que, devido às particularidades da vila e ao modo como a mineração industrial ali se desenvolveu, a identidade mineira nunca foi apenas aquela que imaginamos ter sido. Tal como o trabalho na mina não implicou a existência de uma identidade mineira única, também o fim dos trabalhos de mineração ou a incerteza da sua continuidade não significa o “*desaparecimento dos pirilampos*”, mas antes a sua transformação – brilham com outras cores, mas brilham.

1. *A cultura mineira como objecto das ciências sociais*

O presente texto refere-se não só à investigação realizada sobre os mineiros de Aljustrel e as suas memórias e identidades relacionadas com o trabalho nas minas, mas também às reacções locais relativamente à tese que defendo questionando a existência de uma *cultura mineira* na vila de Aljustrel (Fonseca, 2007).

O tema central da pesquisa referiu-se à existência de uma identidade mineira, na qual toda a população da vila se reconheceria e que resulta de um processo que associa os jazigos mineiros, o território da vila e toda a sua população. “*Aljustrel, terra mineira, terra de luta*”, é a imagem construída e afirmada ao longo dos tempos sobre a localidade, que nos remete para a existência de uma população trabalhadora associada à mina e bastante mobilizada social e politicamente. Os trabalhadores mineiros são recorrentemente qualificados como corajosos e *valentes* e a vila como sendo essencialmente *mineira e vermelha*. Esta identidade é apropriada por todos em Aljustrel – desde os trabalhadores que acumularam e/ou alternaram a actividade na mina com outros trabalhos, àqueles que nunca trabalharam na mina ou ainda aos responsáveis políticos locais. Paradoxalmente, esta situação verifica-se mesmo no actual momento de declínio da exploração industrial mineira no concelho. E são raras as vozes dissonantes.

Num primeiro momento da investigação, tratou-se de compreender o caso de Aljustrel à luz de uma *cultura mineira* universal, que estaria na origem de comunidades com uma forte identidade ligada à actividade profissional e de observar o que se passava relativamente

a essa identidade num momento em que estava suspensa a actividade produtiva da empresa concessionária das minas¹.

Mas, em que consiste essa identidade mineira presente em Aljustrel? São vários os trabalhos das ciências sociais que se têm debruçado sobre a existência de um imaginário universal relativamente aos trabalhadores mineiros e às suas comunidades, que teriam uma cultura própria comum. Salientam a importância da edificação de uma identidade em torno do trabalho na mina e em torno da mobilização social e política destas populações (especialmente combativas e lutadoras). A imagem ficcionada em torno dos mineiros é a de trabalhadores que revelam um amor pelo seu trabalho e pelo local onde ele é exercido (a mina). Os mineiros são vistos como seres à parte da sociedade (trabalhadores e militantes modelo). As características do trabalho que desempenham no subsolo (reconhecidamente duro e perigoso) contribuem para a atribuição de qualidades específicas (de sacrifício e de coragem) aos seus protagonistas, o que os distingue de outros trabalhadores.

As características das comunidades mineiras², que justificam a emergência de uma identidade própria, assentam em diferentes elementos: o seu isolamento físico e o sistema de povoamento disperso, o predomínio económico da actividade de extracção de minério, o trabalho precário e perigoso, a ocupação homogénea, as actividades

1 É importante esclarecer que, durante todo o período em que realizei o meu trabalho de campo (entre 2001 e 2004), a laboração das minas estava suspensa. Situação que se mantinha desde 1993 e que só se alterou em 2006, com o recomeço da mineração por uma nova empresa concessionária.

2 Segundo Bulmer (citado em Knapp *et al.*, 1998).

de lazer comuns (desporto, tabernas, religião, etc.) em que o trabalho se mantém como o principal interesse e tópico de conversas, a segregação de géneros, o conflito de classes, as relações sociais comunitárias múltiplas e complexas (solidariedade, partilha de histórias e de memórias, etc.). As principais teorias na análise destas comunidades referem a importância da edificação de uma identidade em torno do trabalho na mina. O modelo sociológico, construído inicialmente sobre a formação das comunidades mineiras, foi o modelo das “massas isoladas”³. Nesta linha de pensamento, é proposto o conceito de “enclaves”⁴ para descrever a realidade das comunidades mineiras. Estas correspondem a uma forma de organização da produção que reforça os vínculos entre a empresa produtora e a população trabalhadora, através de um isolamento desta (face a outros sectores da sociedade) e da existência de diversos serviços prestados pelo centro de produção, no sentido de manter os trabalhadores e as suas famílias. Esta situação traduz-se na emergência de uma rede de relações separada do resto da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de uma ideia consensual entre os vários autores, a de que o processo como se formam e organizam as comunidades de mineiros resulta na emergência de uma “paisagem cultural” (Bell, 1998) que as distingue de outras. Além do isolamento das comunidades mineiras, também as características específicas do trabalho no subsolo (que exigem esforço físico e coragem) ou o carácter espectacular e a elevada

3 De Clark Kerr e Abraham Siegel (em 1954), citados em Knapp *et al.*, 1998.

4 Pelo sociólogo mexicano Zapata (1980).

frequência das greves mineiras, constituem elementos que têm alimentado o imaginário colectivo (Petras e Zeitlin, 1968; Desbois *et al.*, 1986; Mattei, 1987 e Lazar, 1990).

Este fenómeno de construção identitária dos trabalhadores mineiros como heróis-soldados inscreve-se num fenómeno mais alargado: o da construção social do trabalho, na medida em que este preenche uma função colectivamente identificada e valorizada. A divulgação desse imaginário surgiu no início do desenvolvimento industrial da mineração e com o incremento da industrialização dos países ocidentais, em que a extracção de carvão era fundamental para as economias nacionais. Um primeiro impulso resultou da publicação da obra *La Vie Souterraine. Les Mines et les Mineurs*, escrita por um antigo engenheiro de minas francês (Simonin, 1982) e cujo propósito era descrever o modo de vida dos mineiros e a sua actividade profissional. A divulgação desse texto, no início do século XX, ocorreu com o incentivo e a expensas da empresa mineira onde trabalhou e como é natural, o seu discurso era uma apologia da actividade mineira. Partindo desta cristalização inicial relativa à imagem dos mineiros como heróis e através da divulgação de vários elementos, reais (uns) e imaginados (outros), a pouco e pouco impôs-se um imaginário colectivo sobre estes trabalhadores.

O sociólogo Bruno Mattei (1987 e Desbois *et al.*, 1986) chama a atenção para o facto de as instituições sociais sempre necessitarem de se apoiar em discursos e aparatos ideológicos para que possam operar e ser funcionais. A propagação deste ideário sobre os mineiros não foi, portanto, inocente. Tratava-se de fixar uma imagem deste grupo profissional que serviu a amplos sectores da sociedade: antes

de mais, aos donos das empresas e aos quadros técnicos (que tinham interesse em difundir e impor uma representação dos mineiros como trabalhadores que amam o seu trabalho, corajosos e sempre prontos a qualquer sacrifício, com o objectivo de manter uma mão-de-obra disciplinada), mas também às associações e aos sindicatos que necessitavam de um corpo de indivíduos organizado que os seguisse. O mesmo autor define este dispositivo ideológico como “um stock ‘imaterial’” (com valores e modelos de comportamento próprios), que permite aos indivíduos a quem se dirige (através da interiorização dessas imagens e discursos) uma identificação e reconhecimento.

2. *Uma identidade mineira particular*

Em Aljustrel, este fenómeno verificou-se sobretudo por mimetismo, não porque as minas de pirite fossem um elemento estratégico para a economia nacional. Contudo, o mito funcionou de forma igualmente eficaz. E vai ser, precisamente, a afirmação de uma identidade *mineira* e *vermelha* para a vila de Aljustrel com que me vou deparar no início do meu trabalho de campo. Muitos dos elementos que têm sido apresentados (Desbois *et al.*, 1986 e Mattei, 1987) como constituindo a identidade mineira – construída no passado, tornada universal e assumida por todas as comunidades mineiras independentemente dos seus contextos geográficos ou históricos – são passíveis de ser encontrados na identidade colectiva construída sobre e pela população de Aljustrel. Estou a referir-me a aspectos como a existência de elementos da *cultura mineira*: as festas de Santa Bárbara (padroeira dos mineiros), a organização dos quotidianos familiares em torno dos serviços prestados pela empresa (assistência médica,

armazéns de abastecimento, habitação, escolas, etc.) – ainda que estes sejam reduzidos, no caso de Aljustrel –, as associações recreativas, culturais, desportivas e sindicais (o campo de futebol da empresa, o grupo de futebol constituído por trabalhadores da mina, as reuniões na sede do sindicato dos mineiros, o grupo coral, etc.), os bairros mineiros e a vida entre vizinhos que compartilhem o mesmo quotidiano laboral e familiar...;

Um outro aspecto dessa identidade mineira é a relação ambígua dos trabalhadores mineiros com o seu trabalho, detectada nos discursos de todos. Por um lado, o trabalho no subsolo é exaltado e valorizado, existe uma naturalização dos riscos envolvidos (decorrentes da perigosidade do próprio local de trabalho e portanto, incontornáveis) e os trabalhadores mineiros são glorificados e investidos de características próprias (como a coragem, a valentia e a solidariedade). Paradoxalmente, existe em simultâneo um discurso que menospreza e amaldiçoa o trabalho na mina: surgem referências recorrentes à dureza das condições de trabalho e às fracas contrapartidas salariais ou, ainda, à angústia do trabalho no sub-solo, aos aspectos mórbidos associados à actividade mineira e aos múltiplos acidentes de trabalho de que se foi vítima ou a que se assistiu.

Finalmente, outro aspecto da identidade mineira observada em Aljustrel é o da presença dos mineiros e da mina como referentes centrais dos discursos produzidos por todos na vila (mineiros e não mineiros). No decurso do trabalho de campo, verifiquei que entre a população masculina da vila, o trabalhador mineiro continuava a ser o modelo a seguir e a identidade masculina era construída em relação a um grupo de pertença e de referência – os *mineiros*.

Em rigor, *mineiro* é uma das categorias profissionais na actividade de extracção mineira. Porém, em Aljustrel, este termo é usado de forma recorrente nas conversas das pessoas e serve para designar indiscriminadamente todos os trabalhadores da empresa mineira, independentemente do departamento onde trabalhem ou da sua categoria profissional e também as respectivas famílias (mulheres e filhos) ou o grupo de pessoas que reside nos bairros mineiros, embora a maioria actualmente já não tenha qualquer ligação com a empresa. Assim, o sentido mais vasto assumido para este referente (*os mineiros*) confere-lhe uma funcionalidade e um sentido na construção da identidade da população.

Simultaneamente, a *mina* é ainda hoje o principal referente nos discursos de todos em Aljustrel. A sua referência surge também de forma recorrente, com diferentes significados: uns, dizem que foram “*empregados da mina*” para referir a sua situação de trabalhadores da empresa mineira; outros, dizem que “*foram viver para a mina*”, referindo-se ao momento em que foram residir para uma das casas da empresa (nos bairros mineiros ou na vila) e outros, ainda, falam nas “*festas organizadas pela mina*”, referindo-se à festa de Santa Bárbara e à festa anual da empresa. É como se a mina fosse uma entidade com capacidade de acção (tal como a câmara municipal ou a empresa). As referências à mina podem surgir com um sentido mais abrangente, relativo a todo o território concessionado (área de produção industrial, bairros, infraestruturas da empresa mineira, etc.) ou, então, com um sentido mais restrito, relativo apenas ao jazigo ou à área industrial mineira.

Um episódio a que assisti, durante a minha estadia de terreno em Aljustrel, é representativo da importância simbólica que a mina

manteve. Todos os verões, as montras dos fotógrafos da vila enchiam-se de fotografias de noivos, tiradas em locais considerados bonitos: searas alentejanas, campos de girassóis, antigas igrejas, monumentos da região, piscinas ou (surpreendentemente) a *paisagem lunar* da área de produção das minas. Não são muitos os casais que optam por este cenário, mas a sua originalidade capta a atenção de todos.

Interroguei-me sobre os motivos que levariam um jovem casal a querer fixar desta forma a imagem do seu casamento – até porque tendo eu visitado aqueles locais, estes me haviam parecido bastante inóspitos (pelo forte odor a enxofre que se faz sentir e pelas poças de água sulfurosa que, por vezes, existem e que danificam todo o calçado de borracha). Entrevistei um destes noivos que me revelou que, tal como a maior parte das pessoas em Aljustrel, ele e a sua esposa tiveram alguém na família próxima (o avô dela e um irmão dele) a trabalhar na empresa mineira, mas isso eram “coisas do passado”, como me disse. O critério apresentado para a escolha do local das fotografias no dia do seu casamento deveu-se à originalidade daquele cenário: vivendo em Aljustrel, uma “*vila mineira*”, pensaram que seria interessante e fora do comum serem fotografados num local que estava relacionado com uma particularidade da terra onde nasceram e se casaram.

É com base neste sentido mais alargado da mina, em que esta corresponde praticamente à totalidade do território da vila de Aljustrel, que é construída a identidade colectiva de Aljustrel como *vila mineira*. Esta, faz com que a vila seja confundida com a mina e a mina com a vila e permite antever um colectivo indefinido: trata-se de toda uma população que se afirma como mineira.

Contudo, num segundo momento de observação mais detalhada (são essas as vantagens do trabalho etnográfico), a realidade observada mostrou que a população trabalhadora em Aljustrel tem características próprias que a afastam dessa imagem idealizada sobre as comunidades mineiras e que os mineiros tendem a construir sobre si próprios. Foi possível detectar a existência de outras identidades, que se prendem com as reais condições de trabalho e de existência dos trabalhadores nas minas. As particularidades da economia regional e a sua inserção numa economia nacional periférica, moldaram a forma como decorreu a extracção mineira industrial. E influenciaram também a própria construção identitária, que apresenta algumas contradições e divergências relativamente ao *modelo clássico* da identidade mineira.

Esta vila dificilmente poderá vir a ser considerada uma comunidade mineira no sentido mais completo dessa expressão – relativo a uma comunidade homogénea, dedicada e organizada em torno de uma actividade económica exclusiva. As minas de Aljustrel inserem-se na Faixa Pitirosa Ibérica⁵. Desde o início da mineração industrial (no último quartel do século XIX), a laboração das empresas concessionárias das minas vai ocorrer de forma intermitente, estando sujeita

5 Trata-se de uma região no sul da Península Ibérica, com 250 km de comprimento e entre 30 a 50 km de largura, que se estende desde Águas de Moura (em Setúbal, Portugal) até próximo de Cartagena (na Andaluzia, Espanha). Trata-se do maior "*distrito mineiro europeu*" e nele se localizam várias dezenas de jazigos de pirite, dos quais se destacam: do lado espanhol, Riotinto (Huelva) e do lado português, São Domingos, Aljustrel, Neves Corvo, Caveira e Lousal. No caso de Aljustrel, foram identificados e explorados 6 jazigos de pirite.

a vários períodos de paralização: em 1907 e 1911 (despedimentos em massa, numa fase de reestruturação da mão-de-obra na passagem da preparação da laboração para a extracção mineira); entre 1930 e 1935 (suspensão da laboração devido ao baixo valor do cobre nos mercados internacionais e aos custos de transporte do minério até aos portos marítimos); entre 1940 e 1944 (nova suspensão da laboração, motivada pela II Guerra Mundial); entre 1945 e 1947 (período longo e difícil de recomeço dos trabalhos na mina); em 1989 (decretado *Lay Off* na empresa concessionária das minas); entre 1993 e 2006 (nova suspensão dos trabalhos de exploração – apenas 80 trabalhadores garantiam a manutenção das galerias, com vista a uma possível retoma dos trabalhos de mineração); em 2006 (recomeço dos trabalhos preparatórios para a exploração mineira); em 2008 (recomeço da mineração e comercialização do minério).

A existência de períodos de desemprego ou a política de baixo valor dos salários (desde sempre praticada pelas empresas), tiveram consequências trágicas para os trabalhadores mineiros e para a população trabalhadora do concelho, que enfrentou graves crises de desemprego e sempre viveu uma condição laboral de grande instabilidade. Esta situação levou muitos dos trabalhadores nas minas a manter um pé nos campos, realizando trabalhos agrícolas para as herdades da região, com o objectivo de complementar os rendimentos familiares ou de suprir a falta de trabalho na mina. Essa situação foi expressa através de uma frase que vários entrevistados proferiram: “*nós levávamos a foice logo p’ra mina*”, no sentido de explicar que muitos deles, quando saíam do seu turno de trabalho no fundo da mina, iam ainda trabalhar nas ceifas (como rendeiros de

pequenas parcelas de terreno ou tomando de empreitada pequenas searas nas herdades da região).

Além disso, apesar da forma irregular como decorria a produção industrial mineira, as empresas concessionárias do jazigo nunca tiveram grandes dificuldades em contratar mão-de-obra sempre que ela foi necessária, uma vez que existiu sempre a possibilidade de recorrer aos trabalhadores disponíveis do concelho, entretanto ocupados nos campos. E também nunca surgiu como uma necessidade para estas empresas o recurso a políticas e práticas sociais (como os aumentos salariais ou a construção de habitação para os trabalhadores) para atrair e fixar a mão-de-obra no trabalho da mina.

Por outro lado, na década de 1960, a concorrência simultânea de diversos factores – como a repressão policial e a prisão de muitos trabalhadores (com as consequentes dificuldades em voltar a encontrar trabalho nas minas), a renovação da mão-de-obra mineira no contexto da transformação tecnológica fomentada pela empresa (com a contratação de trabalhadores jovens qualificados), o êxodo rural que se verificou por todo o país – provocaram um importante corte geracional na mão-de-obra das minas. A maior parte das pessoas que entrevistei, que haviam trabalhado na mina, tinha iniciado essa actividade na década de 1960, altura em que se verificou uma renovação da mão-de-obra mineira com a contratação de jovens qualificados. Desses trabalhadores, apenas alguns tinham o pai ou algum outro familiar ascendente que também tivesse trabalhado na mina. Famílias com mais de três gerações de trabalhadores mineiros são raras. A existência de verdadeiras dinastias de mineiros (em que, geração atrás de geração, os homens da família se empregam nas

minas), como ocorre em determinadas regiões onde esta actividade é predominante, nunca chegou a existir em Aljustrel.

A actividade mineira nunca ocorreu de forma estável, nem atingiu a dimensão necessária (em termos da quantidade de produção e de trabalhadores) para dar origem à formação de uma classe de operários mineiros suficientemente coesa e forte para se impor na sociedade portuguesa. A precariedade laboral, a que os mineiros sempre estiveram sujeitos e que era a condição habitual entre os assalariados agrícolas, contribuiu para a formação em Aljustrel não de uma elite da classe operária nacional (como sucede em muitos países com um forte sector mineiro), mas de uma classe de assalariados única e polivalente (que se repartia entre o trabalho nos campos e o trabalho na mina).

3. Ser mineiro para além da actividade na mina

Em Aljustrel, quando explicava às pessoas o trabalho que realizava e o meu interesse pelas minas e pelos mineiros, frequentemente recebi dois tipos de resposta: “*isso, aqui somos todos mineiros*” ou, então, “*agora, já não há mineiros*” ou “*ser mineiro já não é o que era*”. A principal conclusão alcançada com o meu trabalho, com base nos dados aqui descritos, resultou num questionamento da representação da vila de Aljustrel como “*terra mineira e de luta*” e na convicção de que ser mineiro nunca terá sido apenas aquilo que se diz que foi. Obviamente, esta tese suscitou reacções.

Assim, quando participei (já depois da publicação do livro) num encontro organizado pela autarquia e dedicado à temática das comunidades mineiras e do seu tratamento pelas ciências sociais, apresentei as conclusões do meu trabalho. E fui confrontada com uma forte oposição

por parte do próprio Presidente da Câmara Municipal (na época, eleito pelo Partido Comunista Português). Muitos dos presentes (que trabalham ou haviam trabalhado na mina) concordaram que a população em Aljustrel esteve sempre ligada a outras actividades profissionais e que devido às recentes transformações da produção mineira (com o recurso a novas tecnologias) *“ser mineiro já não é o que era”*. Contudo, o autarca local insistiu e afirmou: *“aqui em Aljustrel, sempre fomos mineiros, é isso que nos distingue das populações próximas”*.

Mais recentemente fui ainda protagonista de outro episódio em que, contra toda a lógica, uma determinada identidade mineira é reivindicada para a vila de Aljustrel. Desta vez, tratou-se de um evento de *“marketing do território”* organizado pelo Instituto Politécnico de Beja. Eu, que apenas quando cheguei ao local fui confrontada pela primeira vez com a designação *“marketing do território”*, comecei a recear o pior. Estavam presentes participantes de diferentes áreas: investigadores das ciências sociais, geólogos, representantes da Direcção Geral de Geologia e Energia e do INETI, um fotógrafo e um escritor que têm publicações sobre Aljustrel e minas e o Presidente da Câmara Municipal. Logo na intervenção inicial, o Presidente da Câmara (outro, agora eleito pelo Partido Socialista) arrumou de uma penada a minha tese, dizendo que *“Aljustrel é uma vila com características próprias, que se destaca pelo facto de ter uma população de operários que trabalham nas minas e não uma população camponesa como acontece nas localidades vizinhas”*.

Convém referir que a identidade mineira da vila sempre teve uma razão prática relacionada com factores económicos. A correspondência entre a vila e a mina prende-se com uma associação ao

trabalho na mina mas sobretudo à empresa mineira concessionária dos jazigos, que é o principal contribuinte fiscal da autarquia. Durante mais de um século, a sobrevivência económica do concelho de Aljustrel esteve dependente em grande medida do desenvolvimento proporcionado pela mineração industrial. Este processo de identificação entre a mina, a vila e a sua população assenta, portanto (e primordialmente), em factores de carácter económico. E é actualizado em diferentes conjunturas.

Contudo, os aspectos simbólicos são igualmente importantes. Vários dos trabalhos dedicados às comunidades mineiras têm vindo a reforçar a hipótese de que estas seriam uma espécie de sobrevivência: mesmo depois do fim da mineração (que constituiu a razão de ser inicial destas comunidades) permanecem formas culturais específicas e identificações colectivas próprias. Para designar este processo, Warwick e Littlejohn (1992, citados por Crow e Allan, 1995) utilizam o conceito de “capital cultural local” (emprestado do conceito “capital cultural” estabelecido por Bourdieu). A força simbólica que o trabalho no sub-solo e os modos de vida associados implicam constitui, portanto, um elemento importante a tomar em consideração, nos processos de renovação económica e requalificação de regiões mineiras. Aquilo que se verifica é uma tentação para manter e fazer reviver estes territórios enquanto espaços mineiros, mas agora como espaços dedicados ao lazer e à cultura. Opera-se, assim, uma passagem da indústria mineira para a indústria do turismo.

Esta transformação torna-se possível através de um processo de patrimonialização das localidades mineiras (incluindo as suas infra-estruturas de produção, o equipamento industrial, a arquitectura e

os próprios jazigos), que resulta na atribuição de novas funcionalidades a elementos que perderam interesse produtivo e são convertidos para a actividade turística de características culturais. Este processo de criação do património cultural, baseia-se num reaproveitamento selectivo e na criação de uma nova imagem (que se pretende apelativa e harmoniosa) para estas regiões turísticas.

Em Aljustrel, este processo de patrimonialização (associado à possibilidade de captar apoios financeiros para a região) surge sob o impulso de agentes políticos locais e este facto conduz a uma consciência patrimonial diferente. Através do recurso a um dispositivo ideológico (agora ao serviço de uma requalificação destes territórios) opera-se um reforço da identidade mineira para a vila e para a sua população e uma negação das outras identidades que possam existir. Nesse processo, o recurso à história e à memória locais desempenham um papel fundamental como factor explicativo de uma identidade particular. Este trabalho de manipulação da memória, afasta os elementos que poderiam conduzir à edificação de uma imagem menos agradável ou polémica sobre as minas e os trabalhos de mineração. Os discursos sobre o passado da vila remetem-nos para uma imagem construída no sentido de afirmar a existência de uma actividade única (a mineração) e de exaltar a coragem e valentia dos trabalhadores no desempenho de uma actividade difícil e perigosa, enfrentando as adversidades da vida através de actos de solidariedade.

Sobre este fenómeno que observei em Aljustrel, Román e Ballesteros (1995) defendem que os processos identitários são essencialmente fenómenos políticos das sociedades. O propósito destes autores (que partilho) é o de desmistificar a ideia de que existe uma identidade

única e homogénea e de dar conta da heterogeneidade de leituras sobre os dois referentes presentes nas comunidades mineiras: as minas e os mineiros. A política é aqui entendida como um processo através do qual os colectivos articulam modelos de representação, tanto sobre si próprios como sobre os outros, bem como sobre a realidade em que estão inseridos através das relações de poder que estabelecem entre si.

Neste contexto, surgem algumas interrogações sobre as mudanças no mundo da mineração e sobre o processo de reconstrução da identidade da vila e da sua população trabalhadora. O que é ser-se um mineiro desempregado ou reformado? Qual o actual significado do trabalho na mina?

Quanto à primeira questão, já aqui referi ter verificado que, em Aljustrel, as identidades masculinas continuavam a ser edificadas em torno da mina e do trabalho na mina e em relação a um grupo de pertença e de referência – os mineiros. E isto num momento em que a laboração da mina estava suspensa.

Um facto ocorrido frequentemente, durante o meu trabalho de campo, é paradigmático dessa situação: quando entabulei conversa com muitos antigos mineiros, o assunto imediato era a mina. Facilmente ficava a saber que o meu interlocutor tinha trabalhado na mina, em que sector, durante quantos anos e até a quantos metros de profundidade (no caso dos trabalhadores no subsolo). Surgiam explicações detalhadas sobre os poços e as galerias, como se de ruas e praças de uma cidade se tratasse. E todas as informações eram dadas com um sentimento de orgulho, por terem estado associados a um trabalho perigoso e de grande dificuldade. Nesses discursos, um elemento ressaltava pela sua estranheza: a par de todas as informações

peçoais que me facultavam sobre a sua relação com a mina, estes homens, faziam questão de me dizer também qual a taxa de incapacidade que lhes havia sido atribuída para efeitos da pensão de invalidez por motivos de doença profissional (a silicose). Seguiam-se os pormenores desse processo burocrático, que passou na maioria dos casos por uma contestação do valor inicial.

Quando me narraram estes episódios, a intenção não era apenas a de me contar como tinham sido prejudicados financeiramente, mas também a de me revelar a desconfiança generalizada sobre os serviços da medicina do trabalho ao não reconhecer uma doença profissional que surge como uma espécie de certificação do bom desempenho da profissão. Um mineiro, ao fim de tantos anos de trabalho na mina tem forçosamente de estar atingido pela silicose. A indignação pelos baixos valores de incapacidade pela doença era expressa com frases do género: “— *Então, eu, que trabalhei X anos na mina, agora, só tinha Y por cento de silicose?*”. A naturalização dos riscos para a saúde pelo trabalho das minas, elemento que faz parte da interiorização da mitologia por parte dos trabalhadores, leva-os não só a aceitarem a doença com normalidade, como também a verem-na como o culminar de uma carreira profissional desempenhada com brio. Além disso, representa o prolongamento da situação de actividade laboral para aqueles que já não trabalham na mina: é uma forma de os reformados, pré-reformados e desempregados continuarem a pertencer ao mundo da mina. Continuam a ser mineiros para além da actividade na mina.

Quanto à segunda questão (recordo, sobre o actual significado do trabalho na mina), ela remete-nos para uma situação inversa: a de trabalhadores na mina que não são (não se consideram) mineiros.

Em 2006, após um longo período de suspensão dos trabalhos e graças à subida do valor do cobre nos mercados internacionais, verificou-se um recomeço da laboração mineira em Aljustrel. Nesse contexto, a actividade de mineração sofrera alterações profundas e também o trabalho dos mineiros e as suas condições de trabalho se transformaram radicalmente. As tarefas na fase preparatória dos trabalhos de extracção do minério são executadas, essencialmente, por empresas sub-contratadas. Esta situação constitui uma alteração fundamental: uma boa parte destes trabalhadores (temporários) vem de outras regiões e não chega a fixar-se na vila – quando os contratos chegam ao fim, eles seguem para outra “empreitada”, noutra local. Assim, a maior parte dos trabalhadores que aqui estão empregados pouco se identificam com a imagem do trabalhador mineiro e a sua relação com o trabalho no sub-solo também se modificou. Consideram-se condutores ou operadores de máquinas. Trabalham para empresas de construção e estão numa mina como poderiam estar na construção de túneis do metro ou de barragens.

Também as formas de contratação e o tipo de relação que mantêm com as empresas que os contratam fazem com que não haja uma estabilidade do grupo de trabalho, o que impede a transmissão de conhecimentos e do saber-fazer, necessária ao processo de aprendizagem para qualquer trabalhador numa mina e que estava na origem da formação de uma identidade colectiva profissional. Como já não se verifica uma permanência em continuidade no local de trabalho dificilmente contribuem para a perpetuação de uma comunidade mineira, em que a identidade profissional era apropriada por toda uma população. O trabalho na mina assume, assim, novos significados.

No entanto, importa salientar que, apesar de as actuais condições de trabalho na mina terem sofrido profundas alterações, existe um elemento que, no caso das minas de Aljustrel, se mantém: a instabilidade laboral. Após os trabalhos preparatórios para a laboração da mina, a extracção do minério exige uma mão-de-obra mais estabilizada. No entanto, esta vive sob a ameaça constante de novas suspensões da actividade devido às flutuações do valor do minério nos mercados internacionais. Com a agravante, no contexto actual, de inexistência da alternativa de trabalhos na agricultura.

Ao longo de todo o século XX, a situação vivida pela classe trabalhadora da vila, devido à intermitência com que se desenrolaram os trabalhos de mineração, fez com que esta população vivesse em permanente precariedade laboral. Durante este período, o objectivo quer do estado português (sobretudo durante a ditadura do Estado Novo) como das empresas concessionárias do jazigo, foi o de uma manutenção no concelho de uma população trabalhadora em situação de mobilidade geográfica permanente e de disponibilidade para qualquer trabalho – ora na mineração ora na agricultura. Esta realidade configura uma situação semelhante àquela que se verifica existir nos nossos dias e que se prende com as características exigidas actualmente aos trabalhadores, que se resume em três palavras: mobilidade, flexibilidade e polivalência.

Do meu ponto de vista, as recentes transformações do trabalho nas minas trazem impactos inevitáveis para o imaginário sobre o mineiro enquanto trabalhador e militante modelo e para a identidade da vila.

4. Conclusão

A situação que acabo de descrever sobre a identidade mineira em Aljustrel – em que existe uma identidade hegemónica, afirmada oficialmente, que se opõe às outras identidades possíveis (minoritárias e subordinadas) – e alguns dos episódios que têm ocorrido desde que publiquei o meu trabalho, confirmam a minha ideia de que a identidade mineira e revolucionária da vila de Aljustrel, constitui de facto uma ficção.

E a propósito, recordo uma história que o escritor Eduardo Galeano conta: sobre um menino com quem se cruzou numa cidade da América Latina, que lhe mostra um relógio desenhado no seu pulso (dizendo que foi um presente do tio que está emigrado nos EUA), o escritor pergunta ao garoto se o relógio funciona bem e recebe como resposta “*atrasa um pouco*”. Por vezes, penso que se seguisse a fantasia identitária construída pelos grupos de poder em Aljustrel e perguntasse às pessoas se a sua identidade funciona bem, receberia como resposta “*atrasa um pouco*”, num reconhecimento de que essa é apenas a identidade oficial e depois existem outras: as dos mineiros que faziam o seu próprio almoço quando chegavam a casa porque as mulheres andavam a trabalhar no campo, as dos rapazes que choraram no primeiro dia em que desceram ao fundo da mina onde não queriam trabalhar, as das viúvas de mineiros falecidos precocemente devido à silicose, as das crianças cujos pais saíam de casa com a foice ao ombro, as dos que nunca trabalharam na mina e vivem na vila mineira, etc..



Origem e Evolução da Profissão e da Actividade na Hotelaria e Turismo

HORÁRIO, REMUNERAÇÃO, ESTATUTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

Introdução

Servos, lacaios, criados e criadas, criados de mesa, cozinheiros, porteiros, são profissões que remontam seguramente aos primórdios da história. Porque desenvolvem actividades com vista à satisfação de necessidades básicas, como a alimentação, as condições para descansar e dormir, a facultação do lazer. Onde quer que se ergueu um palácio, se constituiu uma família de casa abastada, foram seleccionados escravos e servos, ou contratados criados e criadas para lhes fazerem a comida, as camas, limparem a casa.

Nos exércitos, aquartelados ou em batalha, há os que tratam da questão estratégica das provisões alimentares e da sua confecção e distribuição. Com o advento das trocas comerciais e a circulação de mercadorias e pessoas começaram a surgir albergarias, pousadas, estalagens, pensões, hotéis, tabernas, botequins, restaurantes e cantinas, para abrigar e alimentar viajantes, negociantes, os animais de carga e transporte, viajantes, peregrinos e turistas. Vejam-se ainda hoje as imponentes fortalezas que são as pousadas, edificadas a um dia de jornada cada, na histórica rota da seda, por onde chegavam

ao ocidente, por terra, as mercadorias provenientes do oriente, antes dos descobrimentos marítimos.

Remontam pelo menos ao tempo dos romanos, as termas e as caldas, para os banhos e tratamento de águas, actividades onde se vieram a edificar alguns dos primeiros hotéis comerciais.

Mas foi com o aparecimento da máquina a vapor e o desenvolvimento explosivo dos transportes colectivos, primeiro com o comboio e o barco a vapor, no século XIX, e depois com o avião, no século XX, que proporcionaram a deslocação rápida de grandes massas de pessoas para qualquer parte do mundo, que a restauração, a hotelaria e o turismo se transformaram numa das principais actividades económicas mundiais, empregando dezenas de milhões de trabalhadores, na hotelaria e restauração em centros urbanos, rotas e caminhos, aeroportos, comboios e navios, estâncias balneares, de lazer e jogo.

Como a raiz da profissão e o seu percurso dominante durante milénios foi o trabalho doméstico, horário de trabalho, remuneração, estatuto profissional e social, e organização do trabalho, foram condicionados pelas características e origem deste tipo trabalho, o que atrasou a transição para a condição de assalariados e consequentemente a sua organização de classe.

Mas as motivações e razões para a sua organização e luta, embora mais tardias, são as mesmas do restante proletariado. A entreatajuda ou solidariedade, primeiro, nas situações de infortúnio e depois, na luta; a redução da jornada de trabalho; a remuneração e a dignificação do trabalho; o combate ao desemprego e pelo direito ao trabalho; e na nossa época histórica também a luta pela igualdade das mulheres no trabalho. Eixos principais da movimentação e

organização dos trabalhadores, que emergiram em simultâneo com o advento do capitalismo industrial no século XIX, e que como é bom de ver, continuam a ser básicos e plenos de actualidade, acrescentados de outros, inerentes à evolução da sociedade.

Horário de trabalho

Desde tempos remotos, enquanto no duro trabalho do campo, e noutras actividades exteriores, o horário era de sol a sol, todos os dias da semana, do mês e do ano. No trabalho adentro de casa, em regra mais leve, e relativamente à maioria dos trabalhadores produtivos melhor remunerado até à erupção da sociedade capitalista, a disponibilidade do criado, que pernoitava adentro portas ou em anexos, era de 24 horas por dia, ao serviço do senhor, patrão ou patroa.

Com o surgimento de casas comerciais destinadas a fornecer alimentação e serviços equivalentes aos domésticos, a viajantes e a cidadãos dos centros urbanos, foram trazidas para estes estabelecimentos, as mesmas regras profissionais e laborais do serviço doméstico. Os trabalhadores dormiam e comiam dentro dos próprios estabelecimentos ou em anexos próximos, e chegavam a trabalhar 18 a 20 horas por dia sete dias por semana.

Há relatos do princípio do século XX que referem os empregados de mesa dos cafés da Baixa de Lisboa a trabalharem entre as sete e as duas horas da manhã. Horas a que arrumavam as mesas, colocavam sobre as mesmas enxergas de palha onde dormiam, e às seis horas, levantavam-se, limpavam e arrumavam o estabelecimento para reiniciarem de novo o trabalho às sete horas. Pela mesma altura, no Hotel Frankfort e noutros hotéis de da cidade, os trabalhadores

dormiam no chão das cozinhas e em sótãos, estavam proibidos de receber visitas e de saírem à rua, estando muitos deles meses ali enclausurados, até que a entidade patronal “benevolmente” os autorizava a visitar a família.

Em Portugal, foi em 1907 que saiu a primeira lei relacionada com o tempo de trabalho, instituindo o descanso semanal obrigatório ao domingo. Então já havia algumas profissões e trabalhadores que tinham conquistado um dia de descanso por semana, mas não era obrigatório por lei.

Foi em torno do objectivo do cumprimento desta lei que se constituiu a primeira associação de classe (sindicato) e se fundou um jornal dos trabalhadores da hotelaria, *A Defesa*, em Lisboa, cujo lema, inscrito em nota de rodapé do nº 1 era: *o capital é o trabalho não pago*. No Porto já se havia constituído associação semelhante em 1898. Havia já sido constituídas outras associações anteriormente, nesta classe, mas eram de natureza mutualista e cooperativa.

Mas, a lei de 1907 era de tal modo genérica e cheia de buracos que, apesar das denúncias, das assembleias de protesto, das petições nacionais ao Ministro do Reino, promovidas pela associação de classe, o patronato eximia-se facilmente ao seu cumprimento. Foram muito poucos os trabalhadores que então passaram a gozar este direito.

Durante a primeira república, com uma lei um pouco melhor, que remetia as questões do descanso e do horário para regulamentação das câmaras municipais, e atribuía aos sindicatos capacidade para fiscalizarem o seu cumprimento, os trabalhadores, com muito esforço e lutas começaram a fazer aplicar o direito ao descanso semanal, que simultaneamente significava uma redução semanal

do horário em cerca 16 horas. Foi um processo que durou décadas e nos anos trinta do século XX ainda havia muitos estabelecimentos onde não havia dia de descanso.

Considerados trabalhadores domésticos pelo código civil desde o século XIX, os trabalhadores dos cafés, restaurantes e hotéis, durante muito tempo viram-se excluídos da legislação que estabelecia limites diários e semanais ao horário de trabalho.

O projecto da lei fixava o limite máximo de 8 horas diárias e 48 semanais para o comércio e a indústria, em 1919. Na proposta do governo, os trabalhadores de hotelaria faziam parte dos trabalhadores a ser abrangidos. Mas na discussão pública, após forte pressão do patronato sobre o poder político, foram excluídos, e expressamente considerados domésticos na lei que veio a ser publicada. Juntaram-se assim aos trabalhadores agrícolas e aos pescadores que também foram excluídos da aplicação da lei geral.

Só em 1932, em plena ditadura, já próximo da institucionalização do fascismo, o Decreto-Lei 24 402, do horário de trabalho, elimina a classificação dos trabalhadores de hotelaria como domésticos, integrando-os na categoria dos trabalhadores do comércio, a quem se aplicava o horário de 48 oito horas semanais.

Devido ao grande crescimento do sector esta situação de discriminação relativamente a outras actividades comerciais e industriais gerava grande conflitualidade laboral. Desde a segunda metade do século XIX que havia cafés e restaurantes em Lisboa e no Porto com largas dezenas de trabalhadores. O Café Chave de Ouro no Rossio, quando abriu, admitiu 150 trabalhadores para cozinhas, copas e mesas.

O Hotel Avenida Palace em Lisboa, inaugurado ao mesmo tempo que a Estação de caminhos-de-ferro do Rossio, tinha mais de cem empregados. Aos hotéis do final do século XIX e princípio do século XX, nas termas de Vidago e outras, começaram a juntar-se grandes hotéis em estâncias balneares como a Madeira, o Estoril, e nos grandes centros urbanos.

A aposta no desenvolvimento do turismo a partir dos anos trinta, como actividade económica importante e geradora de ingresso de divisas no país, e a crescente organização e luta dos trabalhadores começaram a tornar insustentável a sua consideração como domésticos.

Mas, também esta lei colocava obstáculos à aplicação dos seus limites à jornada de trabalho no sector, ao estabelecer que estes só seriam aplicados depois de convencionados entre trabalhadores e patronato, e ao admitir que horários mais longos fossem negociados nas convenções colectivas.

Foi assim que nas convenções negociadas pelos sindicatos corporativos entre 1937 e 1945, sob fortes protestos dos trabalhadores, foram fixadas 10 horas diárias de trabalho, 60 semanais, um dia de descanso por semana, e 4 ou 8 dias de férias não pagas, conforme os anos de casa. O argumento dos próprios sindicatos aos trabalhadores para aceitação desta duração da jornada de trabalho era o de que na prática, os horários eram então muito mais longos e que mesmo assim iria haver redução.

Só em 1966, com nova lei do contrato individual de trabalho, que vem melhorar as débeis convenções colectivas, as 8 horas por dia e 48 semanais chegam finalmente aos trabalhadores de hotelaria e restauração.

Com a Revolução do 25 de Abril e a fusão de mais de dez convenções colectivas num contrato vertical único para o continente, com entrada em vigor no dia 1 de Maio de 1975, foi unificada toda a regulamentação de trabalho, e reduzido o horário de trabalho de 48 para 44 ou 45 horas semanais, consoante o descanso semanal fosse de 1 dia e meio ou de dois dias, respectivamente.

No 1 de Maio de 1989, a CGTP-IN lançou a palavra de ordem de luta pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais no máximo, em cinco dias. Aqui, já trabalhadores assalariados iguais aos outros, os trabalhadores de hotelaria irmanados com os das fábricas, iniciaram um longo processo de luta empresa a empresa, conquistando as 40 horas em progressão contínua, a começar nas grandes empresas, em regra após várias greves. Destacaram-se nesta luta os trabalhadores do Hotel Sheraton, que fizeram 15 dias seguidos de greve até negociarem as 40 horas.

Este horário foi também sucessivamente conseguido nas convenções colectivas de trabalho, até que finalmente, em 1996, as 40 horas semanais em 5 dias foram consagradas na lei geral de trabalho. Para não fugir à regra dos artifícios dos governos anteriores para enganar os trabalhadores e favorecer o patronato, também esta nova legislação trazia um conceito de trabalho efectivo que eliminava as pequenas pausas existentes nos horários estabelecidos, de tal modo que a sua aplicação, em alguns casos, significava aumento da jornada de trabalho em vez da sua redução. Somente após dois anos de intensa luta, particularmente no sector têxtil, é que os trabalhadores forçaram uma aplicação da lei que fixava de facto o horário em 40 horas semanais em 5 dias por semana.

Hoje, a duração da jornada de trabalho, e o exército de reserva dos desempregados, continuam a ser os dois principais instrumentos do patronato para intensificar a exploração e embaratecer o factor trabalho.

No que respeita ao horário, foram introduzidas as mais sofisticadas formas na sua organização, através da chamada flexibilização, bancos de horas etc., que não têm outro objectivo senão tornar o trabalhador disponível sempre que é necessário, esticando ou encolhendo a jornada, eliminar tempos mortos e pausas, aumentar ritmos de trabalho, e também, voltar a aumentar o tempo de trabalho, mesmo que partido aos bocadinhos ao longo do ano de modo a que o trabalhador se aperceba menos do facto.

Quanto ao direito ao trabalho e à segurança e estabilidade no emprego é contínua a luta entre trabalhadores e patronato, os primeiros exigindo vínculos efectivos e estabilidade laboral e social, os segundos inventando as mais criativas mas falsas justificações ideológicas, e todo o tipo de vínculos laborais precários, para forçar a liberalização e o embaratecimento dos despedimentos.

A remuneração do trabalho

Nas épocas históricas dos métodos de produção escravagista, feudal, e nos primórdios do capitalismo, a quase totalidade da classe profissional eram escravos, servos, lacaios, criadas e criados domésticos em castelos, palácios e casas de nobres e dos ricos. Não é difícil de ver que a sua remuneração era constituída unicamente pela alimentação, vestimenta e alojamento. Eventualmente, de quando em vez, remuneração acrescida por uma prenda ou gratificação aos mais afortunados.

Condições de trabalho que mesmo assim garantiram seguramente durante séculos a estes trabalhadores mais qualidade de vida que a que tinham os restantes explorados na manufactura e nos campos.

Esta foi a natureza da remuneração que foi sendo adoptada pelos estabelecimentos comerciais que ultrapassavam a gestão exclusivamente familiar e contratavam pessoal para o seu serviço, a troco de “cama mesa e roupa lavada”. Na década de cinquenta do século XX ainda era vulgar em Lisboa esta forma de remuneração, nas casas de pasto, tabernas, carvoeiros, pensões e pequenos restaurantes. E para as criadas e criados domésticos das casas da nobreza e da burguesia era a regra. Eu próprio, com 12 anos, comecei a trabalhar num Bar da capital em Outubro de 1953 com esta remuneração. Só passados dois anos passei a ganhar 10 escudos por dia. E porque era assim? Mais uma vez o meu caso dá a resposta. Lembro-me de o meu tio, que fora uns dias à aldeia, fazer a proposta à minha mãe. Se quiseres posso levar o Américo para Lisboa. É menos uma boca com que ficas para alimentar. Eu era o mais velho de cinco irmãos...

Na segunda metade do século XIX os cafés de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga eram espaços de encontro, de tertúlias, de convívio de burgueses, intelectuais, políticos, juizes e advogados, sargentos e oficiais do exército e da Marinha, funcionários públicos superiores, empregados de escritório e do comércio. Eram então os estabelecimentos hoteleiros com maior número de trabalhadores, particularmente no serviço de mesas, cozinhas e copas.

O acto de dar uma gorjeta ou gratificação por parte do cliente ao empregado de mesa que o servia, em cafés, restaurantes e hotéis, com o tempo tornou-se uma prática rotineira. E, nos estabelecimentos

frequentados por clientela abastada ou em tempo de “vacas gordas” as gorjetas podem transformar-se numa apreciável forma de remuneração para quem as recebe. Embora carreguem consigo consequências negativas. Por exemplo, os trabalhadores passaram a disputar, dividindo-se, as melhores mesas e os melhores clientes, e dispunham-se a trabalhar longas jornadas de trabalho porque estando mais tempo de serviço tinham mais possibilidades de receber mais gorjetas.

Quando a gorjeta se afirmou na prática como norma instituída e era raro o cliente que, maior ou menor não a deixava no prato específico que lhe era estendido com o troco, o próprio patronato passou a apropriar-se de uma quota-parte dela. Ao contratar os empregados, impunham-lhes como condição a entrega de cerca de 50% das gorjetas recebidas. Ou mesmo o pagamento por parte dos empregados de uma verba diária ou mensal fixa pelos postos de trabalho que davam origem a gratificações. O mesmo aconteceu com as fardas. Inicialmente parte integrante da remuneração, os patrões passaram a obrigar os empregados a pagá-las, e quando em banquetes de luxo, em embaixadas, bailes e casamentos era imposto o uso de fraque ou casaca de labita, eram também os empregados que tinham de os alugar a custas suas no adelo.

Também aqui a minha própria experiência serve de testemunho directo. Em 1957, quando fui trabalhar para o Hotel Tivoli, eu e os cerca de 600 outros trabalhadores, éramos obrigados a pagar duas fardas cada, em conformidade com o feito e o tecido decididos pelos decoradores da empresa. E, como não tínhamos dinheiro inicial para as pagarmos, era-nos descontada no fim do mês uma parcela do parco vencimento que tínhamos com origem na percentagem.

Em geral, quando acabávamos de as pagar, já estávamos a precisar de as substituir por outras, novas, reiniciando-se o ciclo perpétuo do desconto do seu custo no vencimento.

A primeira greve de que há notícia em Lisboa foi realizada pelos trabalhadores do Café Suisso, ao Rossio, em Agosto de 1909, para deixarem de pagar ao patrão 900 réis por dia cada um, extraídos das gratificações que recebiam dos clientes. Promovida pela associação de classe, a acta do acordo colectivo negociado, que estabelecia uma redução deste pagamento para 600 réis, configura também a primeira convenção colectiva conquistada pelos trabalhadores do sector.

A partir desta vitória, a reivindicação do fim da paga pelo trabalho junta-se como regra, à reivindicação do cumprimento do dia semanal de descanso e à redução das horas diárias de trabalho. Os conflitos entre empregados de mesa e patrões nas principais cidades exigindo que as gorjetas ficassem para quem as recebia eram frequentes, e em regra tinham o apoio solidário dos próprios clientes.

Um dos aspectos negativos desta forma de remuneração é o facto de ela depender da boa vontade e das possibilidades dos clientes. Por isso está sujeita às imponderabilidades provocadas pelas crises económicas, o desemprego, e a guerra. As gorjetas aumentam ou diminuem em conformidade com o poder de compra das populações e com a alteração da composição das classes sociais, os seus hábitos e culturas.

Foi o que aconteceu com as consequências económicas e sociais da I Grande Guerra Mundial. Os preços aumentavam da manhã para a tarde, os bens alimentares eram açambarcados pelos especuladores, a moeda sofria desvalorizações sucessivas e galopantes, o desemprego

e a fome grassavam, o poder de compra diminuía em conformidade, logo, nos cafés, restaurantes e hotéis, as gorjetas reduziam drasticamente ou deixavam de existir totalmente, fazendo regressar as remunerações à fórmula “*cama mesa e roupa lavada*”.

Perante a luta dos trabalhadores e a minguada do volume das gorjetas arrecadas, em 1917, o patrão d’A Brasileira de Lisboa deixa de extorquir aos seus empregados a parte das gorjetas com que ficava. Pouco depois, o Café Gelo, o Chave de Ouro, o Royal e a Cervejaria Leão, todos de Lisboa, seguem-lhe o exemplo. No Porto e noutras cidades acontece o mesmo. Face à escassez das gratificações, anos depois, os trabalhadores começam a lutar pela sua abolição e pela sua substituição por uma percentagem ou taxa de serviço sobre as vendas realizadas.

Às cinco da manhã do dia 31 de Julho de 1922, uma Reunião Magna de centenas de trabalhadores de cafés, restaurantes e cervejarias do Porto, encerra com a deliberação do inicio imediato de uma greve pela abolição da gorjeta e pela fixação de uma percentagem de 10% sobre as vendas. A greve inicia-se com grande adesão, mas após a colocação da GNR à porta dos principais cafés da cidade, o patronato fez circular o boato de que havia acordo sobre os 10% e muitos trabalhadores iniciaram o regresso ao trabalho. São presos inúmeros grevistas e 15 activistas sindicais são despedidos. Nada ficou decidido por escrito, e só um café passou a aplicar a taxa de serviço de 10% com que se tinha comprometido, como forma de remuneração. Mas o patronato admitiu pela primeira vez esta forma de remuneração.

Em Maio de 1924, foi a vez dos trabalhadores de Lisboa, de forma mais organizada e formal fazerem a mesma reivindicação. A associação de classe apresentou à associação patronal para

negociação um caderno reivindicativo em que a exigência da abolição das gorjetas e fixação de uma taxa de serviço era a questão principal. Depois de inúmeras diligências e reuniões infrutíferas, dia 4 de Setembro, uma Reunião Magna dos trabalhadores de Lisboa declara a greve no sector com início no dia 7 de Setembro. A greve tem grande adesão, estende-se à Figueira da Foz, e dura 24 dias. Há diversos Cafés e restaurantes que assinam com os trabalhadores actas a estabelecer a taxa de serviço. O Tavares foi o primeiro.

A associação patronal chegou a propor ao sindicato acordar um contrato colectivo com os 10%. Mas como pretendiam acrescer a percentagem aos preços cobrados ao cliente, o sindicato, em coerência com a luta dos trabalhadores em geral contra o aumento do custo de vida, não aceitou a proposta por esta significar também um aumento equivalente dos preços. Tiveram o pássaro não mão, mas por uma mistura de idealismo, anarquismo e inexperiência, deixaram-no fugir. Durante esta luta alguns trabalhadores galegos foram detidos e colocados na fronteira. 24 Dirigentes e activistas foram presos e enclausurados nos calabouços do Governo Civil até aos primeiros dias de Outubro. Muitos foram despedidos, mas o saldo traduziu-se em algumas dezenas de actas de acordo que foram a semente que fez alastrar ao longo dos anos seguintes esta forma de remuneração aos trabalhadores dos principais cafés, restaurantes e hotéis das cidades, das termas e das zonas balneares.

A 11 de Novembro de 1932, é publicado o decreto-lei 21 861, que proíbe as gratificações nos estabelecimentos hoteleiros, e, embora não a tornando obrigatória, reconhece a existência da taxa de serviço como forma de remuneração.

Perante esta legalização, o patronato alarga a cobrança da percentagem, e aproveita a falta de qualquer regulamentação sobre a sua arrecadação e distribuição pelos trabalhadores, para se apropriar directamente dela, 30% do total no Hotel Palácio do Estoril durante algum tempo, por exemplo, com o pretexto de repor a quebra de receitas na época baixa, e indirectamente, retirando da taxa de serviço o dinheiro para pagar e repor louças e vidros partidos e talheres desaparecidos. Isto, para além de se terem arrogado a si próprios o direito de fazerem a seu belo prazer a gestão e distribuição da taxa cobrada aos clientes para pagar aos trabalhadores.

A partir daqui, a luta passou também a ser a exigência de controlo total dos dinheiros arrecadados por aqueles a quem a taxa de serviço se destinava, e pela fixação de regras para a sua distribuição periódica e em conformidade com as categorias e responsabilidades profissionais de cada um. Foi também no Hotel Palácio do Estoril que após intensa contestação a forma como a taxa era distribuída foi regulamentada em acta de acordo assinada, com regras para a sua distribuição por “pontos” em função das categorias profissionais. Mas a generalização dessas regras e o controlo dos valores efectivamente recebidos, viria levar anos de luta em pleno fascismo.

A lei não fixava a taxa de serviço como forma obrigatória de remuneração, mas proibia os trabalhadores de receberem gorjetas, do seguinte modo: «nos estabelecimentos que adoptem o sistema de cobrar gratificações destinadas ao pessoal estes são obrigados a afixar no vestíbulo de entrada, sala de jantar, botequins e quartos, letreiros em caracteres bem legíveis e em português, francês e inglês

chamando a atenção das propinas ao pessoal, que ficará sujeito a sanções severas se as aceitar.»¹

Não há muito tempo, quando deparei com esta lei ao investigar a história do meu sindicato, vieram-me há memória os letreiros de letras gordas e vermelhas, afixados nas paredes interiores do *Nice Bar* a anunciarem a proibição das gorjetas. O que na altura, em 1953, me intrigava bastante. Pois os clientes davam gratificações e os empregados recebiam-nas, como se aqueles letreiros fizessem parte de outra realidade. Nesta época a lei já era letra morta no que respeita à proibição. Mas ainda subsistia uma prova caricata e simultaneamente dramática que demonstra até que ponto chegaram patronato e governo para sujeitarem os trabalhadores à lei. Obrigavam os empregados de mesa a usar o tradicional *casaco branco e calça preta*, sem algibeiras, para que não pudessem arrecadar as gratificações rapidamente sem que os vissem.

A vida demonstrou que a ideia da proibição da gorjeta não era realista. Esta forma de agradecer a simpatia e o profissionalismo de um empregado, uma dose de comida ou um copo melhor servidos, perde-se no tempo. Além disso, apesar de na luta pela abolição da gorjeta como forma de remuneração muitos trabalhadores a considerarem um vexame, contraditoriamente, o que verdadeiramente estava em causa e os trabalhadores reivindicavam, era a sua obrigatoriedade, a fim de lhes ser garantido um vencimento regular. O que realmente veio a acontecer, em parte, com a generalização da taxa de serviço.

1 Dec. Lei 21 861 de 11 de Novembro de 1932

Em parte, porque a percentagem, garantindo embora maior regularidade do vencimento aos trabalhadores, era ainda assim muito imponderável, dado que sujeita às oscilações do afluxo de clientela. Nas épocas de crise social e económico, a redução drástica do volume de negócios significava uma redução drástica da percentagem, e nos hotéis e outros estabelecimentos sazonais, na época baixa, em geral no Inverno, a renumeração com origem na taxa de serviço era em muitos casos quase reduzida a zero. Esta situação levou mais tarde à reivindicação de um cômputo mínimo garantido, nomeadamente para efeito de descontos para as caixas de previdência quando elas foram instituídas.

A proibição das gratificações não vingou, porque muitos clientes continuaram a dá-las, mesmo depois de proibidas por lei e do estabelecimento da taxa de serviço. E para os trabalhadores, é mais fácil e mais profícuo recebe-las do que recusá-las. Porque são um acréscimo de remuneração à que já está garantida, e porque evitam o vexame feito pelo trabalhador que as recusa ao cliente que as quer dar. Enquanto recepcionista, com um salário fixo razoável, tive oportunidade de ver a cara ofendida dos clientes, portugueses e estrangeiros, durante um período em que eu e outros colegas decidimos recusar as gratificações. Foi nessa altura que percebi que a gratificação não era apenas uma forma de pagamento ou de agradecimento. Que, o que gratifica, afirma ao mesmo tempo um estatuto social superior ao gratificado. Inconscientemente está a fazer dele seu *criado*.

O primeiro ACT – Acordo Colectivo de Trabalho negociado com 39 dos principais cafés de Lisboa, em 1937, fixou as primeiras regras para a arrecadação e distribuição da taxa de serviço pelos

empregados que serviam directamente os clientes, e ordenados mínimos para os restantes trabalhadores. Estas regras vieram a ser também adaptadas e consagradas, no CCT – Contrato colectivo de Trabalho das pensões, de 1938, nos hotéis e restaurantes em ACT também de 1938, transformado em CCT dos hotéis, em 1945.

Os trabalhadores das empresas de média e grande dimensão, onde não era cada trabalhador a receber directamente as receitas dos gastos realizados pelos clientes, só nos anos seguintes é que vão conseguindo algum controlo dos valores recebidos, através da imposição de um registo obrigatório, escrito, dos valores pagos por cada cliente e do respectivo acréscimo de 10% para a remuneração do trabalhador que o servia. Mesmo assim, chegámos ao 25 de Abril de 1974 com muitos trabalhadores de inúmeras empresas a queixarem-se do roubo da taxa por parte de alguns patrões e gerentes. A taxa era então de 10% em toda a hotelaria, excepto nos cafés, onde eram cobrados 16% (pois, eram estabelecimentos de pequenas despesas por pessoa).

Com a revolução de Abril, foi interrompida por um período de 18 meses (25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975) a dominação burguesa da sociedade portuguesa, e os trabalhadores em geral, também os de hotelaria, com a relação de forças a seu favor, puderam, através da luta, obter grande parte das reivindicações que vinham a fazer desde o início do século, negociando-as e consagrando-as em CCTs.

Numa primeira fase, logo em Maio e Junho de 1974, foram negociados acordos que fixaram as férias em 30 dias para todos os trabalhadores, um mês de subsídio nas férias e outro pelo Natal; a proibição do despedimento sem justa causa; a taxa de serviço foi

uniformizada em 15% em todas as actividades hoteleiras; foi abolida a discriminação que existia na qualidade e na variedade da alimentação dos trabalhadores, conforme estes eram chefias ou pessoal administrativo adstrito às administrações, e os restantes trabalhadores. O salário mínimo nacional (s.m.n) de 3 300 escudos a 27 de Maio abrangeu mais de 80% dos trabalhadores, cerca de metade com aumentos de 100% e 200%. Trabalhadores das copas, das cafetarias, moços de cozinha, trabalhadores de lavandarias, refeitórios e limpezas e outros, tinham então salários entre 400 e 1500 escudos.

Em 1974, a distribuição de riqueza produzida em Portugal era de 40% para os trabalhadores e 60% para o capital. No final do ano de 1975 os números estavam invertidos. 60% Destinavam-se ao factor trabalho e 40 ao factor capital. Nos dias de hoje os valores são os mesmos e voltam a estar invertidos em desfavor dos trabalhadores.

O decreto-lei do s.m.n dispunha que o patronato podia descontar até 50% no salário, do valor atribuído à alimentação e alojamento fornecido aos trabalhadores. A forma de remuneração dos trabalhadores durante séculos: a alimentação, e em alguns casos o alojamento, que tinham transitado como um direito adquirido com a conquista de um vencimento regular através da percentagem, ou de um salário, no caso dos trabalhadores interiores sem contacto directo com os clientes, foi transformada pelo patronato numa forma de reduzir o s.m.n. em 50% para os trabalhadores da hotelaria.² Os sindicatos lançaram-se numa

² A questão não era nova para a classe. Já em Junho de 1921, o Governador Civil de Lisboa, Lelo Portela, tentou fazer aplicar um regulamento da sua autoria a criados e criadas, que estipulava que os

luta com manifestações e greves que duraram até ao fim do ano de 1974, nas empresas que utilizaram o artifício, e conseguiram levar o ministro do trabalho a dispor por PRT, que no caso da hotelaria, não era permitido o desconto do valor da alimentação no salário.

O CCT que entrou em vigor no dia 1 de Maio de 1975, aplicável a todo o continente, cuja negociação com o patronato foi concluída quatro dias depois do termo de um ciclo de greves nacionais, entre 3 e 5 de Maio, com adesão praticamente total, veio consagrar, uniformizar e regulamentar tudo o que tinha já sido conquistado de forma avulsa acrescentando muitas outras reivindicações. Às matérias e direitos já atrás referidos foram consolidados neste CCT. Ficou também convencionalizado que todo o tipo de fardas, fazenda, confecção e limpeza seriam encargo da entidade patronal; a alimentação obrigatória, não seria dedutível no salário; um subsídio de 50% para o trabalho nocturno; feriados e horas extraordinárias pagas a 200%; uma carreira profissional progressiva para cada categoria; a proibição do despedimento sem justa causa; a obrigatoriedade de processo disciplinar e de nota de culpa com informação ao sindicato, quando da tentativa de despedimento com justa causa, e uma indemnização de três meses por cada ano de casa, num mínimo de 12 meses, a cada trabalhador que fosse despedido; direito de acção e organização sindical na empresa; a proibição do lock-out; a proibição de cobrar aos trabalhadores pelas louças, vidros partidos e talheres extraviados no serviço;

patrões pudessem descontar 50% do salário aos que tinham alimentação e alojamento; os primeiros ACTs convencionalizados acolheram também este princípio.

a redução do horário de trabalho de 48 para 44 ou 45 horas de trabalho; direitos especiais para mulheres e menores; e finalmente, a eliminação do último liame importante que ainda lembrava a condição de trabalhadores domésticos. A proibição da taxa de serviço como forma de remuneração em favor de um salário mensal fixo numa tabela com IX níveis salariais. Tinham passado 75 anos de lutas quando os trabalhadores de hotelaria deixaram definitivamente para trás o labéu de criadas e criados domésticos, e passaram a ter estatuto integral de trabalhadores assalariados.

As mulheres na profissão – A luta pela dignidade da profissão estatuto social e de cidadania

No jornal da associação de classe de Lisboa, aparecem logo no início da sua publicação algumas referências, tímidas, à igualdade de direitos das mulheres. Em 1911, defendia-se que elas também tinham direito ao dia de descanso semanal. Em 1914 é referida uma carta de uma empregada de hotel a perguntar se a associação aceitava mulheres como sócias. Mas não há qualquer sinal de resposta positiva. Em Setembro de 1916, quando no Porto abre um café com mulheres a servir à mesa, a associação de classe protesta contra o facto e o apoio que recebe dos trabalhadores é grande. Tudo indica que durante mais de uma década as associações de classe na profissão, embora os seus estatutos fossem abertos à participação das mulheres, eram apenas constituídas por homens.

No início do ano de 1921, com o apoio da USO – União dos Sindicatos Operários de Lisboa, e de dirigentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, nomeadamente Maria O'Neill, a escritora

Maria Correia Alves e a médica Adelaide Cabete, constitui-se uma comissão promotora de uma associação de classe das *empregadas domésticas de hotéis e casas particulares*³. Esta comissão instalou-se na sede da associação de classe dos trabalhadores dos hotéis, cafés e restaurantes, que lhes deu o seu apoio solidário e material.

Um episódio rocambolesco ocorrido neste ano de 1921 provocou a maior e mais combativa greve realizada até aí pelos trabalhadores da hotelaria em Lisboa. Ficou conhecida pela *greve do livrete* e nela participaram de forma aguerrida, as criadas domésticas, incluindo as dos hotéis, mas também os homens, incluindo os dos cafés e restaurantes. Tratou-se sobretudo de uma greve de defesa da dignidade das mulheres, mas também da dos homens, e da primeira grande acção concreta em que o objectivo principal foi o combate para se libertarem de ser considerados como criados domésticos.

O Governador Civil Lisboa, Lelo Portela, aviador famoso e viajado, aproveitou o facto de ter sido detida uma ladra que se fazia passar por criada doméstica para assaltar casas em Lisboa, para retirar daí *imaginativa* conclusão de que todas as criadas e criados eram ladrões ou potenciais ladrões. Tal conclusão foi um passo para o criativo governador elaborar um regulamento que mandou publicar no *Diário do Governo* a fim de ser aplicado aos criados e criadas domésticas.

3 Note-se que as próprias trabalhadoras dos hotéis ainda aceitavam paulatina ser consideradas domésticas, de tal modo que o fazem reflectir no próprio nome da Associação de Classe.

O regulamento obrigava a um documento de identificação, onde deveriam ser averbadas as casas onde criados e criadas trabalharam ou trabalhavam; obrigava ainda os trabalhadores a pagarem uma taxa, permitia ao patronato o desconto de 50% do vencimento aos trabalhadores que tivessem direito à alimentação, e obrigava-os a apresentarem-se uma vez por mês no Governo Civil, como se fossem criminosos ou prostitutas. As prostitutas já tinham uma caderneta semelhante e iam obrigatoriamente uma vez por mês ao Governo Civil, à revisita de saúde, e obter um carimbo a validar a caderneta profissional. O jurista do sindicato chegou à conclusão que o dito regulamento se aplicava não só às criadas domésticas das casas particulares, mas também a todos os criados e criadas de hotéis, restaurantes e cafés. A classe ficou em polvorosa!

Entretanto, a Associação de Classe das Criadas Domésticas de Hotéis e casas particulares já havia aprovado os seus estatutos e eleito uma direcção, presidida por Violeta Ribeiro de Magalhães. Os objectivos expressos, eram: *«Promover a instrução da classe, dado ser a ignorância o origem de toda a sua infelicidade; acabar com as agências inculcadoras de Lisboa, verdadeiros antros de prostituição escolas de crime; promover aperfeiçoamento profissional da classe; estabelecer uma casa onde as desempregadas enquanto não arranjam colocação, libertando-as do antro desmoralizador que são as casa de pernoita»*.

A reunião magna de 19 de Julho para discutir a questão do livrete foi já convocada pela velha associação de classe, e pela nova associação de classe, constituída só por mulheres. Estas afirmam: *«Estamos dispostas quer ao abandono do trabalho quer a ir para a*

prisão, mas não nos curvaremos à lei de ser matriculadas. Bilhete de identidade, só o da associação».

Constituíram-se comissões para fazer diligências junto dos poderes públicos e angariar apoios para que a aplicação do livrete não se fizesse. A 17 de Agosto, «numa sala apinhada de gente onde predominava o elemento feminino» comparece um agente da polícia que em nome do Governador Civil declara que a reunião não se podia realizar. Os participantes não acataram a ordem da autoridade por a considerarem atentatória do direito de liberdade de reunião, consideram o *livrete* um atentado à honra e à dignidade das mulheres, e no meio de grande excitação, decidem suspender o trabalho a partir da meia-noite desse mesmo dia, e não regressar ao trabalho enquanto o livrete não fosse revogado. A polícia respondeu de imediato com o encerramento da sede das associações.

Foi assim que as mulheres entraram em força no sindicalismo na hotelaria e granjearam de imediato grande prestígio para a sua associação de classe. No dia 18 de Agosto a adesão à greve foi total nos estabelecimentos de Lisboa. A 19 continuou com um pouco menos de adesão. A polícia fizera correr o boato que o regulamento fora abolido, excepto para as domésticas das casas particulares. Na manhã deste dia foram presas no Rossio quatro criadas que andavam a distribuir o manifesto da greve. Na Praça da Figueira foram presas Elvira Ferro e Lúcia Cruz dirigentes da associação, pelo mesmo motivo. Entre os activistas sindicais de Lisboa constituiu-se uma comissão para ir exigir a libertação das presas, e os operários a trabalhar nas obras no Parque Eduardo VII paralisaram também o trabalho em solidariedade com os grevistas.

No terceiro dia de greve o Governador Lelo faz acusações e ameaças mas também uma cedência. Acusa a greve de intuitos políticos e ameaça os trabalhadores estrangeiros de os mandar prender e colocar na fronteira. Ao mesmo tempo anuncia ter mandado suspender a aplicação do regulamento aos trabalhadores dos hotéis, cafés e restaurantes. As associações, face aos efeitos desmobilizadores que previam com estas medidas do Lelo, suspenderam a greve. A resistência que se seguiu da parte das criadas domésticas foi a resistência passiva, recusando-se a ir ao governo civil tratar do livrete, aparentemente com êxito. Pois não consta que a sua aplicação tenha vindo a ter qualquer eficácia.

Nos primeiros meses de 1911 já houvera uma acção em torno da igualdade de cidadania. Os empregados de mesa por hábitos e obrigações que já vinham de trás eram obrigados a cortar o bigode e a andar de cara rapada.

Sob o impulso das movimentações sociais provocadas pela implantação da República, estes trabalhadores constituíram uma comissão que teve como objectivo contactar as empresas e discutir com o patronato o direito de poderem usar bigode como quaisquer outros cidadãos livres. Houve resistências. Quando o dono Hotel Palácio de Vidago se deslocou a Lisboa pouco antes do início da época balnear, como fazia todos anos, para contratar pessoal, e continuou a exigir como era hábito que todos os contratados rapassem o bigode, a associação de classe promoveu o boicote à ida de trabalhadores para aquele hotel.

Alguns meses depois, a comissão apresentou-se na assembleia-geral da associação com um acordo assinado pelas principais

unidades hoteleiras de Lisboa e do Estoril, que se comprometiam a deixar de exigir aos empregados que rapassem o bigode. A madame Durand, francesa dona do Hotel Durand, tinha mesmo sido o cúmulo da delicadeza para com a comissão. Prometera-lhes que ao único empregado que tinha sem bigode, lhe iria nesse mesmo dia dizer que o passasse a usar...

Hoje, podemos achar exótico tanto ardor em torno do famoso adorno capilar masculino. Mas é bom recordar que naquela época não havia cidadão exemplar nem republicano que se prezasse que não usasse pêra e bigode, ou somente bigode, em regra com pontas compridas e enroladas. Era um sinal de certo estatuto de cidadania, de republicanismo, e dignidade social. De tal modo esta questão foi considerada uma vitória do sindicato, que nos anos seguintes, sempre que se tratava de enumerar os direitos conquistados, o direito de usar bigode era sempre o primeiro direito a ser mencionado.

O episódio da luta contra o livrete, configura claramente uma luta mais avançada com o mesmo e outros ingredientes, pela libertação da condição de domésticos por parte de todos os trabalhadores de hotelaria, e das criadas e criados particulares, e ainda pela dignidade da profissão, pela igualdade das mulheres e por um estatuto de trabalhadores e de cidadãos iguais aos outros.

Respondendo positivamente a uma petição da direcção fascista do sindicato corporativo para que proibisse o trabalho de mulheres em determinadas secções. Em 10 de Novembro de 1936, o secretário de Estado, dá uma no cravo e outra na ferradura. Proíbe admissão de mulheres, nas mesas, bares, e cozinhas dos hotéis, e interdita o seu trabalho depois das 20 horas e antes das 7 da manhã. Esta proibição

teve como fundamento formal os trabalhos destas secções serem trabalhos mais pesados e pouco apropriados para as mulheres. Mas, além disso ser mentira, os trabalhos de roupa, lavanderia, engomadoria, arrumação e limpeza de quartos eram bem mais pesados, o que estava subjacente era a ideologia reaccionária alimentada pelo fascismo de inferioridade da mulher relativamente ao homem, e de que a vocação desta era ser mãe e ficar em casa a tratar dos filhos.

Teve também importância nesta medida, o machismo interesseiro dos homens, considerando que os melhores lugares, os mais bem remunerados, deveriam pertencer aos homens. Aos chefes de família. Aliás, na direcção, portaria, e na recepção dos hotéis, onde estavam alguns dos lugares melhor remunerados, as mulheres também não entravam. Eram feudo exclusivo dos homens. Embora a proibição formal aqui não tenha existido.

Esta exclusão das mulheres na admissão naquelas profissões, foi confirmada e consolidada em todas as convenções colectivas acordadas daí em diante, e só foi eliminada delas já próximo do 25 de Abril. Embora o seu efeito prático ainda se fizesse sentir a mais de 90% nessa altura, na cultura patronal e mesmo entre a classe.

Por exemplo, na comissão directiva provisória de 10 membros eleita ad-hoc no dia 29 de Abril de 1974 éramos todos homens. Nas eleições para os corpos gerentes por voto directo e secreto realizadas três meses depois, na direcção apenas constava uma mulher, a Matilde Graça, empregada de Quartos que, devida a sua condição de conhecida lutadora pelos direitos da classe ainda no tempo do fascismo foi eleita presidente da direcção.

Dia 25 de Maio de 2011, houve eleições para os novos corpos gerentes do sindicato de hotelaria do sul. Em cerca de cem elementos, 51% são mulheres. E, pode entrar-se em qualquer hotel, vendo-se mulheres em todas as secções e profissões, muitas vezes em maior número que os homens, mesmo naquelas secções onde em tempos tinham sido proibidas de ingressar.

Organização de classe e inserção no movimento sindical

DO FIM DA MONARQUIA AO FIM DA 1ª REPÚBLICA

A primeira associação de que há conhecimento constituída por trabalhadores de hotelaria é a dos *cozinheiros*, de carácter mutualista, em 1890. Seguidamente, é fundada no Porto em 25 de Maio de 1898 a Associação de Classe (Sindicato) dos Empregados dos Cafés restaurantes e Hotéis. Segue-se-lhe em Lisboa, em 22 de Maio de 1904, a Associação dos Criados de Mesa, cooperativa, segundo o seu sócio nº 1, o galego Joaquim Bustos Romero, criado no Paço Real, com a aquiescência do rei D. Carlos. Por fim, nesta fase organizativa inicial, após a saída da primeira lei do descanso semanal obrigatório, de 7 de Agosto de 1907, constitui-se em Lisboa o Grupo de Defesa dos Empregados dos Hotéis, Restaurantes e Cafés, com o objectivo de fundar uma associação de classe, um jornal, e obrigar o patronato a cumprir a lei do descanso semanal. A assembleia constituinte da Associação de Classe teve lugar a 5 de Novembro de 1908, na Rua do Poço de Borratém nº 33 – 1º, sua sede até 1912.

Em 4 de Julho de 1909, um grupo minoritário de sindicatos (influenciado por anarquistas e revolucionários) abandona o

Congresso Sindicalista e Cooperativista que se Realizava na Sociedade de Geografia em Lisboa sob a presidência do sindicalista e Secretário-geral do partido Socialista, Azedo Gneco, por não concordar com a participação de delegados dos partidos e defender que apenas deveriam participar representantes das associações de classe. Uma das associações que saiu, e foram dar início a outro congresso na Caixa Económica Operária à Graça, foi a Associação de Classe dos Empregados dos Hotéis e Restaurantes de Lisboa. Em Agosto deste mesmo ano a associação dirige a sua primeira greve, no Café Martinho. Greve que terminou com o acordo colectivo que reduziu 900 para 600 réis cada um, *a paga pelo trabalho*.

A 1 de Janeiro de 1910, sai o jornal *A Defesa*, órgão do sindicato⁴, que imprime como lema no rodapé da 1ª página, o conceito marxista – *o capital é o trabalho não pago*. 1910 É também declarado como ano de luta pelo dia de descanso semanal obrigatório.

O sindicato participa no Congresso Sindicalista iniciado em Lisboa no dia 7 de Maio de 1911, e declara representar nele 570 associados. Participa também na constituição da USO – União dos Sindicatos Operários de Lisboa. O seu dirigente Luciano Gil Montes, empregado de mesa, é eleito para a Comissão Executiva do Congresso, órgão que passa a exercer papel de direcção do movimento sindical no Sul.

4 Doravante, por comodidade, passa a usar-se neste texto a designação sindicato, em vez da de associação de classe, designação legal que se iria manter até imposição dos sindicatos corporativos em 1933 em simultâneo com a dissolução das associações de classe.

Neste ano é contratado para advogado do sindicato, por 100 mil réis ano, o conhecido ideólogo anarquista João Campos Lima.

A partir de 1 de Janeiro de 1912, o sindicato de hotelaria é um dos 34 que, juntamente com a Comissão Executiva do Congresso e a USO se instalam na Casa Sindical de Lisboa, no antigo Palácio Marquês de Pombal, na Rua do Século. Também os jornais operários *A Defesa*, *O Constructor* e *O Sindicalista* (geral) passam a estar sediados nesta casa comum.

Nos dias 29 e 30 de Janeiro deste ano, Lisboa encontra-se completamente paralisada pela Greve Geral de solidariedade para com os trabalhadores agrícolas de Évora, em greve pelo cumprimento do acordo salarial e haviam sido duramente reprimidos pelo Governo de Afonso Costa, que mandou a GNR disparar sobre eles, assassinando um e ferindo vários outros. Na noite de dia 30, *O Racha Sindicalistas*⁵, ao mesmo tempo que reúne e simula negociar o fim da greve com uma delegação sindical, manda um batalhão do exército e uma bateria de artilharia cercarem 700 dirigentes e activistas sindicais concentrados junto à Casa Sindical de Lisboa, que são presos e levados em cordões ladeados por soldados armados. 200 Ficam na Penitenciária e no Limoeiro, e 500 deles são encarcerados no barco de guerra *Pero* de Alenquer fundeado no Tejo para o efeito, onde estão dois meses em condições imundas, sem culpa formada nem julgamento. Entre os presos encontram-se 3 dirigentes da hotelaria, um dos quais Luciano

5 Cognome porque ficou conhecido Afonso Costa, derivado à sua fúria persecutória e repressora às lutas operárias e sindicais durante a Primeira República.

Gil Montes. Cerca de 80 dirigentes que são considerados “os cabeceiras” ficam presos um ano no Forte de Elvas, também sem culpa formada e sem julgamento. Este conflito caracteriza bem a forma como os poderes políticos da república trataram o operariado entre 1910 e 1926, período em que com maior ou menor dimensão ocorreram centenas de afrontamentos semelhantes. Os que se espantam muito com a passividade do operariado face ao golpe militar fascista do 28 de Maio, desconhecem ou não valorizam suficientemente esta parte da história.

O sindicato participa no Congresso Nacional Operário realizado em Tomar entre 14 e 17 de Março de 1914, onde foi constituída a UON – primeira central sindical em Portugal. A sua representação neste congresso foi assegurada por um dirigente do Partido Socialista mandatado para o efeito, o que demonstra que esta componente política havia ganho hegemonia sobre os revolucionários e anarquistas na composição da direcção.

O predomínio dos empregados de mesa nos órgãos dirigentes e a concomitante tendência para dar mais atenção à resolução dos problemas desta categoria profissional, mas também, a discordância face à linha político-ideológica predominante, por parte dos quadros afectos à linha revolucionária e anarquista, empurraram os cozinheiros e os pasteleiros para a formação de um sindicato para estas profissões, provocando assim a primeira cisão, após o congresso de Tomar.

Deste ano até 1920, as dificuldades provocadas pela I Grande Guerra Mundial, aduzidas a uma direcção reformista que ganhou as eleições no sindicato com a promessa de acabar com o radicalismo nas lutas e de promover um diálogo civilizado com o patronato e as entidades públicas, enfraqueceram a ligação ao movimento sindical,

onde pontificavam revolucionários e anarquistas, e viraram a actividade para a formação profissional, a prestação de serviços aos sócios, e as tentativas quase exclusivas de resolver conflitos através da denúncia pública, do diálogo, e de defender a aplicação de direitos através da fiscalização e dos tribunais.

Após a transformação da UON na CGT no congresso de Coimbra em Setembro de 1919, onde os anarco - sindicalistas garantiram hegemonia nos órgãos de direcção na central, intensificou-se a participação dos trabalhadores na vida do sindicato e passou a haver alguma conflitualidade interna através da contestação de alguns membros da direcção.

Esse dinamismo traduziu-se numa das mais interessantes originalidades do movimento sindical português. A constituição da associação de classe das mulheres do sector, já referida no capítulo anterior. As contradições internas geradas pela luta contra o “livrete” e o seu desenlace, com cuja condução os dirigentes reformistas discordaram, aliadas à crescente influência geral do anarco-sindicalismo, fizeram implodir e os corpos gerentes, tendo ficado apenas um ou dois dirigentes a assegurar o funcionamento do sindicato até à realização de eleições, que foram ganhas pela lista anarquista.

Contrariamente ao que para muita gente significa “anarquismo” esta direcção foi aquela que até então tivera uma visão, e inicialmente, uma prática mais aprofundada das formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Em Setembro de 1922 elegeram em assembleia-geral o delegado ao III Congresso Nacional Operário, da Covilhã, e fizeram aprovar na mesma assembleia a filiação na CGT. E, no espaço de dois anos, elegeram delegados nos locais de trabalho

de forma sistemática, dinamizaram e apoiaram a constituição de associações de classe nas capitais de distrito próximas de Lisboa, e apresentaram formalmente à associação patronal uma proposta de caderno reivindicativo, estruturada, para negociação, cujo conteúdo principal era a proibição das gratificações, a instituição de uma taxa de serviço de 10% e a aplicação da lei do horário à classe.

A greve de 24 dias que foi levada a cabo em Setembro pelas reivindicações foi-se esvaindo, até terminar por si e sem direcção, nos primeiros dias de Outubro. O sindicato sai muito enfraquecido e descreditado deste processo. Apenas alguns dirigentes, entre os quais se destaca o velho Luciano Gil Montes, vão mantendo a porta aberta.

Só a Partir de 1929 o sindicato se volta a reanimar por via de um processo de reestruturação bem sucedido, em que três das associações então existentes se fundem numa só: A Associação de Classe dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas. Em 1931 virá a ser formada em Lisboa a FAO – Federação das Federações Operárias, afecta ao Partido Socialista, tendo sido eleitos dois dos dirigentes deste sindicato para a sua comissão executiva. Um deles, Augusto Machado, foi designado pelo governo delegado dos trabalhadores Portugueses à conferência anual da OIT, em Genebra, no ano de 1931.

Neste processo, em plena ditadura militar fascista, já existia no sindicato uma activa tendência do “nacional-sindicalismo” de Rolão Preto, embora minoritária.

NO PERÍODO DO FASCISMO

Estes apoiantes do fascismo no sindicato combatem a presença dos galegos a trabalhar na actividade hoteleira e exigem que não lhes seja dado trabalho enquanto houver “nacionais” desempregados.

Em 1930, a aplicação da lei do horário de trabalho aprovada havia dez anos era ainda fonte de grande conflitualidade laboral, que na hotelaria tinha razões acrescidas por os trabalhadores do sector serem expressamente excluídos dela por via da sua classificação como domésticos.

Com o fito de amortecer os conflitos e amarrar os sindicatos, Salazar cria comités paritários para tratar das questões do horário de trabalho. Mas um conjunto de sindicatos operários recusa-se a integrar estes comités de conciliação, e no dia 6 de Março de 1930 formam em Lisboa, a Comissão Inter-Sindical – CIS, afim combater o desemprego e tratar as questões do horário de trabalho através da luta.

O sindicato dos cozinheiros e pasteleiros que viria mais tarde a integrar-se no recentemente formado sindicato da indústria hoteleira e profissões anexas, foi um dos fundadores da CIS, tendo o seu presidente Aleu Rocha sido eleito para a primeira comissão executiva desta central sindical unitária, de influência comunista.

Após dois anos de luta interna e depois de terem concorrido a umas eleições que perderam, num processo em tudo semelhante ao que viria a ser utilizado em 1976 pelos activistas afectos ao PS, em que a diferença foi apenas a substituição da xenofobia pelo anticomunismo, os “nacional-sindicalistas” provocaram a cisão no sindicato da indústria hoteleira e profissões anexas, e em 10 de Abril de 1931,

realizam em Lisboa a assembleia constituinte do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares. Afirmam-se na base da Xenofobia e estipulam nos estatutos que apenas aceitam “nacionais” como associados. Este sindicato seria dos três primeiros a ser reconhecido pelo regime fascista a nível nacional, em Dezembro de 1933, e o único a ser reconhecido na hotelaria a sul do país, depois da dissolução coerciva dos sindicatos de classe.

Em Agosto de 1932, o Decreto-lei 24 402 elimina a classificação de domésticos, a 10 de Novembro sai o nº 1 de *O Dever*, órgão do sindicato de classe, que inscreve no cabeçalho o lema: *A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos próprios trabalhadores*. Em 11 de Novembro o Decreto-lei 21 861 proíbe as gratificações nos estabelecimentos hoteleiros e reconhece a existência da taxa de serviço como forma de remuneração. A 1 de Dezembro sai o nº 1 de *A Voz da Razão*, órgão do sindicato dos “nacionais” que afirma no estatuto editorial *ser um jornal de classe não para combater outra classe mas para defender os portugueses contra os maus camaradas estrangeiros*.

Após a publicação da constituição fascista, em Setembro de 1933 é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional – ETN, que obriga à dissolução de todos os sindicatos a partir de 1 de Janeiro de 1934, e à aprovação de estatutos oficiais obrigatórios que negam expressamente a luta de classes, proíbem a greve, as manifestações, e a existência de sindicatos na função pública, pescadores, agrícolas e nos correios.

Dos 754 sindicatos então existentes, apenas 57 aceitam adaptar-se à lei fascista, entre os quais o sindicato dos “nacionais” na hotelaria. A quase totalidade do movimento sindical lançou-se na preparação da Greve Geral de 18 de Fevereiro de 1934 contra a

fasciação dos sindicatos. A Greve foi convocada pela CGT, a CIS, que nesta ocasião já era a central mais representativa, a FAO, cujo secretário-geral, Augusto Machado integrava o sindicato da hotelaria, pelos sindicatos autónomos e a Comissão de Trabalhadores do Estado. A repressão fascista sobre esta greve geral foi enorme. O governo de Salazar despediu os trabalhadores da função pública que aderiram à greve e obrigou as empresas privadas a fazer o mesmo. Ao todo foram presos 696 activistas sindicais. 76 Antes da greve, 599 no dia da greve, e 21 posteriormente. Os principais dirigentes foram deportados para os Açores e dali para os campos de concentração de Cabo Verde e de Angola. Enquanto o sindicato de classe na hotelaria aderiu à greve, os “nacionais”, provocatoriamente, estiveram contra a greve e convocaram a assembleia-geral para eleição dos corpos gerentes ao abrigo dos estatutos fascistas recentemente aprovados, para o próprio dia 18 de Janeiro.

Após uma tentativa falhada de constituição de sindicatos clandestinos, em 1935, o PCP aponta aos seus militantes o caminho da luta dentro dos sindicatos fascistas. O Partido Socialista, auto-dissolveu-se e instou os seus militantes sindicais a continuarem a luta nas cooperativas, dado estas associações não terem sido dissolvidas. Na hotelaria, um conjunto grande de militantes seguiram esta orientação, mas nem isto lhes valeu. O Governo considerou que na cooperativa se estava a desenvolver uma actividade de natureza sindical e mandou encerrá-la. Posteriormente aceitou que se desenvolvesse uma negociação que levou à sua integração no sindicato corporativo e entre Maio e Julho de 1936, 800 associados da cooperativa que foram isentos do pagamento de jóia e transferiram-se em bloco para o sindicato “nacional”.

Em 1937, a AG rejeita expressamente a assinatura do ACT dos cafés por este prolongar o horário de 8 para 10 horas diárias. Mesmo assim, a direcção afecta ao regime fascista assina-o. A AG reúne e demite a direcção por abuso de poder e elege uma direcção da confiança dos trabalhadores. Dois meses depois, por despacho de 30 de Agosto, o Governo demite a direcção eleita e substitui-a por uma Comissão Administrativa – CA nomeada por si, em que o presidente é o presidente da direcção demitida pelos trabalhadores. O ACT é publicado com as 10 horas diárias de trabalho em seis dias por semana.

Em eleições realizadas a 20 de Abril de 1940, é eleita uma direcção de novo da confiança dos trabalhadores que só toma posse no mês de Agosto, mas não tarda a haver problemas. Em Janeiro de 1941, a MAG recebe um ofício ministério das corporações a aceitar a demissão de um membro da direcção que a havia pedido, no mesmo ofício o governo demitia compulsivamente o presidente da direcção e o presidente da MAG, o que obriga a novas eleições, que se realizam em Agosto, sendo eleita de novo uma direcção da confiança dos trabalhadores. Um mês depois, a 5 de Dezembro, um despacho do sub-secretário de Estado demite compulsivamente a direcção eleita e substitui-a por uma CA que vai ficar no cargo cerca de três anos. O único feito saliente desta CA constituída por lacaios do regime durante o mandato foi eleição de Salazar para sócio honorário nº 1 do sindicato, a 7 de Junho de 1941.

Esta contestação interna às direcções corporativas, com altos e baixos, nunca deixou de existir no sindicato ao longo dos 48 anos de regime fascista.

Em Janeiro de 1945, já o exército vermelho tinha derrotado a “besta na nazi” em Estalinegrado e vinha em direcção a Berlim, os trabalhadores iniciaram um conjunto de grandes assembleias, que após manipulações diversas culminaram na eleição de uma direcção da sua confiança. A primeira, realizada dia 18 de Janeiro na sede da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio, teve a presença de 700 trabalhadores, e após viva contestação da direcção cessante a AG transformou-se em assembleia eleitoral a que concorreram duas listas, uma de oposição outra afecta ao regime. A lista fascista obteve 12 votos, apenas mais um do que o número de elementos da lista.

Mesmo assim o Governo tentou nova manobra e com o argumento de supostas irregularidade obriga à repetição das eleições que se realizam em Maio, tendo ganho de novo a lista dos trabalhadores. Só 4 meses depois, em Agosto, o regime sancionou a direcção. Os dirigentes sindicais que deram alma a esta luta sindical anti-fascista foram os activistas dos sindicatos dissolvidos em 1934. Nomeadamente José Pinho Ribeiro e Aleu Rocha, últimos presidentes dos sindicatos da indústria hoteleiras e dos culinários, respectivamente.

O sindicato foi um dos 50 sindicatos onde direcções anti-fascistas lograram ganhar as eleições em 1945, aproveitando o abanão provocado no regime pela derrota dos seus amigos Hitler e Mussolini na II Guerra Mundial. Para não se sujeitar a derrotas maiores em 1946, os mandatos eram então apenas de um ano, o Governo alarga para 3 anos os mandatos de todas as direcções que se encontravam em exercício. É assim que esta direcção acaba por estar até 1948, ano em que concorreram três listas às eleições de 2 de Fevereiro. Pinho Ribeiro (socialista) e Aleu Rocha (comunista) concorreram em listas

diferentes mas foram ambos os mais votados (as listas eram abertas) e continuaram, o primeiro na direcção e o segundo como presidente da MAG. O governo não homologou alguns dos eleitos por alegada falta de idoneidade, pelo que apenas em Dezembro tomaram posse os corpos gerentes eleitos.

Nas eleições seguintes inicia-se um processo rocambolesco de chapeladas e contra-chapeladas feitas pelos elementos afectos ao regime, processo que origina assembleias e contestações sucessivas que paralisaram o sindicato e obrigaram a que a direcção cessante se mantivesse em funções contra a sua própria vontade até o conflito ser resolvido. Finalmente, em eleições realizadas a 24 de Fevereiro de 1954 concorrem 4 listas, e Manuel Mendes Leite Júnior, ex-presidente da CA nomeada pelo governo em 1937, obtém mais 1 voto do que Pinho Ribeiro. É este homem que vai estar à frente do sindicato durante 20 anos, como presidente da direcção, até ser escorraçado do sindicato por mais de um milhar de trabalhadores no dia 29 de Abril de 1974.

Leite júnior é um convicto apoiante do fascismo, que lhe retribui o apoio. Em 1959 é designado para a direcção da corporação dos transportes e turismo, e pouco depois procurador à câmara corporativa. Em 1968, Marcelo Caetano nomeia-o para «agregado do Conselho da Presidência (do conselho de ministros) para tomar parte na feitura da nova lei sindical» (corporativa).

Embora se tivesse esbatido nos anos cinquenta e inicio dos sessenta, a luta sindical anti-fascista dentro do sindicato nunca se apagou completamente. Teve grande intensidade nos anos trinta e quarenta, e voltou a reacender-se de forma organizada em 1970. Apenas

há conhecimento do envolvimento de dois militantes comunistas nesta oposição ao corporativismo sindical, o cozinheiro Aleu Rocha, que já era dirigente sindical em 1930, e Bento Árias, barman, que iniciou participação activa nas assembleias nos anos cinquenta e esteve na base da constituição de uma comissão sindical em 1970, comissão que desenvolveria actividade até ao 25 de Abril. Apesar da influência orgânica aparentemente débil, a orientação política do PCP para se lutar dentro dos sindicatos fascistas também aqui deu os seus frutos.

Em 17 de Março de 1971, mais de uma centena de trabalhadores apareceram inesperadamente no sindicato, numa reunião convocada por telegrama apenas para alguns trabalhadores. Nesta reunião, os trabalhadores rejeitaram a proposta do patronato de se trocar o direito à alimentação por dinheiro, e criticaram vivamente a direcção, que ameaçou veladamente os presentes com a polícia política.

Por esta ocasião, a comissão sindical que se propunha impugnar a direcção fascista já havia recolhido centenas de assinaturas para o efeito, e reuniam diariamente entre as 15h30 e as 18h00, na Leitaria “Camponesa”, Rua dos Sapateiros, nº 155, onde dezenas de trabalhadores acorriam para subscrever o “abaixo-assinado”, obter informações sobre o CCT, em vez de irem ao sindicato, e entregar dinheiro à comissão para que esta pudesse desenvolver o seu trabalho. Além do já referido Bento Árias, entre outros faziam parte desta comissão, Matilde Graça de Jesus, empregada de quartos, e Américo Nunes, recepcionista, ambos trabalhadores do Hotel Tivoli. Os dois vieram a ter papel relevante na direcção do sindicato a seguir ao 25 de Abril. O Américo fez parte da comissão directiva provisória eleita ad-hoc pelos trabalhadores no dia 29 de Abril, e a Matilde

foi a presidente da direcção, e o Américo 1ºsecretário, após as eleições por voto directo e secretas realizadas em 30 de Julho de 1974, a que concorreram duas listas.

DO 25 DE ABRIL À ACTUALIDADE

A 29 de Abril de 1974, quatro dias após o golpe militar dos capitães de Abril, mais de mil trabalhadores invadem a sede do sindicato no Pátio da Salema, concentram-se em redor do edificio, por não caberem todos lá dentro, e elegem por aclamação uma comissão directiva provisória. Serão dois dos elementos desta comissão, Carlos Amorim e Américo Nunes, que logo no dia seguinte, 30 de Abril, vão estar presentes na reunião convocada pelo general Spínola para a Cova da Moura, onde compareceram cerca de 200 dirigentes sindicais, no primeiro contacto da Junta de Salvação Nacional com o movimento sindical. A comissão provisória eleita pelos trabalhadores que acorreram ao sindicato dia 29, virá a ser de novo ratificada por unanimidade e aclamação em reunião manga convocada por o efeito, a 2 de Maio, onde de novo mais de dois mil trabalhadores ratificam também o programa desta comissão, para três meses.

Deste programa de 12 pontos, executado quase na totalidade nos três meses que se propunha, destacamos apenas a título de exemplo: a) a reposição de todas as liberdades individuais; b) aumento imediato dos salários e instituição do s.m.n; c) liberdade de reunião, de associação e de greve; d) administração da previdência exclusivamente pelos trabalhadores; segurança social para desemprego não voluntário; filiação na Intersindical.

No dia 1 de Maio, apelámos ao encerramento de todos os estabelecimentos hoteleiros, o que aconteceu, e milhares de trabalhadores vieram para rua, muitos deles concentrando-se junto à sede do sindicato, para onde os convocáramos, e partindo dali para a Alameda D. Afonso Henriques, onde nos juntámos à mole humana que ajudou a impulsionar o golpe militar dos capitães para uma revolução de carácter progressista.

Participámos activamente no primeiro plenário da Intersindical a nível nacional, em 10 e 11 de Maio. No dia 27, por iniciativa nosso sindicato teve lugar em Lisboa uma reunião dos sindicatos e das secções distritais no âmbito geográfico que vai de Coimbra ao Algarve, reunião em que a maior parte do tempo foi tomado pela discussão organizativa, “sindicato único” ou federação de sindicatos a nível nacional. A discussão ficou adiada e no dia 8 de Agosto seguinte depois de mais duas reuniões de discussão foi decidido fundir as duas federações existentes, norte e sul e ilhas, numa “federação nacional” fusão que só viria a ser formalizada em 7 de Dezembro de 1977, com a aprovação dos estatutos. Todavia, os sindicatos do sector passaram a reunir regularmente em Lisboa por convocatória deste sindicato. Em Junho, as reivindicações foram uniformizadas para todo o continente.

Ainda em Maio, ocorreu a primeira greve depois de Abril com impacto público e alguma duração, nas “Galerias Monumental” (Ritz) snack-bar moderno, com 120 trabalhadores. Uma luta provocada pela questão mais conflituosa entre trabalhadores e patronato de hotelaria desde o final da monarquia até aos anos 30 do século XX. A apropriação das gorjetas dadas pelos clientes, por parte dos patrões. Neste caso, de forma mais sofisticada. O dono das galerias garantia um

salário mínimo aos trabalhadores, e estes eram obrigados a colocar as gratificações num saco fechado a cadeado controlado por ele, e no fim do mês pagava dali os salários e ainda ficava com o remanescente. A greve terminou com a vitória dos trabalhadores e com os resquícios desta prática ancestral de latrocínio.

Na primeira reunião de delegados sindicais e membros de comissões eleitos depois do 25 de Abril, realizada a 7 de Junho, participaram representantes de 26 comissões em hotéis, 25 de cafés e restaurantes, 23 de cantinas, e de comissões regionais eleitas em Loures e em Sesimbra, num total de mais de 100 presenças.

De Junho à primeira quinzena de Julho foram negociados com as associações patronais, acordos a consagrar as reivindicações apresentadas, Um avanço sem precedentes nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e suas famílias. Inicialmente de aplicação apenas ao âmbito geográfico do sindicato do sul, os acordos foram estendidos através da luta a todo o continente, até ao fim do ano.

A 18 de Junho, com o coliseu dos recreios repleto, foram aprovadas as alterações aos estatutos do sindicato necessárias a eleições por voto directo e secreto para os corpos gerentes. As eleições realizaram-se a 31 de Julho, data em que o programa da comissão directiva, para três meses, ficou cumprido na sua quase totalidade. Concorreram duas listas, A e B, tendo ganho a lista A, por 76, 6% dos votos expressos. Do ponto de vista político e ideológico, diferenciavam-se em função do seu posicionamento relativamente à Intersindical. A lista A defendia com entusiasmo a filiação na central sindical, a B, tinha reservas... Enquanto na comissão directiva não eram detectáveis elementos filiados em partidos, nos corpos gerentes ora eleitos,

era possível identificar três militantes do PCP, em 17 elementos. E, no fim do mandato de dois anos, os militantes do partido já eram 10 ou 11, um era do CDS, e os restantes, não tinham filiação partidária. A política sindical unitária promovida pelo PCP era de tal modo aglutinadora, que de início apenas correntes esquerdistas ultra minoritárias no movimento sindical se arriscavam a combater-la, sem sucesso.

No seu programa de acção, além dos objectivos reivindicativos, a direcção eleita afirmava: «teremos sempre presente ao desencadearmos acções de luta que é absolutamente necessário que as liberdades e conquistas sejam alargadas e consolidadas, para que a democracia fique definitivamente implantada em Portugal.»

Em 1 de Setembro sai o nº 1 do jornal “UNILUTA” órgão do sindicato, cujo nome, a aglutinação das palavras unidade e luta é todo um programa sindical no contexto revolucionário. O seu director era Amadeu Esteves Caronho, da direcção e chefe de mesa no “Maxime.”

No dia 27 e 28 de Setembro a sede do sindicato fervilhou dia e noite com centenas de activistas e trabalhadores que ali afluíam respondendo ao apelo da Intersindical para barrar a vinda da reacção em direcção a Lisboa. Dali os trabalhadores eram enviados para as “barreiras” colocadas nos mais diversos acessos à capital a fim de se oporem à manifestação da chamada “maioria silenciosa” de apoio ao golpe do general Spínola.

A 28 de Novembro os trabalhadores da Pousada de Santa Isabel em Estremoz, sanaram o director, elegeram uma CT e entraram em autogestão. Segue-se o abandono dos concessionários das restantes pousadas do Estado, mais de trinta, que passam a ser geridas pelos trabalhadores através de CTs e onde isso não foi possível

por profissionais qualificados recrutados pelo sindicato em regime de comissão de serviço, para o fazerem, de acordo com os trabalhadores.

Até meados de 1975 há centenas de empresas abandonadas pelo patronato que passam a ser geridas em regra desta forma, e na sua generalidade porque a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento de salários exigia esta forma de gestão. Destacam-se a título de exemplo apenas algumas que por uma ou outra razão tiveram mais impacto público e político. O grupo Grão Pará, os hotéis Ritz, e Sheraton em Lisboa, o Baía em Cascais, o Alvor, Balaia, Eva, Touring Club, no Algarve, e a Torralta, de implantação nacional, com cerca de 4 mil trabalhadores, e 10 mil camas. Esta, e algumas outras, foram intervencionadas pelo Estado e só foram geridas directamente pelos trabalhadores enquanto não foram nomeadas pelo governo comissões administrativas. Cerca de 80% da hotelaria no Algarve chegou a estar intervencionada e gerida pelos trabalhadores directamente ou com controlo de gestão. Algumas grandes empresas como a sociedade Estoril Sol, detentora de casinos e hotéis, mantiveram nelas as administrações, mas as Cts tinham uma palavra a decisiva a dar na sua gestão. Todas elas foram devolvidas ao patronato na década de oitenta, após o regresso da reacção e do patronado, que em muitos se apoderou de avultados lucros acumulados durante a gestão dos trabalhadores. As Pousadas do Estado deram origem a uma empresa pública, a ENATUR, constituída em 1977, que originou enormes rendimentos que proporcionaram o alargamento do número de pousadas e a consequente recuperação e preservação do património histórico onde eram foram instaladas. Foi dada à exploração do sector privado no dealbar do ano 2000.

O prestígio dos sindicatos subiu em flecha logo nos primeiros meses após o 25 de Abril. Centenas de trabalhadores entravam diariamente nas sedes, a pedir informações sobre direitos, ajuda nos conflitos que surgiam por todo o lado, a sindicalizar-se, a solicitar a eleição de delegados nas empresas. Entre 1 de Agosto e 1 de Novembro de 1974, sindicalizaram-se 838 novos trabalhadores sindicato de hotelaria de Lisboa. Os trabalhadores participavam aos milhares nas assembleias do sindicato e nos plenários de local de trabalho a participação era quase total, em todos; a posição do sindicato em defesa da unicidade foi aprovada por unanimidade em assembleia de 15 de Novembro; Em Fevereiro de 1975, eram 35 mil os sócios do sindicato de Lisboa, os delegados sindicais eram já mais de mil; neste mesmo mês, na conferência unitária de trabalhadores convocada pela Intersindical realizada em Lisboa, com alguns milhares de delegados, participaram mais de 200 representantes de trabalhadores de hotelaria; Mais de 80% destes delegados eram homens e mulheres sem filiação partidária, mas o PCP era hegemónico na sua influência; o PS tinha alguns militantes entre eles que em regra alinhavam com as posições unitárias dos comunistas; UDP, MRRP, LCI, juntos, tinham 14, que se faziam sentir nas assembleias mais pelo barulho das suas intervenções do que pelo número. Na AG para aprovação de estatutos em conformidade com o Dec Lei 215/B/75, lei sindical, aprovados por grande maioria, registaram-se no livro de presenças 2 570 sócios, mas os presentes seriam mais de 4 mil, num coliseu dos recreios repleto que nem um ovo. A 25, 26 e 27 de Julho de 1975, participámos com 8 delegados no I congresso da Intersindical, e o dirigente Américo Nunes foi eleito membro suplente do seu secretariado.

Na véspera do golpe militar de 25 de Novembro o sindicato respondeu ao apelo de mobilização feito pelo Intersindical, mas desta vez foi a reacção a vencer. O sindicato foi um dos que são nomeados no inquérito oficial aos acontecimentos. A 4 de Dezembro, a sede do sindicato foi alvo de um mandato de busca por parte duma patrulha da PSP para «proceder à busca, seguida de apreensão de quaisquer armas ou material de guerra que possam encontrar no Pátio do Salema, nº 4, onde funciona o sindicato de hotelaria de Lisboa»⁶

Logo após o golpe militar que inverteu o curso da revolução, a intersindical inicia uma viragem táctica com a preparação do seu II congresso, que visou no fundamental reforçar-se, alargando a unidade sindical e entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, respondia ao movimento divisionista iniciado com a Carta Aberta – CA, apoiado pela CISL, a social-democracia internacional, os sindicatos norte-americanos, e toda a direita política portuguesa, do PS ao CDS, MRRP e à AOC, cujo objectivo declarado, pela voz do ministro do trabalho socialista, era “partir a espinha” à Intersindical. Movimento que viria a culminar na criação da UGT em finais de 1978.

Em eleições realizadas a 10 de Novembro de 1976, o nosso sindicato foi um dos primeiros a ser objecto do cisionismo, através de um dos métodos anti-democráticos mais utilizados que caracterizou a actuação deste movimento. Merece a pena explicitar um pouco. Concorreram 4 listas. Uma apresentada pela direcção cessante, a lista A, unitária, com elementos afectos ao PCP, PS, e independentes; uma

6 Mandato de busca da PSP do comando distrital de Lisboa, de 4 de Dezembro de 1975.

constituída quase exclusivamente com militantes do PS, a lista B; uma afecta à UDP e independentes, a C; outra, ao MRPP, a D. Os resultados finais, com mesas de voto apenas na sede do sindicato em Lisboa, em Cascais, e nas delegações dos restantes 5 distritos foram os seguintes: 7367 sócios votantes, 60,2% na lista A; 31% na B; 5% na C, e 2,8% na D.

Pois esta lição de democracia e de pluralismo interno não chegou para satisfazer os paladinos do pluralismo sindical e do chamado «socialismo democrático». Levaram apenas alguns militantes do PS. A maioria mantivera-se no sindicato, bem como os elementos afectos aos outros partidos. Mesmo assim, o núcleo activo dos socialistas derrotados nas eleições constituiu o SINDHAT, “sindicato democrático da hotelaria alimentação e turismo, com menos representatividade do que “os nacional sindicalistas” afectos a fascismo, que provocaram a cisão em 1931, utilizando o mesmo método. Sindicato paralelo que serviu no entanto para em conluio com o patronato, através de CCTs “fantoche” começar a corroer algumas das conquistas alcançadas pelos trabalhadores, e foi um dos fundadores UGT, organização divisionista do mesmo cariz, a nível nacional.

O sindicato participou intensamente na preparação de Congresso de Todos os Sindicatos (II) da Intersindical, também referido justamente como “congresso da Unidade”. A Alice Rocha, presidente do conselho fiscal do sindicato, também membro prestigiado da CT da multinacional Marriott, activa militante do PS mas defensora da Intersindical como central única, foi eleita para o secretariado da CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL. Veio a ser responsável do departamento de mulheres da central durante dois mandatos.

Até aos dias de hoje temos sido membros activos da CGTP-IN em todos os planos. Nas lutas, na defesa e construção da unidade entre os trabalhadores, na dotação de quadros dirigentes para o seus órgãos centrais e nos das suas estruturas intermédias regionais e sectoriais, no seu financiamento, e na aplicação dos seus princípios, objectivos e orientações.

Lisboa, 22 de Outubro de 2011

Estudada e vista a história por períodos longos, não é difícil ser optimista e concluir por um voto de confiança e de esperança na caminhada da sociedade humana. Também que vale sempre a pena lutar. A roda da história tem até hoje rodado no sentido do progresso.⁷

Américo Nunes

⁷ Para a elaboração deste trabalho foram utilizados como fontes os meus livros, *Diálogo com a História Sindical* – de criados domésticos a trabalhadores assalariados, Edições Avante – colecção resistência, Lisboa 2007, *Sindicalismo na Revolução de Abril* – Memórias, Edições Avante – colecção resistência, Lisboa, 2010. E a brochura, *HISTÓRIA DO SINDICATO (1908–1975)* Da fundação à revolução do 25 de Abril, edição do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e similares do Sul, Lisboa, Novembro de 2008.

A Mina de São Domingos, Mértola, Baixo Alentejo, Portugal

ACTIVIDADE INDUSTRIAL MODERNA (1854–1966)¹

Nos primeiros anos do empreendimento, dedicados à desobstrução dos poços e galerias antigas e ao esgoto da zona inundada (só os níveis superiores à vala de esgoto romana estavam emersos),¹ a população operária começou por ser da ordem das cinco dezenas² de trabalhadores, recrutados maioritariamente entre a população operária mineira da província de Huelva (Andaluzia, Espanha)³, já de si uma população heterogénea, contendo cidadãos e súbditos de vários países europeus – ingleses, escoceses, galeses, italianos, franceses, alemães, belgas – além da maioria espanhola e a componente local e regional portuguesa, da margem esquerda do Guadiana ao Algarve.⁴ A componente nacional, que se tornou maioritária quando o empreendimento

1 Todas as transcrições feitas neste artigo estão exactamente como no original citado.

2 CUSTÓDIO, 1999: 262. O relatório de Carlos Ribeiro fonte desta informação foi datado em 12 de Agosto de 1857 e refere: “Os novos trabalhos d’exploração encetados ha pouco mais d’um anno, embora tenham sido feitos com grande vigor empregando 50 operários diários...”.

3 GUIMARÃES, 2004: 16.

4 BRAGA, 1861: 400. A nota 1 refere: “Os mineiros de Tharsis e de outras minas da provincia do Huelva a quatro e oito leguas de S. Domingos vem ali pedir trabalhos, alem de que já concorrem bastantes mineiros portuguezes educados pela empresa.” (grafia conforme o original tal como em todas as citações).

industrial atingiu a fase cruzeiro, alguns anos depois, teve também origens diversas, tal como é demonstrado por documentos da época.⁵

Em 1859 a média diária de operários empregados na mina foi 221 (mínimo de 101 em Janeiro e máximo de 396 em Dezembro)⁶, tendo sido retiradas 14.658 toneladas de pirite. A extensão de galerias abertas orçava 815 metros. As relações contratuais para com prestadores de serviços exteriores são elucidadas nalgumas passagens do relatório de João Ferreira Braga: *“As obras subterrâneas são todas feitas por pequenas empreitadas e no fim de cada mez são medidas e no dia 2 pagas. Quatro mineiros (dois de dia, e dois de noite), não avançam n’um mez mais de 3 metros correntes de galeria com as dimensões 2 metros por dois metros, e o preço por que tomam estes contratos é entre 24 e 30 duros ou 22\$080 e 27\$600 réis por metro corrente, sendo por conta do empreiteiro a polvora, a iluminação e a deterioração das brocas e mais ferramentas.”*⁷ Sobre o transporte do minério até ao porto, que nessa altura era feito em carroças puxadas por muares, diz-nos: *“O mineral de S. Domingos é levado em cavalgaduras desde as praças junto à boca dos poços ao Pomarão, porto de embarque sobre o Guadiana, próximo da foz do Chança. Começou este serviço de transporte em 7 de fevereiro, e ate ao fim de dezembro empregaram-se 115:379 cavalgaduras que levaram 685:333 arrobas*

5 “1867, Copy of agreement signed by portuguese fitters in Lisbon, 22nd April” é um contrato de trabalho por seis meses para a prestação de serviços de 3 oficiais e um aprendiz de serralheiro, lavrado em Lisboa por um contratador, João Rodrigues Blanco, agente do Barão de Pomarão, James Mason.

6 BRAGA, 1861: 400.

7 BRAGA, 1861: 400.

de mineral. A distancia ao Pomarão é de 17 kilometros. O preço do transporte por arroba foi nos primeiros mezes 50 réis; concertado o caminho passou a 40 réis. Actualmente está a 50 réis, a fim de dar vasão ao mineral que está sobre as praças, chamando por este alto preço remunerador cavalgadas de pontos mais afastados. (...) O mineral levado ao Pomarão é posto sobre grandes medas junto à margem esquerda do Guadiana e depois embarcado.”⁸

Pela mesma altura, João Maria Leitão redigiu numa *Consulta do Conselho de Minas sobre o relatório do Inspector-Geral das Minas que trata do jazigo de Cobre de S. Domingos* o seguinte: “A extracção faz-se actualmente por meio de sarilhos de mão a uma profundidade média de 33 a 43 metros. É evidente que este estado de cousas não póde ser senão temporário. Junto aos poços n^o4 e n^o5 já principiaram a construir dois malacates ou sarilhos de bestas. O effeito util desta machina movida por quatro mulas boas, trabalhando doze horas, pode chegar nas vinte e quatro de 6:000:000 a 8:000:000 kilogrammas. Portanto cada malacate pode elevar por dia de uma profundidade de 75 metros umas 83 toneladas de 1.125 kilogrammas, e por anno, trabalhando 300 dias, umas 25:000 toneladas.”⁹ Sobre a forma como eram esgotadas as águas freáticas da mina redigiu algo que é, no que concerne os modos técnicos adoptados, semelhante: “O esgoto é feito actualmente (Julho de 1860) no poço n^o1 por meio de duas bombas de duplo effeito. O corpo é de

8 BRAGA, 1861: 401.

9 LEITÃO, 1861: 529.

bronze e os tubos de gutta-percha para resistirem às águas vitriolicas. (...) Estas bombas empregam nas 24 horas 40 homens, que se revezam muito a miúdo, e que só vem a trabalhar 4 a 5 horas por dia, ganhando a 440 réis por ser o trabalho muito violento. O nível das águas acha-se a uns 8 ½ metros por baixo da galeria de desagüe, e desce, ainda que lentamente, com uma extracção que se pode calcular em 400 metros cubicos diarios.”¹⁰ Tal como para a extracção, estava já prevista a mudança para uma forma de esgoto mais barata dentro do mesmo complexo técnico mas o autor não deixa de analisar a futura mudança de paradigma: “A machina de esgoto movida por mulas deve começar a funcionar em breve, o que fará baixar o nivel mais rapidamente e com menos despeza. Ainda mesmo suppondo uma affluencia de 1:000 metros cubicos a 50 metros debaixo da galeria de desagüe, e um effeito util de 50 por cento na machina de vapor, bastam 15 a 16 cavalos vapor com um gasto de uma tonelada diaria de hulha, que a 5\$000 réis occasiona um gasto annual de 1:825\$000 réis em combustivel, o que, dividido por 100:000 toneladas, dá por tonelada 18 ¼ réis.”¹¹

Em 1865 o responsável pela direcção da mina aproveitou o ensejo para mostrar a Portugal e ao mundo, na Exposição Internacional do Porto, os progressos feitos e os vestígios da mineração antiga encontrados durante os trabalhos mineiros feitos em S. Domingos. No catálogo que editou para a exposição, James Mason fez, entre

10 LEITÃO, 1861: 530.

11 LEITÃO, 1861: 530.

outros, um resumo da força de trabalho envolvida na construção da Mina de São Domingos: “É elevado o numero de pessoas empregadas nos diferentes serviços; a direcção technica, a administração, os trabalhos subterraneos e da superficie, as diferentes officinas, o caminho de ferro, e o serviço do porto do Pomarão, occupam hoje perto de 900 pessoas. Entretanto este numero já foi mais elevado e subiu a 5:000 em quanto durou a construção do caminho de ferro.”¹²

Em 1867 começou a escavação a céu aberto da Mina de São Domingos. Esta opção resultou na modificação radical da paisagem local (transformando-a, em grande medida, no que é hoje) e no desaparecimento da maior parte da aldeia mineira original, construída sobre o chapéu de ferro em moldes análogos aos que foram seguidos para a sua reconstrução, nomeadamente, com as ruas formadas pelos quartéis dos mineiros alinhados em banda.

Em 1876 esteve a Mina de S. Domingos representada na International Exhibition de Philadelphia com exposição própria. Os diversos expositores e as suas colecções foram descritos num catálogo, sendo a mina que nos interessa descrita sob o número 32 e o título *Mine of “S. Domingos” – Cupreous pyrites*.¹³ Por esta altura a mina empregava 1.500 a 2.500 trabalhadores, consoante a necessidade e premência da actividade. O porto do Pomarão podia carregar 1.500 a 2.000 toneladas por dia e era demandado por 400 a 500 navios por ano, com capacidade entre 250 e 1500 toneladas. Além de um registo dos vestígios

12 MASON, 1865: 11.

13 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 67–73.

antigos encontrados no decorrer dos muitos trabalhos já efectuados, por essa altura já acrescidos com a descoberta¹⁴ do conjunto de 10 rodas de elevar água de época romana (um modelo de uma destas rodas foi enviado à exposição¹⁵), os autores informam sobre o trabalho na mina o seguinte: “*The excavating is done by contract at so much per cubic meter; the tools, gunpowder and other necessary materials are supplied to the miners by the enterprise at cost price. The enterprise has, at the same time, for the making and repairing of the tools, a certain number of blacksmiths, by contract, to charge a fixed price for each article made or repaired; this price comprises only the actual labor, the enterprise furnishing the work-shop, coal and other implements. The labor on the miners’ tools is paid by themselves.*”¹⁶.

As diferenças para com a situação de 1861 são óbvias. Outras podem ser encontradas face à extracção e ao transporte: “*The extraction of the ore of the upper stories is made by locomotives of 30 horse-power, and that of the lower ones is made by a stationary steam-engine of 90 horse-power placed at about 180 metres from the mouth of the tunnel that communicate with them. A second stationary engine works the draining of the mine, transmitting the movement to a single-acting pump at a distance of 200 metres.*”¹⁷ O trecho seguinte descreve o material ferroviário usado nessa época em

14 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 69–70.

15 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 73 (item nº 37, “*Model of a Roman wheel*”).

16 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 70.

17 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 71.

S. Domingos: *“The transportation of the ore to the landing place is done over a railroad three feet six inches wide by locomotives built in Leith, in Scotland, of an average of 55 horse-power. The distance is about 17 kilometres, but in part of the way the traffic is automatic. The construction of this road has been very difficult, with grades of 1:19 and curves of 50 metres of radius. It was necessary to have locomotives of great strength and very short; the transport reaches from 150 to 200 tons. In 1875 there were employed in this service eight locomotives and 400 cars; besides this, 15 locomotives were used in extracting the ore and earth digging.”*¹⁸

O assunto pode ser ainda melhor elucidado recorrendo ao catálogo de uma outra exibição, a Exposição Nacional das Indústrias Fabris, promovida pela Associação Industrial Portuguesa em 1889: *“Transporte interior e extracção. – Este serviço, subordinado como todos os outros, à melhor economia, é executado por diferentes formas, segundo as condições em que tem de se fazer. Assim, para evitar tanto quanto possível as baldeações do minério, assentam-se, sempre que a natureza dos trabalhos o permite, linhas ferreas definitivas ou provisórias de bitola igual à da linha ferrea exterior para que n’ellas circulem os mesmos wagons, que são rebocados por locomotivas sempre que é possível. Onde porém o seu acesso é difficil ou perigoso, nas manobras nas linhas de resguardo para a formação de comboios, no transporte de wagons de esteril que descarregam por movimento de bascula, e nos trabalhos subterraneos, emprega-se a força animal*

18 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 71.

exercida por muares. Nos trabalhos subterraneos, cuja largura não permite o assentamento desta linha, emprega-se uma outra de bitola mais estreita, om,56, em que wagonetes que transportam uma tonelada, tirados por animais, ou empurrados por homens nos percursos mais curtos, transportam o produto do desmonte ate as bocas ou camaras de extracção. Nos pontos dos trabalhos preparatorios da lavra, em que nem estes mesmo podem circular, o transporte é feito em espartões às costas, ou em carrinhos de mão ou padiolas. Casos ha tambem, embora raros, em que o minerio tem de ser elevado em espartões pelas chaminés de um piso para o superior.”¹⁹

Em 1883 e no ano seguinte, Pedro Victor da Costa Sequeira, que fiscalizara nos anos anteriores a actividade mineira no distrito de Beja, publicou na Revista de Obras Publicas e de Minas uma Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos, abrangendo o período entre 1868 e 1880. Durante os 13 anos considerados a mina ocupou diariamente uma média de 1320 trabalhadores.²⁰ Em 1883, com a mina na sua terceira década de actividade, Sequeira escrevia, elucidando a evolução da população mineira: *“Afora os poucos artistas inglezes, contratados pela empreza e que constantemente alli teem trabalhado, encontram-se sempre maior ou menor numero de hespanhoes, que quasi todos trabalham como barreneiros, por ser o serviço para que estão mais aptos e que melhor lhes agrada, e alguns, muito poucos, piemontezes, reconhecidos ordinariamente como entivadores de*

19 CABRAL, 1889: 71.

20 SEQUEIRA, 1883: 230.

prestimo. As outras nacionalidades tem sido sempre representadas na mina por individuos que ali estacionam por tempo muito limitado, não sendo facil registrar a sua passagem. A permanência dos hespanhoes e piemontezes tambem se não póde considerar duradoura, excepto para um numero muito limitado estabelecido definitivamente em S. Domingos; mas a proximidade dos estabelecimentos mineiros hespanhoes contribue para que nunca deixem de aparecer no estabelecimento de S. Domingos mineiros daquelle paiz, embora se revezem constantemente. A grande maioria da população mineira é formada por algarvios e alemtejanos, vindo este últimos especialmente das povoações vizinhas e das diversas localidades do Baixo Alentejo. Nos trabalhos da corta, onde se não precisam conhecimentos especiais do serviço mineiro, abundam, quasi sempre, os algarvios, predominando os alemtejanos em todos os outros serviços superficiais e subterrâneos. A população mineira de S. Domingos, se é variável pelo facto da permanência irregular dos operarios estrangeiros, não o é menos pela constante mudança do pessoal de nacionalidade portuguesa. Especialmente o mineiro, propriamente dito, d'esta região do Sul do paiz tem uma tendencia notavel para ser nomada, e raras vezes se ajusta para trabalhar n'uma mina depois de ter sido empregado alli em duas empreitadas seguidas.”²¹

E, acrescenta o autor noutra parte do texto, para melhorar as condições de salubridade pública, de vida dos operários e de atratividade da mina: “Como medida hygienica a empreza mandou

*construir em 1878, á sahida dos tunneis de extracção, uma casa de banho para uso dos operarios, onde elles se lavam e mudam de fato, terminado que seja o trabalho. (...) A empresa fornece tambem aos operarios empregados nos trabalhos subterraneos, desde 1878, fato de excelente baeta, recommendado como conveniente para aquelles serviços, e calçado proprio (tamancos) que melhor resista á acção corrosiva das aguas da mina, filtradas através da massa.*²²

A variedade de trabalhos e ocupações dos operários do complexo mineiro assim como o peso específico de cada sector de actividade estão patentes no Quadro nº 6 da referida Notícia. Dos grupos com maior peso para aqueles com o menor, temos: 505 trabalhadores na corta (\$325 réis de salário diário), 178 trabalhadores à superfície (\$308), 92 safreiros (\$367) 42 almocreves (\$363), 38 serralheiros e ajudantes (\$490), 31 maquinistas e fogueiros, 20 empregados na preparação mecânica (\$160), 18 carpinteiros de branco (\$478), 18 pedreiros e ajudantes (\$451), 17 limpadores de máquinas (\$321), 17 abegões e carpinteiros de vagões (\$438), 17 cultivadores e assistentes (\$473), 16 bombeiros (\$500), 15 guardas e polícias (\$357), 12 empregados em serviços diversos (\$411), 6 empregados na cementação (\$200), 6 ferreiros e malhadores (\$629), 4 torneiros (\$585), 4 correeiros (\$453), 1 fundidor (\$907), 1 ajudante de fundidor (\$423), 1 funileiro (\$520), 1 caldeireiro (\$362), 1 ferrador (\$576).²³

22 SEQUEIRA, 1883: 224.

23 SEQUEIRA, 1883: 249.

É interessante notar a ausência de uma categoria como “mineiro” de uma lista como esta. Seria certamente uma causa de indagação se não soubéssemos já que os trabalhos de escavação eram feitos por empreitada. A este respeito, Sequeira descreve a situação que já vimos outros autores caracterizar e acrescenta alguns pormenores interessantes: *“No desmonte, as ferramentas, rastilho, pólvora, dynamite, papel, azeite, são fornecidos pela empresa e pagos pelo empreiteiro, sendo-lhes depois descontada a importância d’esse recebimento, na ocasião da liquidação do trabalho feito. No desmonte a empreitada é dada a tanto por metro cúbico; no arranque do mineral a descoberto, a tanto por tonelada, sendo os waggons pesados na ponte-balança á sahida da mina.”*²⁴ Os trabalhadores da extracção estão, nesta lista, incluídos sob os três itens iniciais: trabalhadores na corta (505), trabalhadores à superfície (178) e safreiros (92). A lista não abrange, contudo, todos os trabalhadores sustentados pela empresa, deixando de fora um conjunto decisivo, descrito noutra apartado do texto, como segue: *“Todos os trabalhos technicos da mina de S. Domingos são dirigidos, superiormente, pelo visconde Mason de S. Domingos. A superintendência na execução desses serviços está hoje confiada na mina: a um empregado, chefe de todos os serviços technicos e encarregado especialmente do tratamento metallurgico; a um empregado que dirige os trabalhos de mineração, propriamente dita, subterraneos e superficiaes; a um empregado que dirige todos os serviços de transporte e as officinas acessórias (serralharia, fundição, forjas,*

24 SEQUEIRA, 1883: 252.

carpintaria, etc.). Cada um d'estes chefes de serviço tem um ajudante para o auxiliar no desempenho das suas obrigações. O serviço tecnico emprega ainda actualmente: um desenhador e o seu ajudante; um empregado especial para dirigir a reparação e construcção de poços, assentamento e conservação de bombas de esgoto, reparação de entivações, etc., etc.; um encarregado da pesagem de mineral e outros serviços de menor importancia; um apontador geral dos trabalhos incumbido da distribuição dos quartos aos operários; capatazes, olheiros e guardas diversos. Em S. Domingos existem dois laboratorios para ensaios, um na mina outro na Achada do Gamo; um salão para desenhadores e gabinetes para engenheiros, onde se encontram os aparelhos, instrumentos e utensílios necessários para proceder a todos os trabalhos technicos de gabinete, de campo, ou subterraneos exigidos por uma bem entendida direcção technica.”²⁵

Para termos uma ideia da evolução do uso da força animal, é útil compulsar a continuação da *Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos*, editada em 1884: “Até 1868 o transporte e extracção de entulhos da corta foi feito em carros e wagons movidos a sangue e só n'esse anno é que as locomotivas tiveram ingresso nos trabalhos a céu aberto. A partir d'essa epocha, o motor animal foi sendo successiva e completamente substituido pelo motor a vapor nos longos trajectos e apenas é empregado actualmente nas manobras do material circulante, onde seria perigoso o uso de

25 SEQUEIRA, 1883: 193-4.

locomotivas.”²⁶ “O transporte interior nos trabalhos em construção no interior da mina faz-se em carrinhos de mão e com espartões. Nos trabalhos subterrâneos o transporte interior propriamente dito, isto é, o transporte através dos trabalhos preparatórios de lavra até às bocas ou camaras de extracção, é feito em wagonetes, que percorrem diversas linhas férreas de 0m,56 com rails de ferro de 13k,61 por metro corrente, puxados por animaes e empurrados nos pequenos percursos pelos próprios trabalhadores. Esses wagons transportam uma tonelada, teem como já dissemos rodas de ferro fundido, caixas de madeira e ferro, eixos próximos e rodas independentes, a fim de poderem mais facilmente percorrer as curvas dos caminhos. São descarregados próximo às praças ou bôcas de extracção e o mineral é carregado á pá para o wagon que o conduz à superficie.”²⁷

Os espartões são alcofas feitas de esparto e, tal como os candis do exemplo seguinte, são utensílios usados há milénios na mineração ibérica, exemplos clássicos da presença das mesmas técnicas nos empreendimentos mineiros modernos e antigos. Espartões e candis foram usados durante as épocas romana e islâmica e são restos muito comuns nas minas exploradas nesses períodos, não sendo a Mina de São Domingos excepção a esta regra.

Para um período uma década posterior, o já citado catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris, realizada pela Associação Industrial Portuguesa em 1889, oferece-nos um panorama da

26 - SEQUEIRA, 1884: 514.

27 - SEQUEIRA, 1884: 515.

iluminação usada no interior da mina e dos métodos alternativos: “A iluminação nos trabalhos subterrâneos é feita pelos candis dos mineiros alimentados a azeite e custa 40 a 50 réis por candil e por posto de oito horas de trabalho. Nas câmaras de extracção há lampiões fixos de petroleo e os trabalhos nocturnos na corta eram até há pouco illuminados por pharoes constituídos por grandes lâmpadas de folha de Flandres em que, por meio de grossas mechas, se queimava oleo de naphtha, cujo baixo custo, 27 réis por litro, fazia com que fosse adoptado este systema apesar de fornecer uma luz muito fuliginosa.”²⁸

O progresso, como sempre, estava em marcha e, como sempre, ao seu próprio ritmo. O uso de perfuradoras pneumáticas já era uma realidade na Mina de São Domingos mas ainda concorria desvantajosamente em custo com a força de trabalho manual: “É assim que na perfuração de tunneis, quer nos da mina, quer nos dos trabalhos accessorios, se tem recorrido ao emprego de perfuradoras Barrow, que trabalham pelo ar comprimido, de que a empresa possui alguns exemplares, mas a que se recorre em trabalhos em que a economia tem de ser sacrificada á brevidade da execução.”²⁹

A última versão do caminho-de-ferro estava já instalada e podemos ter uma ideia de como era pelas palavras do catálogo coordenado por Neves Cabral: “Alem das linhas ferreas de character mais ou menos provisorio, que já indicámos e que servem para o transporte e extracção de minerios e entulhos da mina, tanto nos trabalhos

28 CABRAL, 1889: 74.

29 CABRAL, 1889: 70.

subterraneos, como na córta e na superfície, existem duas de construção definitiva, uma que liga a mina com o porto do Pomarão e outra, segunda via de parte da primeira, que liga a mina com o estabelecimento da Achada do Gamo. A linha principal mede 18,210 kilometros e o percurso da segunda linha é de cerca de 3 kilometros. Depois das varias transformações que tem soffrido esta linha, já no seu traçado em planta e perfil, já no material, o raio mínimo das curvas é de 200 metros, a rampa máxima é de 5,26 por cento, e a via, formada por carris de aço do systema Vignolles , mede 1,07 metros entre as faces internas dos carris e está munida das necessárias agulhas e placas rotatorias.”³⁰

Por essa altura, 1889: *“O numero de operários empregados na mina de S. Domingos, apesar de variavel com a maior ou menor actividade com que, em harmonia com as condições do mercado, se procede a lavra, mantem-se sempre superior a mil, podendo attribuir-se-lhe uma media de 1400. Os seus salarios, cujos minimo e maximo são respectivamente 200 e 960 réis, podem computar-se pela media de 383 réis, que, apesar de baixa para trabalhos d’esta natureza, é sufficiente para que á empresa nunca falem operários que ali encontram condições de vida e um certo conforto e bem estar, que não é facil obter nos trabalhos ruraes, factio para que tem effizamente contribuido também a facilidade de liquidação dos trabalhos de empreitada, que são os predominantes...”³¹*

30 CABRAL, 1889: 85.

31 CABRAL, 1889: 93.

A Mina de São Domingos estava lançada e experimentava mesmo os primeiros solavancos. Os períodos de baixa de cotação do cobre e os de instabilidade macro regional e mundial conduziram sistematicamente à quebra de produção e ao despedimento de trabalhadores, generalizando o desemprego e a miséria na região. Entre altos e baixos, a Mina de São Domingos virou o século, conheceu em 1916 o seu pico como empregadora de mão-de-obra, com 2400 trabalhadores, atravessou a 1ª Grande Guerra, lançou em 1932 a produção de enxofre para a Companhia União Fabril numa unidade nova na Achada do Gamo, funcionando pelo sistema Orkla, reforçou esta capacidade em 1943 com uma segunda unidade no mesmo local e, aproximando-se o fim das reservas minerais, preparou-se para encerrar a exploração.

Durante o período de vida da mina a população trabalhadora foi sendo predominantemente substituída por descendentes directos dos operários e empregados ao serviço. Uma expressão muito clara deste procedimento é-nos dada pela leitura de uma lista de pessoas do serviço ferroviário, maquinistas, fogueiros, limpadores, capatazes e empregados de estação. Esta lista é um documento (a fotocópia de uma só folha dactilografada sem autoria) do acervo do Centro de Documentação da Fundação Serrão Martins e descreve um momento final da história do empreendimento. O autor, além da lista, acrescentou um pequeno conjunto de observações muito esclarecedor: *“Verifica-se neste serviço o seguinte: uma grande percentagem de maquinistas, fogueiros, e limpadores é natural do Monte dos Bens. Dizia-se nos BENS, quando nascia um rapaz, que os familiares do recém-nascido pediam: Deus te faça um bom Maquinista!”*

No fim da década de 50 do século XX a previsão apontava 1965 ou 1966 como o ano do encerramento. Nos sete anos que mediaram, sondaram-se as possibilidades de reconversão da mina para uma ou várias actividades industriais que pudessem ocupar a força de trabalho após o fim da actividade mineira.

É no *Relatório da Comissão de estudo das possibilidades económicas de reconversão da Mina de São Domingos*³² que encontramos a informação referente a 1959. Nesse ano estavam empregados na mina 1.471 trabalhadores³³ com a seguinte discriminação de ocupações, das categorias mais povoadas para as menos: 919 operários diversos, 105 capatazes e encarregados, 65 escriturários, 62 assentadores de via, 39 maquinistas, 36 marítimos, 31 marteleiros, 31 ferreiros, 23 pedreiros, 21 carpinteiros, 19 serralheiros, 18 electricistas, 15 caldeireiros, 12 canalizadores, 9 criados, cozinheiros e serventes, 9 motoristas, 9 torneiros, 5 fundidores, 5 enfermeiros, 4 caixeiros, 4 desenhadores, 3 soldadores, 3 fresadores e furadores, 2 contínuos, 1 ajudante de farmácia, 1 funileiro, 1 sacristão. A distribuição destes trabalhadores pelos sectores específicos da mina pode ser seguida no referido relatório³⁴. Vejamos, entre os 13 sectores distinguidos na operação do empreendimento, dois em particular (dados de 31 de Dezembro de 1959): na fábrica de enxofre existiam 257 operários, 17

32 LEANDRO *et al*, 1960: 37.

33 164 trabalhadores tinham mais de 58 anos à data do relatório e atingiriam a idade de reforma até ao fim da vida activa do empreendimento (LEANDRO *et al*, 1960: 23).

34 LEANDRO *et al*, 1960: 28–31.

capatazes e encarregados, 7 electricistas, 4 escriturários e um director da operação; no caminho-de-ferro existiam 54 assentadores de via, 46 operários diversos, 15 maquinistas e fogueiros, 9 capatazes e encarregados, 4 escriturários e um director de operação.³⁵

Em Janeiro de 1964 o número de trabalhadores na mina fora já reduzido a 1.025. Existe uma lista com a distribuição deste total pelas várias secções de operação e o tipo de contrato laboral regendo a relação com cada um dos grupos profissionais. Das categorias mais povoadas para aquelas com menor incidência: 450 operários na exploração interior, 104 no caminho-de-ferro, 75 nos serviços gerais, 66 na exploração exterior, 54 na preparação de carga e embarque, 33 carpinteiros e pedreiros, 2 na trituração. Todos estes trabalhadores estavam contratados pelo acordo colectivo de trabalho para os operários mineiros e ofícios correlativos. Para além destes existiam ainda os seguintes trabalhadores: 94 pelo contrato colectivo de trabalho para as indústrias metalúrgicas e metalo-mecânicas, 34 pelo contrato colectivo de trabalho para os profissionais de escritório, 31 pela lei geral, 4 empregados técnicos e de controlo fabril, 3 pelo contrato colectivo de trabalho dos motoristas, 2 pelo contrato colectivo de trabalho dos ajudantes de farmácia.

A relação laboral, ao longo do empreendimento e de uma forma geral, consistiu numa procura, por parte da empresa Mason & Barry, de assegurar a força de trabalho necessária e adequada para cada momento com o menor dispêndio possível e o conjunto de

35 LEANDRO et al, 1960: 28.

condições de atractividade necessário e suficiente (habitação, assistência médica, escolarização, ocupação de tempos livres, salário) e numa procura, por parte da população assalariada, de melhoria do rácio esforço/benefício da relação. Se em 1883 Pedro Victor da Costa Sequeira podia escrever que em S. Domingos nunca se tinham manifestado greves³⁶ também é verdade que podia relatar uma página antes que *“Uma notável sedição que poz em risco a vida dos empregados superiores da mina determinou em 1865 a requisição da força armada para manter a ordem entre a população mineira.”*³⁷, ou seja, no mesmo ano em que James Mason exibiu a Mina de S. Domingos na Exposição Internacional do Porto a população local sublevou-se. A vinda do exército iniciou uma permanência de uma década, sendo substituído em 1875 por um corpo de polícia privado.

A relação foi várias vezes tensa. Dois excertos finais permitem caracterizar a atitude genérica da empresa Mason & Barry face à população assalariada, nomeadamente, a manutenção dos salários em níveis suficientes para a sustentação dos trabalhadores e seus agregados domésticos.

O relatório *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – November/December 1919* contém, sob o item *Portuguese Employees on Monthly Pay*, o

36 SEQUEIRA, 1883: 213. A formulação é: “No estabelecimento S. Domingos nunca se tem manifestado greves. Este facto deve attribuir-se ao cuidado que a empresa tem tido em estabelecer mínimos, perfeitamente acceitaveis, para os trabalhos de empreitada, em fornecer habitações commodas e baratas aos operarios, soccorros pecuniários, tratamento medico e medicamentos gratuitos...”

37 SEQUEIRA, 1883: 212.

seguinte texto: *“At a meeting of all chiefs it was emphatically pointed out that the recent rise of 200 reis a day was not sufficient for employees on monthly pay. Attached is a list of these showing their present monthly earnings (total) including all bonuses and showing proposed new total pay. The increases suggested involve about £270 a year on clerks, and £280 a year with Capatazes, the increase for clerks being 17% and for capatazes 17 ½ %. It is recommended that for these employees a flat rate should be once more adopted, i. e., no bonuses. It is felt that this is the only course to pursue as the prospects of declining food prices seem to be more remote than ever. But it was strongly emphasised that we should probably have to adopt the same principle with the men’s pay at a fairly early date. The difficulty is the fact that a man’s total earnings now are so much influenced from a comparative point of view by the size of his family. Careful consideration was given to this subject and the conclusion come to was that the only possible way would be to take the average amount of bonus paid to a man with five in family as a standard. This on our present personnel would cost us 30/35 contos or about £4,000 a year – representing about 16d per ton.”*³⁸

O relatório, equivalente àquele que acabámos de referir, para o ano de 1922, *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – Spring 1922*, informa-nos sobre o mesmo tipo de consideração numa situação em que as condições eram diferentes. Sob o item E.1., *Labour Wages & Cost of Living*, foi

38 RICH, 1919: 23.

escrito o seguinte: *“Immediately on arrival at the mine I was informed that the Underground men were asking for an increase. As cost of living was actually slightly less than in December last when last increase (was) made the General Manager said he could not recommend any increase. This reply has been taken quietly. It would appear as if there were one or two agitators among the junior men. Undoubtedly the wages and conditions of work at S. Domingos are better than any other Mine in Portugal. The workmen appear quite happy and the womenfolk well dressed. Men also absent themselves more frequently than formerly which indicates they are not very hard up, and Wine shops are very flourishing and the Cinematograph packed to the door. All chiefs – except Mr. Clinch – do not favour the bonus system of a month’s pay. At the moment labour is ample and as the harvest is bad there will not be such a large exodus as usual.”*³⁹

39 RICH, 1922: 14.



Os “10 minutos”

CONHECIMENTO TÉCNICO, HIERARQUIA E FORÇA DE TRABALHO
ENTRE OS VIDREIROS DA MARINHA GRANDE

Ainda em 1999 era prática corrente, e todos os envolvidos garantiam que sempre assim tinham feito e visto fazer. Nas fábricas vidreiras de produção manual da Marinha Grande, antes do final de cada meio trabalho – isto é, antes do intervalo para refeição e depois, novamente, antes do fim da jornada – as equipas hierarquizadas de produção, as “obragens”, ensaiavam por 10 ou 15 minutos o seu próprio futuro organizacional. O “oficial”, ou “mestre”, cedia lugar ao 1º ajudante, para que se exercitasse no trabalho que um dia lhe caberia, passando cada um dos restantes também às funções do posto acima, com idêntica finalidade de treino.

Ao longo do período sobre o qual se centra esta reflexão, entre os anos 20 e os anos 70 (inclusive) do século XX, e certamente desde muito antes, os “10 minutos” constituíram um momento nuclear, tanto do ponto de vista material como simbólico, no multifacetado processo de reprodução do conhecimento técnico vidreiro e de controlo operário sobre esse conhecimento e essa reprodução. Ao mesmo tempo, a análise desta particular prática fabril enquanto instituição chave naquele processo proporciona acesso privilegiado às dinâmicas de tensão entre hierarquia interna e coesão face ao exterior que caracterizavam fortemente o grupo sócio-ocupacional vidreiro. Neste texto,

que se apoia em dados historiográficos e etnográficos construídos a partir de fontes escritas e orais e de permanências em terreno fabril¹ – propõe-se ainda, à luz das observações de Marx (1909) sobre a força de trabalho em contexto capitalista, que a detenção colectiva do conhecimento técnico observada no caso dos vidreiros marinhenses pode utilmente ser pensada em termos de uma mercadorização incompleta da força de trabalho – o que explicaria a assinalável capacidade negocial vidreira marinhense² de um modo mais ajustado à empiria disponível do que, por exemplo, a aplicação do conceito de aristocracia operária.

1 Este texto retoma, articulando-os em função da problemática enunciada, um conjunto de dados e argumentos anteriormente construídos e publicados, em particular: num estudo de síntese do multissecular percurso da indústria vidreira na Marinha Grande (Marques 1998a); numa investigação, integrada em projecto comparativo, sobre práticas técnicas, memória social e identidade ocupacional vidreiras, com base em fontes escritas, observação directa em contexto fabril e entrevistas (realizadas por Ana Mafalda Ventura) a 49 vidreiros, reformados ou no activo (Marques 2000); e numa investigação sobre usos sociais da técnica entre os vidreiros, centrada nos condutores de máquinas automáticas mas abrangendo aspectos dos fabricos manual e semiautomático (Marques 2009). Deste modo, não se detalham aqui fontes e metodologias, indicando-se antes, a cada caso, as publicações anteriores que as pormenorizam. Agradeço a Joana Dias Pereira e a Bruno Monteiro o convite para apresentar ao encontro Áreas Industriais e Comunidades Operárias a comunicação de que se origina este texto, bem como aos participantes no encontro os seus comentários e críticas.

2 Que se expressa (entre muitos exemplos possíveis) nas suas repetidas diligências, documentadas para desde meados do século XIX, de intervenção directa, mais ou menos formal, sobre a administração fabril (Marques 1998a, nota 56), no seu controlo do acesso dos industriais à mão-de-obra vidreira especializada e das cadências de trabalho na viragem para os anos 1920 (Marques 1997, 19–20), no reconhecimento oficial da obragem enquanto unidade de negociação e redistribuição salarial já em pleno fabrico semiautomático (Marques 2009, 193) ou (e talvez sobretudo) no seu comparativamente elevado nível salarial, mesmo durante os anos 1930 e 40 (Mónica 1981, 517–18).

O saber vidreiro marinhense: da raridade inicial à apropriação local

Nas suas 15 detalhadas condições, o Alvará pombalino que em 8 de Julho de 1769 autoriza o negociante inglês Guilherme Stephens a comprar e reactivar uma arruinada manufactura vidreira sita no lugar da Marinha Grande³ procura conferir ao proprietário o mais amplo controlo sobre meios e condições tidos por indispensáveis ao êxito da empresa: espaço fabril, vias de comunicação, força motriz, combustível, matérias-primas, capital – e o conhecimento operatório indispensável à produção. Evidentemente, enquanto coisas inertes como terrenos, linhas de água ou lenhas se disponibilizam sem problemas à apropriação, já o conhecimento é uma substância social, inexistente fora das teias de relações e significados em que se constitui e institui, e cuja apropriação se decide, portanto, no âmbito de intrincadas dinâmicas de poder e reprodução social. E sobre estas, no caso presente, nem Stephens, nem Pombal, nem o rei – todos eles exteriores ao contexto social relevante – podiam exercer qualquer tipo de controlo.

Assim, ditando embora o Alvará régio aos mestres vidreiros a obrigatoriedade de ensinarem o ofício aos aprendizes “sem reserva de

3 Fac-simile em Barros (1998). A manufactura a reactivar correspondia ao que restava da transferência para a Marinha Grande (i.e., para junto da considerável fonte de combustível constituída pelo Pinhal de Leiria), em 1747 ou 48, da Real Fábrica de Vidros Cristalinos, que havia sido criada por iniciativa régia junto a Coima em 1719 (fontes e desenvolvimento em Marques 1998a).

segredo algum”⁴, a verdade é que apenas os próprios poderiam saber a que ponto aplicavam ou infringiam tal ditame. O estudo detalhado dos relatórios de actividade da fábrica (Marques 1999a), cuja elaboração anual era imposta a Stephens pelo mesmo Alvará e que contém a lista nominal dos assalariados com indicação de funções, permite observar como desde estes tempos iniciais a entrada e a progressão no ofício se encontram influenciadas pelo lugar de cada um nas redes de relacionamento locais, em particular aquelas ditadas pelo parentesco. Logo o primeiro desses relatórios, datado ainda de 1769, acrescenta ao nome de cada um dos aprendizes entretanto admitidos a menção “filho do mestre fulano...”. E observando as promoções a mestre de acordo com os relatórios disponíveis verifica-se que pelo menos metade dos 14 mestres formados a partir dos aprendizes que entraram na fábrica entre 1769 e 1774, inclusive, tem apelido em comum com indivíduos que eram mestres durante o seu aprendizado – quando, entre os 20 outros aprendizes entrados durante o mesmo período e cuja promoção a mestre não se observa, somente 4 apresentam aqueles nomes (Marques 1999a, 19)⁵. Parece portanto ter-se verificado uma apropriação precoce do saber técnico segundo dinâmicas endógenas ao grupo vidreiro em formação – e como parte nuclear, justamente, desse pro-

4 O Alvará especifica o número de aprendizes a acolher (seis) e obriga, no espírito do fomento pombalino, a que sejam portugueses.

5 Para uma periodização do sector na Marinha Grande ao longo do século XX, incluindo as mudanças ocorridas nos anos 1960 a nível da reprodução social do grupo vidreiro, ver Marques (2000, 216 segs). A transmissão familiar do ofício, especificamente, mantém-se relevante até essa década (Marques 1995, 113–14, 2000, 228).

cesso de criação e reprodução de um novo agregado sócio-ocupacional, bem demarcado, coeso e dotado de argumentos pertinentes nas relações de poder que percorrem a fábrica.

Duzentos anos depois, a Fábrica-Escola Irmãos Stephens (assim se designava desde 1954) não vira ainda nascer o “Centro de Aprendizagem onde se efectue com rapidez a formação teórica e prática de técnicos e artistas, para serem utilizados por todas as empresas cristaleiras”⁶, que o Instituto Nacional de Inovação Industrial definiu como seu projecto para o estabelecimento, o qual tutelava desde havia já uma década (Marques 1998b, V)⁷. Os vidreiros continuavam – e continuariam, nesta como nas restantes fábricas marinhenses – detentores desse recurso produtivo fundamental, cuja transmissão controlavam inteiramente. Apesar das intenções do INII, e de várias administrações fabris pelo menos desde 1865 (Marques 1995, 102), nenhum modo de aprendizagem formal do ofício, com intervenção de agentes alheios ao grupo e/ou obedecendo a lógicas exteriores à sua reprodução social (por exemplo, a lógica, patente na citação acima, de uma mais rápida – logo menos onerosa – formação de

6 “Empresas cristaleiras”, ou “cristalaria”, designa o fabrico, em cristal ou, habitualmente, em vidro comum, de artigos utilitários ou decorativos para uso doméstico ou hoteleiro – por oposição ao fabrico de vidro de embalagem destinado à indústria alimentar (“garrafaria”) e ao fabrico de vidro plano (“vidraça”).

7 Efectivamente instituído em 1959, no âmbito do II Plano de Fomento, o INII passa no mesmo ano a tutelar a FEIS. O trecho citado integra o discurso do director da Fábrica nas comemorações do respectivo bicentenário, em 1969. Para fontes e desenvolvimento sobre a relação entre a Fábrica e o INII, ver MARQUES (1998b).

mão-de-obra qualificada) pudera ser estabelecido⁸. O conhecimento técnico circulava exclusivamente entre operários e, duas vezes por dia, durante os “10 minutos”, as dinâmicas de reprodução social vidreira sobrepunham-se às da produção material e da acumulação de capital.

A construção social da qualificação vidreira: matéria, decisão e significado

À “boca do forno”, ou na “zona quente” (termos sinónimos que designam, na fábrica, o espaço de trabalho dos vidreiros) são inúmeras as seqüências operatórias que se apresentam muito pouco intuitivas: é comum darem-se muitas voltas, cuja racionalidade só os entendidos reconhecem, para chegar ao resultado pretendido – “o vidro só se trabalha à traição”. Recorrente nas fábricas, este dito traduz também, de modo mais abrangente, as dificuldades de manuseamento de uma matéria instável e escorregadia como é o vidro em fusão, e o modo variável, e frequentemente difícil de prever, como reage à acção técnica. O facto de esta reacção depender muito da temperatura a que se encontra o vidro, e de este começar a arrefecer, numa curva de configuração variável e influenciada por grande número de factores, difíceis de controlar na totalidade, assim que é retirado do forno (onde se encontra a muitas centenas de graus centígrados) para ser trabalhado, conduz a que o fabrico vidreiro manual

8 Também na Inglaterra dos anos 1920 os industriais se queixavam da morosidade e dispêndio envolvidos na formação de vidreiros (Farmer 1924, 81–82): o controlo operário sobre o conhecimento técnico vidreiro seria então generalizado.

possa comportar elementos consideráveis de indeterminação, aleatório e variabilidade – exigindo do executante um processo permanente de avaliação (da variável condição do vidro) e decisão (quanto ao gesto operatório a desencadear e/ou à sua modulação precisa) que impossibilita a definição de uma vez por todas, ao pormenor, da cadeia operatória óptima para se fabricar determinado objecto. Ao mesmo tempo, se a dificuldade de manuseamento, instabilidade e variabilidade da matéria e do processo técnico aconselham trabalho em equipa com estrita divisão de tarefas, é a mesma variabilidade que obriga cada executante a avaliar e a ter em conta os (variáveis) resultados da tarefa anterior, deste modo se observando como que uma interpenetração das sucessivas tarefas, mais do que a sua segmentação. O vidro pode dizer-se, assim, refractário à taylorização.

É importante ter presente, no entanto, que esta resistência não decorre imediatamente das características da matéria-prima. A influência destas é, antes, mediada e modulada por factores díspares e interactuantes, como a utensilagem e o layout fabril, as circunstâncias empresariais e comerciais (traduzidas, por exemplo, na extensão das séries de fabrico, ou nas cadências de produção procuradas) ou o leque de soluções organizacionais socialmente aceitáveis em cada contexto. Assim, nos EUA do final de Oitocentos observaram-se, no fabrico de garrafas, obragens decapitadas (sem oficial), constituídas por 3 “helpers” e 3 “skilled craftsmen”, rodando estes últimos entre tarefas a cada 20 minutos – mas, apesar de muito motivados a adotar este sistema, pelo acréscimo de produtividade do trabalho que proporcionava, os industriais ingleses não puderam fazê-lo devido à forte oposição operária (Meigh 1972, 33). No final dos anos 1990, era

possível observar numa “fábrica-estúdio” da Marinha Grande obras de 2 e 3 vidreiros qualificados, servidos por uma parafernália de dispositivos destinados a um controlo mais fino da curva de arrefecimento do vidro em trabalho (o que evitava certas operações habitualmente resultantes das imprevisibilidades dessa curva), produzindo séries muito limitadas e que desempenhavam também, obrigatoriamente, sendo embora vidreiros de topo, funções habitualmente consideradas de início de carreira (Marques 1999b, 190–91) – mas as fontes orais coligidas mostram que teria sido impensável ver oficiais e primeiros ajudantes a executar tais tarefas em qualquer uma das grandes fábricas marinhenses anteriores (Marques 2000, 223–25). E é precisamente (e unicamente) através destas impossibilidades ou possibilidades sociais e simbólicas que as contingências materiais do fabrico se fazem pertinentemente sentir.

Ora, nas circunstâncias históricas precisas em que a indústria do vidro se instala e se desenvolve na Marinha Grande – raridade inicial do saber técnico vidreiro; criação de uma especificidade local, tanto social como simbólica, associada ao vidro; reforço mútuo das pertenças ocupacional, local e familiar; intersecção, ou mesmo fusão, dos processos de tornar-se vidreiro e tornar-se adulto, uma vez que se entrava precocemente para a fábrica; relativa fragilidade das empresas e do grupo patronal, em termos de volume, de capital, de tecnologia, de capacidades de gestão – nestas circunstâncias particulares, em que o seu conhecimento operatório é o conhecimento que possibilita a produção, foi possível aos vidreiros marinhenses trabalhar

socialmente a variabilidade e a complexidade materiais do fabrico no sentido da sua própria qualificação e autonomia⁹.

Obragens, oficiais e aprendizes

Verdadeiro agente colectivo do processo técnico, a obragem é, concomitantemente, instrumento e expressão daquele processo de produção e reprodução social dos vidreiros.

Qualquer objecto produzido à boca do forno passa pelas suas várias mãos, que dele se ocupam segundo uma divisão de tarefas estreitamente relacionada com a hierarquia do ofício (a qual se concretiza, precisamente, na obragem e no seu funcionamento), numa lógica que supõe correspondência entre lugar hierárquico, nível de competência e dificuldade das tarefas atribuídas¹⁰.

No período em referência, o aprendizado iniciava-se em idade infantil, ou púbere. Até ao 25 de Abril a idade habitual rondava os 12 anos; pela década de 1920 muitos começavam aos 6, e chegar à fábrica em idade escolar (entre os 7 e os 10 anos, aproximadamente) foi comum entre os anos 1930 e 50, inclusive. Para estas crianças operárias, à dureza do trabalho e das condições em que era realizado – exposição a temperaturas extremas e choques térmicos; horários e

9 Para fontes e aprofundamento da história do sector vidreiro na Marinha Grande e da concomitante história da localidade e da sua especificidade vidreira, ver Marques (1995, 1998a).

10 *N'O Capital*, Marx (1909, 381) descreve, a propósito das formas de divisão do trabalho na produção manufactureira, uma obragem de garrafaria inglesa – mas sem referir o carácter hierárquico da equipa, o qual, na sua imaterialidade, facilmente passa despercebido a um observador estranho às dinâmicas sociais da produção.

tarefas excessivos relativamente à sua resistência física; alimentação, descanso e protecção (calçado, por exemplo) insuficientes – somavam-se os frequentes maus-tratos verbais e físicos por parte dos mais velhos, compondo uma experiência recordada como difícil, dolorosa – e formadora: ter “bebido água da celha”¹¹ transfigura-se em experiência inerente à condição vidreira.

Esperava-se dos aprendizes que assegurassem certas tarefas marginais ao processo técnico (como as “obrigações”: limpeza e manutenção primária dos utensílios adscritos à obragem) e, mesmo, que executassem recados pessoais a mando do oficial. No entanto, não é esse o núcleo do seu trabalho: o aprendiz integra uma obragem e participa no processo técnico desde o seu primeiro dia na fábrica, sendo as tarefas que desempenha absolutamente essenciais à produção. Em 1931–33 e em 1945, greves de “garotos” pararam as fábricas marinhas (BONITA 1993, 262; Gomes 2001, 38–41).

Evidentemente, compreender a situação do aprendiz (a desconsideração, o trabalho duro, os maus-tratos) implica tomar em conta a posição inversamente simétrica do oficial, da qual a primeira funcionava como contraponto e confirmação. No período em referência, o oficial é, na obragem, uma figura de autoridade incontestada, e na fábrica um assalariado com prerrogativas próprias, que define e ajusta processos e ritmos de trabalho, impõe estritamente a disciplina

11 Perante as elevadas temperaturas, a sede e o cansaço associados ao trabalho de incessantemente abrir, fechar e arrefecer os moldes, erguendo-os em peso e imergindo-os numa celha, os aprendizes chegariam a beber dessa água não potável.

no interior da obragem e a representa face à administração fabril, interfere decisivamente na constituição da equipa e nas promoções.¹²

Faz certamente sentido supor que a preeminência do oficial neste período ecoasse ainda relações de trabalho pré-industriais – o que é comum em sectores industriais antigos (Hobsbawm 1984, 355) – numa lógica em que o oficial dispõe de considerável autonomia no seu trabalho e a obragem é, antes de mais, a equipa que o coadjuva (precisamente o desenho que se adivinha das disposições do Alvará de 1769). Ao longo do século XX, de facto, o oficial vidreiro marinhense dispôs, pela sua elevada qualificação e pelos mecanismos sociais de produção, transmissão e valorização dessa competência sedimentados ao longo da história do grupo, de uma latitude de acção e de escolha semelhante, em certos aspectos, à do artesão isolado – o que, tratando-se afinal de um assalariado, marca bem o seu elevado estatuto sócio-ocupacional.

Presente na contratação colectiva até 1973, o pagamento à peça aos oficiais e outros vidreiros de topo (geralmente o 1º e o 2º ajudantes) sublinhava esta autonomia e responsabilidade. Inclusive, de um ponto de vista simbólico, o trabalho à peça tal como aparece referido nas fontes¹³ configura uma situação de assalariamento em que a força de trabalho, obrigatoriamente dirigida para fins previamente definidos e especializados, não se encontra, por isso mesmo, sujeita ao livre

12 Este e os anteriores parágrafos apoiam-se no material historiográfico e etnográfico – em particular as entrevistas a antigos vidreiros – coligido e analisado em Marques (2000).

13 - "Preço do branco, garrafas de vidro branco a 10 réis; garrações a 20 réis", assim se registam termos de negociação salarial nas actas da Associação de Classe dos Garrafeiros (Marques 1997, 20).

arbítrio do empregador. Estes operários não são pagos para fazer o que quer que lhes ordenem durante as horas de trabalho, mas especificamente para fabricar determinado tipo de produtos, por “preços” previamente acordados.

Aristocracia operária, ou modos vidreiros de hierarquia e coesão?

Concretamente, as tabelas estabelecem o valor devido ao oficial por cada um dos objectos fabricados na sua obra (desde que depois aprovados na “escolha”) assim como a percentagem a aplicar no cálculo das remunerações do 1º e do 2º ajudantes¹⁴. Quanto aos restantes, recebem ao dia e não à peça.

Ora, são objectivamente diversos, no tocante aos modos de conduzir o trabalho quotidiano, os interesses imediatos de quem ganha à peça e os de quem ganha ao dia. Mais abrangentemente, a grande abertura do leque salarial faz com que todos almejem ser promovidos quanto antes, e o lugar destacado do oficial nesse leque torna o seu posto particularmente apetecido. Se a progressão na carreira é, de modo geral, muito lenta até aos anos 1960 (dadas a estrutura piramidal do ofício e a inexistência de eficaz protecção na reforma), em épocas de expansão do sector, como foram os anos 1919-21, imediatamente se torna aparente o conflito de interesses que estruturalmente opõe os vidreiros de topo, especialmente os oficiais, aos

¹⁴ Que em 1920, em período de expansão da indústria, vemos aumentar de 70 e 50%, respectivamente, para 80 e 60% (Marques 1997, 20).

restantes: enquanto estes pretendem aceder aos lugares mais qualificados, o que teria como efeito inevitável aumentar a oferta de conhecimento técnico vidreiro, os oficiais procuram a todo o custo impedir esse aumento, que desvalorizaria o seu trabalho e a sua remuneração (Marques 1997, 26–28).

Esta presença, entre os vidreiros, de interesses objectivamente contraditórios e situações sócio-económicas contrastantes ocasionou a aplicação ao grupo do conceito de aristocracia operária. Para o caso marinhense, Mónica (1981) emprega-o ao caracterizar o controlo destes assalariados sobre recursos produtivos essenciais (o conhecimento técnico), traduzido em assinaláveis capacidade negocial e ganhos remuneratórios. Esta proposta não lida, portanto, com o conceito habitual de aristocracia operária, originado na teoria marxista, enquanto condição de vida destruidora, por relativamente privilegiada, da consciência e da acção de classe (o que, de resto, no caso marinhense, iria a contrapelo da empiria disponível¹⁵). Mas já na historiografia britânica, no âmbito da qual a discussão do conceito nesta perspectiva foi particularmente relevante (Hobsbawm 1964; Foster

15 São vidreiros quem leva a cabo a revolta de 18 de Janeiro de 1934 (Patriarca 2000), é a sua presença que faz da localidade um reconhecido bastião oposicionista durante a ditadura e se traduz em maiorias autárquicas comunistas a seguir ao 25 de Abril, é coeva da expressiva diminuição do número de vidreiros na população activa marinhense a perda de influência do PCP na localidade. De resto, tem sido recentemente proposta a ideia de que, de modo geral, as camadas mais bem pagas do operariado nem por isso se afastam da luta de classes, requerendo-se portanto outras explicações que não a noção de aristocracia operária para explicar os fenómenos de conformismo e conservantismo entre trabalhadores (Post 2010).

2010), ocorre repetidamente a identificação dos vidreiros ou seus subgrupos enquanto assalariados com níveis de bem-estar acima da média da classe e, logo, qualificáveis enquanto aristocracia operária (Pelling 1968; Hopkins 1975; Matsumura 1983).

O trabalho de Matsumura (1983), que estuda os cristaleiros vitorianos, distingue-se por accionar o conceito para descrever e interpretar as dinâmicas de poder no interior do grupo. Observando os diferenciais de remuneração e acesso aos níveis superiores da carreira ocupacional, o autor estabelece um corte absoluto entre aqueles no topo da hierarquia (os “aristocratas”) e os restantes. Destes, afirma, muitos aprendizes desempenhariam tarefas meramente auxiliares e muitos deixariam a fábrica sem passar a ajudantes, enquanto grande parte destes, por seu turno, e sobretudo se desprovidos das ligações familiares pertinentes, nunca chegaria a aceder aos postos superiores do ofício.

Também no caso marinhense é certo que muitos aprendizes entrados no período em referência acabam por sair para outras ocupações sem chegarem a progredir na carreira, que só uma parte dos vidreiros atinge o oficialato (outra coisa seria, de resto, aritmeticamente impossível) e que, como já referido, até aos 1960 as ligações familiares mantêm um peso relevante na entrada e progressão na carreira. Por outro lado, contudo, deve notar-se que o poder dos vidreiros de topo, beneficiando os próprios, não deixa de servir também os interesses mais comuns e fundamentais de todo o grupo. Retome-se o exemplo do período 1919-21: dos dois padrões opostos de interesses imediatos então particularmente visíveis, é o dos oficiais que melhor corresponde ao interesse de longo prazo do grupo no seu conjunto,

pois o aumento da oferta de mão-de-obra qualificada degradaria as condições de remuneração de todos, reduzindo a sua “skill rent” - i.e., nos termos neo-marxistas de Wright, a parcela de excedente apropriável pelos assalariados detentores de um saber escasso e crucial à produção (1997, 22). Ora, é certamente também por esta coincidência entre o interesse imediato dos oficiais e o interesse vidreiro comum de mais dilatado prazo que os primeiros se vão mantendo como porta-vozes e figuras de autoridade no seio do grupo.

Sobretudo, a aplicação aos vidreiros da noção de aristocracia operária como proposta por Matsumura (1983) dificilmente se concilia com a unicidade fundamental do processo técnico e, mais ainda, da carreira ocupacional, efectivamente una e integrada: todo o oficial foi aprendiz, todo o aprendiz é um oficial em potência. Perder de vista esta unicidade estrutural é impedir-se de compreender cabalmente os processos, estreitamente relacionados, de trabalho e de produção e reprodução do grupo vidreiro, marcados, justamente, por relações de tensão e complementaridade entre hierarquia e coesão.

Os “10 minutos”: instituir a propriedade colectiva do saber técnico vidreiro

É sob o ponto de vista desta tensão que mais interessante se torna olhar os “10 minutos”.

Pensar, como se propôs acima, o poder dos oficiais vidreiros marinhenses das décadas de 1920 a 70 como repercutindo ainda o estatuto do mestre artesão pré-industrial é também reconhecer as decisivas diferenças que obviamente os separam daquele padrão. Não apenas porque trabalham em ambiente fabril e são,

inquestionavelmente, trabalhadores assalariados, e porque o seu trabalho obedece a exigências sócio-técnicas de produtividade e normalização antes ausentes, mas também porque, no interior do grupo vidreiro, a sua preeminência é agora fortemente contrabalçada pela própria unicidade do processo técnico e, sobretudo, da carreira ocupacional.

Sendo impossível reconstituir o processo, provavelmente longo e conflitual, de que esta se originou, as fontes disponíveis permitem, pelo menos, identificar um ponto de partida. Assim, a análise dos relatórios Setecentistas já mencionados indicia que nos primeiros anos da Real Fábrica se desenham duas carreiras distintas, com os aprendizes passando directamente a mestres e os ajudantes sendo-o permanentemente, sem terem sido aprendizes nem chegando a ser mestres (Marques 1999a, 18). Caber-lhes-iam então, presumivelmente, tarefas de apoio, distintas daquelas executadas pelos mestres, e ser-lhes-ia negado o acesso ao conhecimento técnico que lhes poderia permitir chegar, mais tarde, ao topo do ofício. Já os aprendizes, esses, estariam desde início na carreira principal. As mesmas fontes indiciam também, contudo, que os dois percursos terão começado a fundir-se – e, conseqüentemente, o grupo vidreiro marinhense a ensaiar os seus modos característicos de reprodução social – logo a partir, pelo menos, da década de 1790 (idem, 19): uma precocidade expressiva.

E parece ser este mesmo caminho em direcção a um grupo ocupacional mais coeso e abrangente que vemos desenhar-se através da instituição dos “10 minutos”. Se, na perspectiva de quem entrou para a fábrica no início do século XX, estes podem ainda ser representados

como uma dádiva do oficial ao 1º ajudante¹⁶ (o que mais uma vez demonstra a preeminência dos oficiais na obragem e no grupo) a verdade é que a presença dos “10 minutos” limita a discricionariedade na transmissão do conhecimento técnico. Podendo decerto ser orientado de diversos modos pelo oficial, que mantém, designadamente, um nível considerável de controlo sobre o conhecimento que explicitamente transmite ou retém durante este período, os “10 minutos” democratizam, ainda assim, o acesso ao saber do ofício. Alguns poderão vê-los como uma dádiva do oficial, mas este sabe que se trata de uma obrigação que não pode omitir. Os “10 minutos” instituem – i.e., trazem para a esfera das “regras públicas de pensamento e acção”, nos termos de Mauss¹⁷ – a transmissão de conhecimento como marca do grupo, assim afirmando a propriedade e o controlo colectivos sobre esse património crucial.

Como se referiu, os “10 minutos” subtraem-se parcialmente à produção, dado que o rendimento é susceptível de diminuir quando se trabalha com uma equipa menos qualificada que o habitual. Se o salário é pago por unidade de tempo, como actualmente acontece, qualquer eventual quebra corre por conta da empresa. Mas nos tempos

16 “O oficial então dá-lhe dez minutos. É uma tradição! Já é uma coisa que vem de muito longe, e a gente fazia tamém a mesma coisa. [...] Desde que eu lá trabalho – que eu lá trabalhei – vi já os oficiais fazerem isso, e depois eu e os outros como eu, oficiais mais modernos, fazíamos a mesma coisa” (oficial entrado para a fábrica em 1914, entrevistado em 1998 – cf. MARQUES 2000, 230–33).

17 “[D]es institutions, c’est-à-dire des règles publiques d’action et de pensée” (HUBERT e MAUSS 2002, 20). Para uma reflexão sobre o conceito de instituição aplicado ao trabalho fabril, ver MARQUES (2011).

do pagamento à peça era sobre os vidreiros que directamente recaía tal prejuízo¹⁸. Ora, se os ajudantes mais qualificados tinham, apesar de tudo, a contrapartida da aprendizagem e do treino, o oficial, nada recebendo, procedia então, na verdade, a uma devolução: devolvia ao grupo, na pessoa do seu 1º ajudante, aquilo que outrora do grupo recebera na pessoa do seu próprio oficial. Os “10 minutos” recordam ao oficial que o saber do ofício não é propriedade sua, instituindo, na circulação desse recurso crucial, uma reciprocidade diferida e – muito importante – transitiva, que marca bem o carácter colectivo da detenção do conhecimento técnico vidreiro.

Mercadorização incompleta da força de trabalho?

É neste ponto que se torna pertinente a definição de força de trabalho proposta por Marx (1909). Descrita como “the aggregate of these mental and physical capabilities existing in a human being, which he exercises whenever he produces a use-value of any description” (1909, 185), a força de trabalho inclui, assim, o saber do ofício, como o autor explicita um pouco adiante: “*in order to modify the human organism, so that it may acquire skill and handiness in a given branch of industry, and become labour-power of a special kind, a special education or training is requisite*” (idem, 191). Ao mesmo tempo, Marx assinala repetidamente que a força de trabalho apenas

18 - O que obviamente requeria, por outro lado, um salário habilitado a suportá-lo: “the shorter the time required for training up to a particular sort of work, the smaller is the cost of production of the worker, the lower is the price of his labor-power, his wages. (Marx 1902, 33); cf. também a nota 8.

se encontra na pessoa, no “living self” do trabalhador – e, nessa linha, toda a sua discussão da força de trabalho enquanto mercadoria põe em cena o trabalhador individualmente considerado. É este sujeito individual que, impedido de vender os frutos do seu trabalho por não ter acesso aos meios de produção que lhe permitiriam fabricá-los autonomamente, se vê forçado, para sobreviver, a colocar antes no mercado a sua força de trabalho – sobre a venda da qual, concomitantemente, tem inteiro poder de decisão, por ser um indivíduo juridicamente livre. Que o indivíduo assalariado seja “livre” no duplo sentido de nada ter de seu além da sua força de trabalho e de desta poder dispor inteiramente são, estabelece Marx, as duas condições essenciais para que a força de trabalho se configure enquanto mercadoria.

Ora, se entre os vidreiros o saber do ofício é património colectivo, e se este saber é parte integrante da força de trabalho, isso significa que o vidreiro individual não detém afinal de modo absoluto a sua força de trabalho, não pode dela dispor livremente. A tradução prática desta impossibilidade é bem patente quando são estabelecidas formas de controlo colectivo sobre a cadência produtiva, sobre a progressão na carreira ocupacional ou sobre o acesso a um determinado posto de trabalho – ao mesmo tempo que a contradição entre esta agencialidade colectiva e o facto de ser o “living self” individual a sede da força de trabalho se encontram bem visíveis no carácter amiúde conflitual e incompleto daquelas formas de controlo. Juridicamente tão livre como o seu patrão, ao qual obviamente não o ligam laços de escravidão ou servidão de espécie alguma, mas apenas a relação puramente mercantil de assalariamento, nem por isso o operário vidreiro é inteiramente “livre” enquanto trabalhador, uma vez que a

sua força de trabalho não é inteiramente sua propriedade individual. Falha assim, entre os vidreiros, uma das duas condições tidas como essenciais por Marx para que se possa falar em mercadorização da força de trabalho: estamos perante uma mercadoria incompleta.

A transacção desta força de trabalho não é, portanto, livre, condicionada como está por factores e circunstâncias extra-mercado (embora estreitamente interactuantes com este). Desaparecidas, com o fim do Antigo Regime, as peias explícitas que o Alvará de 1769 estabelecia à circulação de mão-de-obra (tempos mínimos de permanência na fábrica para os oficiais, autorização ao proprietário para que os mandasse seguir e deter caso “fugissem”, obrigatoriedade de a fábrica empregar os aprendizes uma vez formados...), uma outra “economia moral” (Thompson 1971) – e prática – parece entretanto ter emergido e vigorado no período em análise, por meio da qual os vidreiros colectivamente subtraem à esfera mercantil (onde o trabalhador individual se relaciona com o detentor de capital em situação de inferioridade estrutural, pois depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver) a negociação de aspectos fundamentais do exercício da sua força de trabalho. Nem tudo na força de trabalho vidreira está à venda e é intercambiável no mercado, e isso enquadra e condiciona a acção económica tanto do assalariado como do capitalista.

Esta resistência dos vidreiros à mercadorização da sua força de trabalho – ou, para usar os termos de Polanyi, esta sua recusa (ou denúncia, até) da “ficção” do trabalho enquanto mercadoria (2001, 75–76) – poderá decerto ser melhor discutida à luz da ideia, repetida e diversamente articulada na antropologia e na sociologia económicas, por exemplo, de que o des-embobimento e re-embobimento do

económico no social é, pela sua importância crucial na vida colectiva, um processo continuado e conflitual (cf. Polanyi 2001, Granovetter 1985, Mauss 1974, Hart 2005, Bourdieu 2000). Tal não cabendo no âmbito do presente texto, não se terminará, contudo, sem sugerir a inclusão deste modo de mercadorização incompleta da força de trabalho entre as formas híbridas, ou “impuras” (van der Linden 2008, 268) de trabalho assalariado, cuja presença Marx assinalou nas margens do capitalismo industrial mas que correspondem, provavelmente, à capacidade de adaptação às formas e contextos particulares, sem com isso comprometer os mecanismos nucleares de acumulação, que está talvez no centro da expansão e longevidade do capitalismo.



Mulheres e Trabalho.

ENTRE A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DA MULHER E A REALIDADE

Este artigo¹, subordinado ao tema geral as mulheres e o trabalho, tem como referentes cronológicos o final do século XIX e princípio do século XX. Estrutura-se em torno de dois eixos. Em primeiro lugar, visa surpreender a oposição entre a construção de uma imagem das mulheres e a realidade (ou a aproximação possível); em segundo lugar, pretende descrever, em traços largos, algumas das questões relacionadas com o mundo laboral feminino e pensar as trabalhadoras entre a invisibilidade (BAPTISTA, 1999) e o preconceito ou os efeitos negativos de uma determinada ideia do que era e do que a mulher deveria ser.

No final do século XIX e nos inícios do século XX, a desigualdade de géneros era uma característica da sociedade portuguesa (à semelhança do que se passava na generalidade dos países), cruzando-se com outras clivagens, nomeadamente entre os que tinham direitos políticos e os que não tinham voz pública e ainda entre as classes privilegiadas e as não privilegiadas, que eram a maioria da população.

1 Com base na comunicação apresentada no Encontro *Áreas industriais e Comunidades operárias, Encontros de investigadores locais: divulgação de estudos monográficos*, II Sessão – o mundo do trabalho em Lisboa e vale do Tejo, VI Painel – O universo feminino do mundo do trabalho, 21 de Outubro de 2011 e em SAMARA, Maria Alice, *Burguesas e Operárias, As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

A cidade política liberal e oligárquica era inacessível à maioria dos portugueses e à totalidade das portuguesas afastadas da cidadania plena. Os grupos sociais excluídos da ordem liberal oligárquica vigente começaram a lutar pelos seus direitos, a contestar o sistema e a pensar em alternativas políticas, muitas das quais em consonância com teorias e práticas europeias. Dentro do grupo dos deserdados da cidade política, a mulher, cerca de metade da população, não tinha nem o direito de voto, nem a possibilidade de participação política, para além de várias restrições cívicas impostas pelo Código Civil.

Parte das mulheres, porque apenas o plural pode fazer justiça à miríade de situações e condições que podemos constatar, combateu para alterar a sua situação vista como de menoridade cívica, ao lado e com os republicanos. Nos inícios do século XX assistimos ao que foi o princípio de um longo caminho, da luta pelos direitos políticos das mulheres, com a criação de associações que pugnassem pelas questões femininas e feministas, de entre as quais se pode fazer referência à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) e aos nomes de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. Esta última ativista, republicana, de *ideias avançadas* e livre-pensadora, não deixou de considerar que a feminista não podia deixar de se dedicar a um combate a favor da operária e contra a burguesia, demonstrando assim uma preocupação com as mulheres das várias classes sociais (SAMARA 2007).

A agenda feminista cruzou-se no início do século XX com os combates do movimento republicano. Esta aliança, fomentada pelos republicanos, teve lugar imediatamente antes da tomada do poder e, feita a República, tornou-se difícil de gerir, já que foram criadas

expectativas nas mulheres que não foram cumpridas, nomeadamente em relação ao direito de voto. Há uma relação muito específica de uma parte do feminismo com as esperanças – várias e multiformes – que estiveram presentes na luta contra a sociedade antiga, velha e que era preciso renovar.

Cumpre ainda registar a criação da União das Mulheres Socialistas, em 1912 e que se tinha como objectivo lutar pela “libertação civil, económica e económica da mulher”. (ESTEVES 2005, 877)

Ainda no que às organizações diz respeito, em 1914 foi fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que teria uma significativa influência em várias gerações de mulheres, mantendo-se em funcionamento até 1947, data em que foi encerrado pelo Estado Novo. Esta organização entendia-se como apolítica, mitigando a anterior ligação entre republicanismo e feminismo. Apesar de algumas das militantes continuarem a ter afinidades políticas com o republicanismo, esta era uma organização que se debruçava sobre problemas das mulheres, já num contexto em que se firmavam institucionais internacionais (Conselho Internacional das Mulheres e Aliança Internacional para o sufrágio feminino). “Os estatutos do CNMP foram aprovados em Abril de 1914 e definiam-no como «uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa». Os seus objectivos eram o de federar as associações femininas, e não apenas feministas, portuguesas «que se ocupam da mulher e da criança» e de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à *dignificação e a emancipação das mulheres*». Era também seu objectivo «defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais

da mulher, especialmente da proletária» e a renumeração equitativa do trabalho.” (COVA 1998) Os objectivos do CNMP já refletem uma diferente consciencialização em relação à necessidade de defesa da mulher trabalhadora, nomeadamente a proletária.

A desigualdade de géneros, cruzada com todas as outras, não só caracterizava a sociedade como estava naturalizada, sendo minoritárias as vozes e as opiniões que a questionavam. Era ainda um mundo no qual o homem era, essencialmente, o produtor de sentido, construindo e difundindo a sua forma de olhar e pensar a mulher, bem como os papéis que lhe estavam destinados. Poucas mulheres tinham as ferramentas necessárias para poder questionar esta forma de pensar e de deixar para a posteridade escritos ou memórias que nos permitam trabalhar esta questão.

No início do século XX a sociedade portuguesa assentava e reproduzia várias dicotomias, de entre as quais a que opunha masculino e feminino. O homem representava o mundo cultural e a mulher o natural. Ao homem fazia-se corresponder a inteligência e a razão e à mulher a sensibilidade e a emoção. O homem que olhava para a mulher e via-a mais pequena, mais frágil, mais delicada mas, escrevia-se em muitos discursos “científicos”, com uma menor capacidade cerebral.

A mulher pertencia à casa e não ao mundo, pertencia ao lar e não à praça pública e à cidadania. Difunde-se em Portugal, à semelhança de boa parte da Europa, a imagem vitoriana da *Fada do Lar*, “Expressão através da qual a sociedade industrial e burguesa, emergente no século XIX, pretende valorizar as funções domésticas atribuídas às mulheres.” (MACEDO e AMARAL 2005). Era assim atribuído à mulher o papel de esposa, a que se associava, frequentemente,

o papel de mãe. Ser a *Fada* ou o *Anjo do Lar*, uma mulher virtuosa, estava associado a um conjunto de características como a submissão ou a passividade. Na prática, esta mulher deveria cuidar da casa ou supervisionar os trabalhos de quem o fazia, numa vida que começava e acabava no espaço doméstico, agora transformado numa espécie de santuário, o lugar onde as virtudes femininas se afirmavam, em oposição ao interdito da vida e da voz públicas.

Os manuais de civilidade e os livros de conduta prescreviam outras tantas regras, condicionando ou pretendendo moldar a vida destas “senhoras”, que deveriam ser graciosas, silenciosas e resignadas. Das portas de casa para fora, a sua liberdade era restringida, não devendo sair na companhia de outro homem que não o marido, pai ou irmão.

A *Fada do Lar* não é um retrato da realidade (PETERSON 1984), não é a imagem do que era, mas do que se queria construir. Este ideal de classe média burguesa e de classe alta difundiu-se pela sociedade e pelas diferentes classes sociais, sobretudo durante o Estado Novo, constituindo-se um obstáculo aos combates que visavam a defesa do direito ao trabalho com dignidade.

Apesar disto, assistimos ao combate das mulheres contra esta forma que o olhar e o desejo masculinos esculpiram. Parte das mulheres lutaram pelo acesso à educação e pela consequente inserção no mercado de trabalho. Neste caso, estamos a falar, obviamente, do mercado de trabalho qualificado.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos (filóloga, escritora, professora universitária) deixou-nos um retrato sombrio da desconfiança com que a educação feminina era olhada e de como a sociedade tinha uma clara

aversão às mulheres que queriam ou que acediam aos graus mais elevados da instrução, expressa, de forma clara, no adágio “Mula que faz him e mulher que fala latim não têm bom fim.” (VASCONCELOS 2002) referido por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. No final do século XIX e inícios do século XX, os índices de analfabetismo eram muito elevados e no caso específico das mulheres podiam chegar aos 80%. Poucas raparigas estudavam para além do ensino primário. Em muitos casos, a educação da jovem rapariga das classes privilegiadas passava pelo piano, pelo bordado, alguma coisa de francês e de literatura. Para muitos, eram apenas conhecimentos de salão. Os livros, se considerados perigosos ou dissolventes, eram afastados da jovem mulher, considerada frágil e susceptível de ser influenciada pelas leituras e, assim, quebrar a imagem e recusar o papel que lhe estava atribuído.

Rogério Fernandes mostrou como uma das formas de dificultar o acesso da mulher à educação fora da família passava por ridicularizar a sua capacidade intelectual, falando dessas estratégias de ironia e sarcasmo: “Por meio do riso e da troça, os homens procuravam combater a ideologia, então nascente, da igualdade dos sexos e, desse modo, tentavam manter intacta a hegemonia masculina no governo da Família e da Sociedade.” (FERNANDES 2003)

A mulher que pretendia estudar para além do prescrito e socialmente aceite estava a subverter o que parecia ser a ordem natural da sociedade, que não atribuía à mulher esse papel, sobretudo quando a vontade de saber se prendia com a obtenção de um grau académico e este abria a possibilidade de uma profissão. Uma mulher com um trabalho remunerado tinha a possibilidade de ser autónoma e independente, impedindo-a de ser a tão desejada *Fada do Lar*.

Num texto clássico intitulado *Profession for women*, de 1931, Virginia Wolf escreveu sobre a necessidade de matar o *Anjo da Casa* como parte da ocupação da escritora. (WOLF 1942) Ou dito de outra forma, era preciso destruir uma determinada ideia de mulher, um fantasma, que a própria mulher, tantas vezes, aceitava, para que outras possibilidades de abrissem. Este era o primeiro passo para a emancipação. E, ainda segundo a mesma escritora, o que ficava depois do *Anjo* ser morto? Uma imagem de uma aparente simplicidade: uma jovem mulher num quarto com um tinteiro. Liberta de preconceitos, esta jovem mulher podia criar e trabalhar. E, ser remunerada pela seu trabalho.

Com o dinheiro que ganhou Virginia Wolf comprou um gato persa. Mas não era suficiente. Queria um automóvel. Para nós, olhando para aqueles tempos, é tentador ler o desejo de ter um automóvel como sinal de independência, autonomia e modernidade. Ou ainda a imagem de uma jovem mulher a conduzir o seu destino.

Neste início do século XX, um pequeno mas crescente número de mulheres portuguesas conseguiu ir para a Universidade² e, assim, entrar em campos profissionais até então exclusivamente masculinos. Até à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, tinham-se matriculado na Universidade de Coimbra 23 estudantes do sexo feminino e, de 1910 a 1926, 280 mulheres frequentaram a Universidade (GOMES 1991). Domitila de Carvalho foi a primeira mulher a entrar para a Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1881–1892 e em

2 Até à República, a única Universidade era Coimbra. Em 1911 foram criadas as Universidades de Lisboa e do Porto.

1910, Regina Quintanilha foi a primeira mulher a entrar para a Faculdade de Direito da mesma Universidade. Para além do corpo discente, vale a pena fazer referência à contratação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, primeira professora e até à sua morte em 1925, a única mulher do corpo docente da Universidade de Coimbra. A possibilidade de as mulheres se doutorarem foi outro obstáculo a ser vencido. Escreveu Maria Lamas que “Nos últimos anos doutoraram-se algumas licenciadas em letras, ciências e uma médica. Este facto, extraordinário entre nós, derrubou o preconceito de que o grau de doutor de borla e capelo era inacessível à mulher.” (LAMAS 2002, 438)

De uma forma paulatina, as mulheres foram tendo acesso ao ensino universitário e entrando no campo profissional qualificado. O triunfo nas *carreiras liberais* fez-se lutando contra a hostilidade e o preconceito (GUIMARÃES 2002). Quando as mulheres de classe média começaram a trabalhar fora de casa, quebrando a tradição, a situação era considerada deprimente, desprestigiante e só se compreendia à luz de dificuldades económicas muito graves. (LAMAS 2002, 428) O trabalho destas mulheres da classe média era visto como sinal do infortúnio, um castigo, não se equacionando a possibilidade de poder resultar de uma escolha.

No entanto, e apesar das dificuldades, nos anos 40 do século XX Maria Lamas escrevia que existiam profissões com altas taxas de feminização como no caso do professorado primário, enfermagem e assistência social (LAMAS 2002). Ou seja, para além do ensino, as mulheres tinham ocupações no campo das prestações de cuidados, de alguma maneira, uma forma de prolongar, fora de casa, a imagem tradicional da mulher. O trabalho com maior

aceitação social estava associado ao gesto de cuidar, atividade vista como característica do mundo feminino.

Uma parte muito significativa destas mulheres que procuravam novas profissões e aquelas que defendiam o direito à educação e ao trabalho como forma de emancipação feminina, defendiam, contudo, que a mulher não podia relegar para segundo plano o seu papel como mãe e os deveres da maternidade.

O quadro relativo às mulheres que franquearam a sua entrada no mundo profissional qualificado diz respeito apenas a uma minoria de mulheres, a uma pequena parcela do que podemos chamar de população ativa feminina. De facto, a maioria das mulheres trabalhadoras pertencia às classes populares e as suas ocupações eram bastante distintas das acima referidas como *carreiras liberais*, ou ocupações profissionais que implicavam a obtenção de um grau académico, e de prestígio social.

As mulheres sempre estiveram presentes nos mundos do trabalho, fosse ou não remuneradas e independentemente da maior ou menor visibilidade ou da importância social atribuída ao seu trabalho. Há que referir também a estreita proximidade entre a atividade económica e o núcleo familiar, nomeadamente no que ao trabalho agrícola diz respeito. “Verificámos, ainda, que o trabalho feminino, a nível nacional se tornou invisível devido à ocultação do trabalho agrícola das mulheres. Os censos passaram a inventariar como trabalho efetivo apenas o realizado pelo «chefe de família».” (BAPTISTA 1999, 154)

As mulheres trabalhavam em todos os ramos de atividade desde a agricultura até à indústria (de referir pelas elevadas taxas de feminização o têxtil e as conservas), passando pelos serviços e

comércio. Maria Lamas deixou-nos um belíssimo retrato intitulado *As Mulheres do meu país*, fruto das suas viagens de norte a sul de Portugal, iniciadas em 1947. Nas suas reportagens deu-nos a conhecer as diferentes mulheres, das camponesas às salineiras passando pelas operárias, costureiras, empregadas domésticas às professoras, empregadas de escritório ou enfermeiras, os seus trabalhos, as suas lutas quotidianas e as diferentes tradições.

Distinguindo entre a pluralidade e a heterogeneidade das mulheres portuguesas, Maria Lamas defendeu que “No povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos, fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendadeiras, criadas de servir ou «mulheres a dias».” (LAMAS 2002, 458)

No espaço urbano e/ou industrializado, a mulher era um significativo segmento da força de trabalho, circulando pelas ruas da cidade, sendo tão diferente do modelo da mulher que vivia em função e para o lar. Algumas de entre estas mulheres trabalhavam mesmo para o lar das outras, como no caso da “Maria Olímpia” de Armando Ferreira, uma imagem romanesca e da mulher popular, pobre e trabalhadora. Armando Ferreira descreve o corpo desta mulher trabalhadora, que nos surge, assim, marcado pela sorte cruel, pela desgraça, magro e cansado (FERREIRA), o oposto dos corpos ideais das mulheres e daquelas que não trabalhavam.

Da literatura podemos ainda recuperar uma imagem do operariado do Porto, onde a percentagem de trabalhadoras era muito significativa:

Na fábrica onde Luísa trabalhava, circulava logo de manhã uma alegre palpação de vida. Os operários chegavam em grandes

ranchos, descalços, rotos, chupadas pela fome as caras em que apenas refulgia a luz dos olhos. Vinham tristes, acabrunhadas, sem juventude, arrastando-se num desalento enorme. As mulheres traziam os chales muito cingidos ao busto; as roupas colavam-se-lhes ao corpo, desenhando-lhes em relevo as formas irregulares e angulosas. Algumas eram já velhas; outras pobres esposas que à pressa abandonaram o leito sem calor, logo ao luzir da estrela de alva, para que ao bando dos filhos não faltasse o magro pão do jantar.
(GRAVE 1915)

As mulheres, cujo corpo nos aparece, mais uma vez, como destruído, longe das características da graça e da beleza que estavam associadas ao sexo feminino, estão marcadas pelo trabalho e pela dureza das sua vida. As mulheres operárias, enfrentavam, juntamente com os operários do sexo masculino difíceis condições de trabalho, fosse pela duração da jornada (podiam ser de 12 ou 14 horas), fosse pela dureza das tarefas. Algumas das mais importantes reclamações, desde o final do século XIX, prendiam-se com a questão do horário de trabalho, a defesa do descanso semanal, a necessidade de proteção em caso de acidente que se relacionava de perto com a higiene e a segurança dos locais de trabalho e a criação de tribunais próprios para os conflitos laborais.

Partilhando as dificuldades da vida operária, as mulheres – e as crianças – auferiam remunerações mais baixas que os seus companheiros do sexo masculino. Esta diferença de nível remuneratório deve ser pensada levando em linha de conta dois aspectos: “(...) em primeiro lugar a aceitação da justificação dos salários mais baixos pagos às mulheres pelo facto – tido como certo – da sua menor capacidade

produtiva; em segundo lugar, as exigências de igualização das remunerações entre homens e mulheres, para as mesmas tarefas, quando surgem, vêm marcadas pela preocupação de defender os níveis de salários anteriormente alcançados pelos operários homens.” (FREIRE 1992, 138). Era comum, tanto nos trabalhos industriais como nos agrícolas, o salário da mulher ser metade ou pouco mais do que o dos seus companheiros masculinos, o que decorria da forma como o seu trabalho era entendido, fosse porque era visto como um complemento ao orçamento familiar, fosse porque era desconsiderado, sendo a capacidade produtiva das mulheres posta em causa.

A presença no mercado de trabalho de mulheres e menores, mão de obra desqualificada e barata acabou por ter efeitos negativos no trabalho masculino, fosse pelo espectro da perda do posto de trabalho, fosse pela sua desvalorização. (MARTINS 1997)

Não estava, assim, ausente destes conjuntos de reivindicações do movimento operário, os problemas suscitados pelo trabalho de mulheres e crianças. “Daí que, quando a crise começou a agudizar-se a partir de finais do século XIX, o trabalho feminino e de menores começasse a ser hostilizado e acusado de contribuir para o mal-estar social e que para minorar a situação (e também por razões de carácter social) se promulgassem leis regulamentadoras e se pretendesse condicioná-lo ou mesmo proibi-lo em determinadas profissões ou sectores de actividade” (MARTINS 1997, 498)

As primeiras leis que regulamentavam o trabalho de mulheres e crianças datam, precisamente, da última década do século XIX, respectivamente de abril de 1891 e março de 1893, limitando o número de horas de trabalho, fixando a idade mínima de admissão nos

estabelecimentos industriais e proibindo ocupações consideradas mais perigosas ou penosas. Também as organizações operárias se preocuparam e debateram estas questões. O congresso da indústria corticeira aprovou em 1924 a necessidade de se instituir a proibição do trabalho durante a gravidez, com a garantia do lugar da operária quando estivesse pronta para regressar, e alvitrou ainda a criação de creches nas fábricas, reivindicações que aqui eram formuladas pela primeira vez, sendo retomadas, no essencial no Congresso da CGT em 1925 (FREIRE 1992, 178). É ainda João Freire que nos propõe uma leitura destas medidas, escrevendo que “Mesmo sem atender às possíveis intencionalidades dos actores, estas medidas teriam com certeza como efeito, não só melhorar em alguns casos as condições de exercício profissional das mulheres, como também para elevar os custos do seu emprego a um nível tal que o patronato as relegasse para segundo plano, em relação aos homens, no mercado de trabalho.” (FREIRE 1992, 179)

É preciso não deixar, assim, de referir a ambiguidade de algumas das medidas que elencamos quando estamos a trabalhar a este assunto. Na linha do que João Freire escreveu, toda a prudência deve ser aplicada ao analisar as diferentes propostas e medidas que podem trazer com elas efeitos perversos que, ao invés do que é dito ou escrito, dificultem ainda mais a vida laboral das mulheres, claramente o elo fraco do elo mais fraco da sociedade em transformação e com vontade de encetar a via da modernização, do Portugal do final do século XIX e de inícios do século XX.

As mulheres trabalhadoras, nomeadamente as operárias, não tinham uma rede organizativa como a que estava a ser construída pelos operários, que, dos finais do século XIX, apesar de várias

dificuldades, se ia estruturando. O dinamismo das associações de classe e dos sindicatos é essencialmente masculino.

Apesar de ser um campo menos desenvolvido do que no caso dos operários do sexo masculino, tal não significa que não existissem organizações. Podemos fazer referencia às seguintes organizações exclusivamente femininas, que se constituíram depois da legalização das associações de classe e até 1910: Costureiras de Lisboa, Lavadeiras (Lisboa), Costureiras e Ajuntadeiras (Lisboa), Parteiras (Lisboa), Costureiras de Alfaiates (Porto), Operárias Tecelãs (Porto), Operárias Tecelãs Mecânicas (Porto), Operárias fabricantes de botões e artes (Porto, Gaia), Operárias das fábricas das conservas de peixe (Olhão), Fressureiras (Porto), Operárias (Tomar), Costureiras de Alfaiate (Braga), União das Costureiras (Porto), Costureiras (Póvoa do Varzim), Coristas (Lisboa) e Vendadeiras de Leite (Porto) (TOMÉ 2005). Nos vários jornais operários podemos encontrar referencia a outras associações de classe com elementos do sexo feminino, bem como referência às suas lutas, mobilizações e protestos.

De igual modo, as mulheres trabalhadoras não deixaram de utilizar uma das principais armas do movimento operário, a saber, a greve. Farei referência apenas a uma situação por ser emblemática de duas formas de encarar esta situação e porque é protagonizada por mulheres, a saber, a greve das operárias das fábricas de Setúbal em 1911. Assumindo a posição republicana, a feminista Ana de Castro Osório considerou que não era correto, no início do regime, agravar a situação com o que considerou reclamações “inoportunas e embaraçosas”, afirmando que a greve das mulheres das fábricas de conservas foi “extemporânea” e “injusta”. (OSÓRIO 1911)

As trabalhadoras, iniciando a sua batalha pela organização, tiveram que procurar firmar a sua posição dentro do movimento operário organizado. Existiram mulheres politizadas, militantes e que defendiam a sua posição no seio do campo sindicalista mesmo contra dúvidas e preconceitos de alguns dos seus companheiros do sexo masculino (tendo, claro, que lutar sempre contra as questões interiorizadas por muitas das mulheres e que tolhiam a sua própria luta).

Anne Martina Emonts, trabalhando o Suplemento Literário e Ilustrado de *A Batalha* (1923–1927), tratou os dois inquéritos sobre a situação económica e social da mulher assalariada. Segundo João Freire, nos anos vinte, devido à presença muito significativa das mulheres no ambiente fabril, “(...) o movimento sindical começa a ensaiar algumas respostas específicas para o problema, quer em termos organizativos, quer de reivindicações.” (FREIRE 1992, 178)

O primeiro inquérito destes tratava a questão da integração da mulher na vida sindical e foi tratado em 12 artigos, veiculando 25 opiniões, 4 das quais de mulheres. “Da análise das opiniões expressas podemos concluir que apenas 2 negam qualquer utilidade à sindicalização feminina, sendo as restantes favoráveis ao ingresso das mulheres num sindicato. Dez (10) das opiniões podem ser consideradas plenamente igualitárias, portanto, em favor sem restrições da sindicalização feminina; as restantes podem ser consideradas como diferencialistas já que insistem na essência diferente da mulher, exigindo restrições para as futuras sindicalistas.” (EMONTS 2001, 103)

No mundo sindical e no movimento operário organizado existiam muitas das ideias e preconceitos que coartavam as possibilidades de organização e sindicalização das mulheres. Maria Gorreti

Matias, escreveu, tratando do mundo operário feminino, nomeadamente as tabaqueiras, que “(...) o discurso sindical defendeu sempre o regresso ao lar. Pela sua submissão ela era uma terrível rival no mercado de trabalho.” (MATIAS 1986)

Nos finais de 1926 e inícios de 1927 o suplemento de *A Batalha* dedicou as suas páginas a outra questão que se prende com a questão da mulher e do mundo do trabalho, interrogando-se sobre a possibilidade da mulher ter acesso a todas as profissões ou ficar pelo mundo da domesticidade. João Freire esclarece que o *não* prevalece entre os homens, sendo relevante o que chamou de respostas matizadas, “(...) como se tivessem a necessidade de justificar mais aprofundadamente a sua opção negativa, quiçá por terem consciência das contradições que a mesma encerrava, do ponto de vista da ideologia que afirmavam defender.” (FREIRE 1992, 180)

Na sociedade portuguesa de inícios do século XX surpreendemos uma difícil relação entre as mulheres e o mundo do trabalho, do mesmo modo que podemos constatar as diferenças económicas, sociais e culturais entre as mulheres, sempre pensadas no plural. As mulheres trabalhadoras enfrentaram um significativo conjunto de dificuldades, a começar pela aceitação social do seu direito a um trabalho. Este foi (é) um dos principais combates travados, não só pelas mulheres detentoras das ferramentas que lhes permitiam deixar o registo e a memória da sua história, mas por uma imensidão de mulheres anónimas que quotidianamente lutavam pela subsistência e contra o preconceito que as queria remeter ao universo da domesticidade e ao lar.



O mundo que nós perdemos?

TRABALHOS E IDENTIDADES EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIX E XX

Nos anos 60 do século XX, Peter Laslett publicou um livro que se tornou um clássico da história social: «O mundo que nós perdemos»¹. Fazendo uma leitura imediata, este pode ser também um título aplicável ao conjunto dos cinco artigos que constituem este capítulo. Cada um retrata *mundos* laborais de mineiros, vidreiros, sapateiros e criados de servir que muitos dos leitores do século XXI *perderam*. Os autores centram-se nas décadas anteriores às grandes transformações económicas e sociais, que em Portugal decorreram nos anos 60 e 70 do século XX e nos lançaram numa *nova era*². Todavia, se a História visa vincular incessantemente os vivos aos mortos, como sugeria March Bloch³, temos que questionar se estes são mesmo mundos que *nós perdemos*. Esta é uma reflexão que não está explicitamente contemplada nestes artigos, mas que

1 A primeira edição saiu em Inglaterra em 1964, a edição portuguesa na década seguinte: Peter Laslett, 1975, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa: Cosmos.

2 As profundas transformações económicas e sociais, que se desenrolaram nos 25 a 30 anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, têm levado alguns autores, entre os quais Eric Hobsbawm, a afirmar que nessas décadas se encerrou o ciclo da história da humanidade que teria começado com o Neolítico (Eric, Hobsbawm, 2002, *A era do extremos: história breve do século XX. 1914–1991*, Lisboa: Presença).

3 Marc Bloch, 1987, *Introdução à História*, 5ª ed., Mem Martins: Publicações Europa-América.

insiste em assomar quando se conhecem as contingências sociais e laborais dos trabalhadores actuais.

Os trabalhos e as identidades analisados nestes artigos remetem para um período que decorre da segunda metade do século XIX ao século XXI. Este segmento da História Contemporânea tem sido intensamente escrutinado, estando delimitadas as diversas conjunturas internacionais e nacionais. Apesar de localizado na periferia europeia, tem sido demonstrado que Portugal não ficou imune às dinâmicas internacionais e que estas influenciaram algumas decisões internas. Desde logo, as primeiras crises económicas globais (últimos anos do século XIX e décadas de 30 e de 70 do século XX) e, também, as duas primeiras guerras mundiais (I Guerra Mundial, 1914–1918; II Guerra Mundial, 1939–1945). A par dos impactos destas e outras dinâmicas externas, em Portugal o período foi marcado pelas mudanças de regimes políticos: o fim da Monarquia Constitucional e o início da I República a 5 de Outubro de 1910; a vigência de uma Ditadura Militar de 1926 a 1933, à qual se seguiu o regime ditatorial do Estado Novo (1933–1974); a Revolução de 25 de Abril de 1974, que conduziu à consolidação do actual sistema democrático.

Num país onde, até à segunda metade do século XX, a agricultura foi o principal sector económico, a indústria surge em interação com a ruralidade dominante, mas destaca-se desta, reorganizando o espaço e construindo outras relações sociais. Se a hegemonia da agricultura tem sido interpretada como um sinal de *atraso*, desde o século XVIII que a indústria foi considerada como sinónimo de *progresso*. Enquanto símbolos da contemporaneidade, os sectores secundários e terciários da economia, como têm sido classificados,

estão associadas à urbanização e à crescente sofisticação tecnológica. A multiplicação de estudos que adoptam diferentes perspectivas, têm mostrado que, mais que disponibilidade de know-how ou tecnologias, foram as circunstâncias históricas e geográficas que contribuíram para a heterogeneidade de percursos que cada um destes sectores tem relevado nos vários países.

Numa perspectiva macro poder-se-á continuar a repetir que o país era *atrasado e essencialmente agrícola*, mas essas constatações são insuficientes para avaliar como os protagonistas de diferentes profissões e actividades económicas concorreram para a diversidade das trajectórias locais. Privilegiando um nível micro, os autores inseridos neste capítulo contribuem para identificar essas trajectórias, descrevendo detalhadamente profissões e contextos laborais que facilitam a compreensão do percurso histórico de indústrias e serviços em diferentes regiões do país.

O conjunto dos artigos fornece dados que permitem acompanhar as diversas tendências, que se cruzam num mesmo período cronológico e num mesmo país. Por um lado, descrevem-se as contingências do exercício do ofício de sapateiro em Loulé, uma profissão que se tinha consolidado em séculos anteriores, mas que em meados do século XX está a entrar nos momentos derradeiros. Por outro lado, observa-se a emergência das novas profissões ligadas à hotelaria e restauração, desde os criados de servir domésticos no século XIX até à expansão do turismo no século XX. Estas profissões tornam-se muito atractivas e estão indelevelmente associadas à quebra da continuidade geracional em outras profissões, como aconteceu com os sapateiros do Algarve. Por fim, três artigos analisam as actividades de

vidreiro e extracção de minério, em épocas de relativa consolidação, devida, em grande parte, à protecção das políticas estatais. A descrição detalhada, apresentada pelos autores, revela as especificidades de cada actividade laboral e sugere a complexidade das inter-relações que estabelecem com os contextos nacionais e internacionais.

Os sapateiros que trabalharam em Loulé, de finais do século XIX e meados do século XX, contam-se entre os últimos representantes de uma *arte antiga* de fazer calçado. Enquanto estes exerciam o ofício em casa, muitas vezes por conta de comerciante ou industrial, com pouca maquinaria e recorrendo a mão-de-obra familiar, no Norte do país a produção de calçado já estava a modificar-se. Continuou a contar com a mão-de-obra doméstica para algumas tarefas, mas tendia a concentrar-se em indústrias maiores e mecanizadas. Nas décadas seguintes, com a crescente integração do mercado interno, para os sapateiros locais foi sobrando pouco mais do que os arranjos ocasionais do calçado de produção industrial. É provável que esses impactos já não fossem alheios às incertezas de rendimentos que os assolavam. Explica Joaquim Rodrigues, que os sapateiros de Loulé enfrentaram muitas das contrariedades organizando-se primeiro numa associação, depois, quando a ditadura a proibiu, num sindicato distrital com supervisão estatal.

Se, seguindo uma organização antiga dos ofícios, os sapateiros se dispersavam pelo espaço urbano, tanto vidreiros, como mineiros estavam concentrados em complexos industriais. Esse poderia ser visto como um sinal da modernidade, mesmo quando as indústrias eram uma excepção encravada em territórios rurais. Esta era uma das particularidades da exploração mineira, exemplificada pelas minas

alentejanas de São Domingos e Aljustrel, tratadas respectivamente por Rui Guita e Inês Fonseca. As perspectivas adoptadas pelos autores são diferentes e, em certo sentido, complementares. Enquanto para São Domingos se acompanham as diversas fases da actividade empresarial, desde a descoberta de minério em 1854 até ao encerramento em 1966. Para Aljustrel questiona-se em que medida a identidade mineira da vila, veiculada pelos discursos dominantes de autoridades e outros interlocutores locais, pode abranger todos os grupos sociais que aí têm residido. A autora considera que mais do que uma identidade mineira aplicável a todos os habitantes, existiram identidades plurais fundadas em experiências laborais diversas. À semelhança do que aconteceu na vizinha São Domingos, em Aljustrel a intensidade de exploração das minas foi marcada pela oscilação dos preços do minério nos mercados internacionais. Ainda que, durante grande parte do século XX, o Estado tenha protegido esta actividade, para muitos habitantes das povoações alentejanas, a exploração do subsolo apenas garantia trabalho precário, intercalado com períodos de inactividade. As listas de trabalhadores de São Domingos não contemplam a categoria de mineiro e em Aljustrel a sobrevivência de muitos habitantes era assegurada por uma pluriactividade sazonal, que incluía os salários obtidos na mina, mas também os de outras proveniências, entre as quais, o assalariamento rural.

Apesar de a mineração ter contribuído para o crescimento das povoações alentejanas, tanto mais que foram construídos bairros mineiros, estas nunca perderam um carácter rural. O mesmo não sucedeu com a Marinha Grande que, desde o século XVIII, cresceu à sombra da multiplicação de fornos para produção de vidro. Entre

as décadas de 1920 e 1970, abrangidas neste artigo, as fábricas destacavam-se na paisagem e todos os habitantes estavam directa ou indirectamente vinculados aos objectos que estas produziam. A complexidade adquirida pela organização do trabalho industrial pode ser exemplificada com o caso tratado por Emília Margarida Marques: o período de 10 minutos durante o qual, duas vezes por dia, a rígida hierarquia das “equipas” de operários era alterada para permitir aos mais novos adquirir experiência e conhecimentos. As fábricas funcionavam num sistema fortemente hierarquizado, em que os saberes específicos eram mantidos dentro de um grupo restrito, que assegurava uma adequada preparação técnica para os candidatos à progressão na carreira. Na Marinha Grande a identidade vidreira continua a ser hegemónica, mas nas últimas décadas muitas fábricas de vidro fecharam e o perfil industrial da cidade modificou-se.

Enquanto todos os artigos anteriores associam uma profissão a um território específico, a análise das profissões ligadas à hotelaria e restauração abrange virtualmente todo o país. Acentuando, por vezes, um registo autobiográfico, o contributo de Américo Nunes está mais focado no processo que conduziu ao reconhecimento legal e social das diversas profissões necessárias para o funcionamento de hotéis, cafés e restaurantes. Tal como se verificou com outros trabalhadores tratados nos restantes artigos, o percurso dos profissionais de hotelaria foi atravessado por duras condições de trabalho e repetidas lutas pela salvaguarda de direitos. Mas, ao contrário do que aconteceu em outros casos, estes profissionais contaram com a força decorrente do peso crescente do turismo e de outros serviços na economia nacional. Desde finais do século XIX que estas eram profissões que apontavam

para a expansão, a qual se tornou mais notória a partir da década de 60 do século XX, devido às rápidas transformações que impuseram os serviços como o principal sector da actividade económica.

Para além dos dados específicos acerca de cada profissão, os artigos permitem identificar a multiplicidade de incidências decorrentes de duas singularidades da estrutura da economia nacional. Uma prende-se com o facto de Portugal ter sido o último país, da Europa Ocidental, a deixar de ter a agricultura como principal contribuinte para o Produto Interno Bruto e para a ocupação da população activa⁴. Quando este deixou de ser o líder, foi substituído nessa posição pelos serviços. Ao contrário do que aconteceu nos países vizinhos e apesar da diversidade de actividades industriais que existiam no território, em Portugal a indústria nunca foi o principal sector económico: esteve sempre na segunda posição.

Os autores que levam mais longe a arqueologia das profissões que analisam encontram, inevitavelmente, ligações rurais, quer dos protagonistas, quer das actividades. Mas muitas dessas marcas permaneceram para além do fim da II Guerra Mundial, tanto mais que mesmo nos maiores centros urbanos, como Lisboa, o processo de desruralização apenas ficou concluído em finais do século XX⁵. Assim, nos períodos cronológicos privilegiados pelos autores que constituem

4 Entre as várias obras que analisam a história económica portuguesa, refira-se a seguinte obra colectiva em três volumes: Pedro Lains; Álvaro F. da Silva (coord.), 2005, *História Económica de Portugal 1700–2000*, Vols. I, II, III. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

5 João Ferrão, 1996, «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno», in António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960–1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

este capítulo, as tentativas de especialização destes trabalhadores desenrolam-se num país dominado pela agricultura e ruralidade. O peso desse contexto impõe-se em vários momentos, desde o recrutamento de trabalhadores para indústria e serviços, passando pelas contingências dos abastecimentos e pela construção identitária de comunidades e profissões. Impõe-se, também, pelas semelhanças entre as condições laborais dos trabalhadores agrícolas e os de outros sectores (precariedade, baixos salários, desemprego, horários, não reconhecimento de direitos, etc.)⁶. E, ainda, pela extensão das redes sociais e de solidariedade, que permitem articular as diferentes oportunidades trabalho, garantir bens de primeira necessidade em épocas de escassez, ampliar as bases de apoio em *lutas* laborais e políticas. Estas características nacionais estão reflectidas num carácter “impuro” ou “híbrido” das actividades profissionais industriais, que tem sido associado às economias periféricas no sistema capitalista.

As evidências empíricas mostram que os sapateiros de Loulé desapareceram, os mineiros de São Domingos partiram quando a mina fechou nos anos 60, a mina de Aljustrel reabriu com trabalhadores que

6 As condições laborais dos vários grupos sociais que constituíam a população activa agrícola têm sido tratadas por diversos autores, entre os quais, Dulce Freire, 2004, «Identities and solidariedades. Assalariados rurais e pequenos agricultores no Sul de Portugal (anos 40–50)», in Justo Baramedi, Maria Xesús Baz (coord.), *Memoria e identidades. VII Congreso da Asociación de Historia Contemporânea*. Actas in CD-Rom: Santiago de Compostela; Dulce Freire, 2006, «Trabalhar nas vinhas do Douro e do Ribatejo em meados do século XX», G. M. Pereira, P. Montes Leal, (coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto: GEHVDVP/Universidade do Porto. Paula Godinho, 2001, *Memórias da resistência rural no sul. Couço 1958–1962*, Lisboa: Celta Editora; Manuel Carlos Silva, 1998, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

não têm raízes na localidade, o vidro e os vidreiros já não dominam as actividades industriais da Marinha Grande e, mesmo, as funções dos profissionais de hotelaria estão em mutação. Aparentemente estes capítulos remetem para expectativas, contingências, experiências e possibilidades que faziam parte de um «mundo que nós perdemos». Perdemos mesmo? Ou perdemos irreversivelmente? O título de Peter Laslett sugere um enredo encerrado e até distante, numa Inglaterra social, varrida pelas transformações da industrialização a partir do século XVIII⁷. Todavia, em Portugal o passado tratado nestes artigos continua, em parte, a fazer parte do quotidiano, tanto mais que no presente se está a reinventar um *mundo* laboral com práticas e valores que pareciam *perdidos*. Como sugeria Marc Bloch, a vinculação entre mortos e vivos é incessante e está em constante reactualização.

7 Na verdade, a cronologia e abrangência das transformações sociais em Inglaterra apresentadas por Peter Laslett suscitaram intensos debates e foram contestadas por alguns autores, como J.C. Clark, 1985, *English society 1688–1832*, Cambridge: Cambridge University Press.

